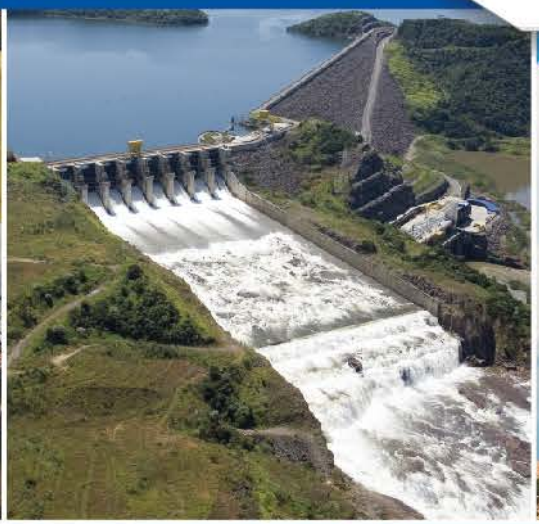
Tractebel Energia

GDF SUEZ











Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2014 e 2013

Diretoria Financeira e de Relações com investidores

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 / NIRE Nº 42 3 0002438-4

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

TBLE3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

IBOVESPA

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2015

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG

ANEFAC 2014

Quanto mais transparente mais valiosa

Tractebel Energia
GDF SUEZ

ÍNDICE

Mensagem da Administração 2
Relatório da Administração 5
Balanços Patrimoniais 46
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios 48
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 49
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 50
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 51
Demonstrações dos Valores Adicionados 53
1 Contexto operacional 55
2 Apresentação das demonstrações contábeis 57
3 Sumário das principais práticas contábeis 60
4 Caixa e equivalentes de caixa 70
5 Contas a receber de clientes 71
6 Estoques 72
7 Créditos fiscais a recuperar 72
8 Combustível a reembolsar 73
9 Depósitos vinculados 73
10 Ativo não circulante mantido para venda 74
11 Depósitos judiciais 74
12 Investimentos 75
13 Imobilizado 82
14 Intangível 89
15 Fornecedores 90
16 Empréstimos e financiamentos 90
17 Debêntures 97
18 Concessões a pagar 98
19 Imposto de renda e contribuição social a pagar 100
20 Outras obrigações fiscais e regulatórias 100
21 Provisão para remunerações e encargos 101
22 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas 101
23 Obrigações com benefícios de aposentadoria 109
24 Imposto de renda e contribuição social diferidos 114
25 Patrimônio líquido 116
26 Dividendos e juros sobre o capital próprio 118
27 Conciliação da receita líquida de vendas 120
28 Detalhamento dos gastos operacionais por natureza 120
29 Resultado financeiro 122
30 Conciliação dos tributos, no resultado 123
31 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros 124
32 Transações com partes relacionadas 133
33 Seguros 136
34 Compromissos de longo prazo 137
35 Informações complementares ao fluxo de caixa 141
36 Eventos subsequentes 141
Declaração dos Diretores da Companhia 142
Conselho de Administração 143
Diretoria Executiva 143
Departamento de Contabilidade 143
Relatório dos Auditores Independentes 144
Parecer do Conselho Fiscal 146

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil, acompanhados dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. As informações do Relatório de Administração estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2014, ano marcado por uma severa estiagem, a Tractebel Energia manteve sua trajetória de resultados consistentes. Seu lucro líquido foi de R$ 1,4 bilhão, da mesma ordem de grandeza do alcançado em 2013, ainda que um pouco inferior a este, em 3,7%, a despeito da considerável elevação dos custos para repor a energia elétrica que não foi possível gerar.

A diversidade de suas fontes, aliada à gestão coordenada do planejamento e controle da oferta, do portfólio de contratos e da manutenção das usinas, permitiu à Companhia melhor enfrentar os desafios decorrentes da escassez de chuvas, confirmando a resiliência apontada pelo mercado como um dos seus principais diferenciais. Também contribuíram para o resultado esforços bem-sucedidos nas áreas tributária, regulatória e legal, que propiciaram ganhos não recorrentes, sem os quais o lucro líquido teria sido 17,7% menor que o de 2013.

Ainda em janeiro de 2014, as ações da Tractebel Energia voltaram ao Ibovespa, principal índice do mercado acionário brasileiro. Já em dezembro, como acontece desde 2012, a Companhia encerrou o exercício como a de maior valor de mercado entre as empresas do setor elétrico brasileiro: R$ 22,1 bilhões.

Como certificado da solidez e credibilidade da Companhia, seus ratings permaneceram em BBB na escala internacional e AAA na nacional, e sua gestão com foco no desenvolvimento sustentável a manteve pelo décimo ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), do qual faz parte desde 2005, quando foi criado - mérito compartilhado com apenas 10 outras empresas.

Maior geradora privada do Brasil, a Tractebel Energia é controlada pela GDF SUEZ, líder mundial como produtor independente de energia - que, por meio de seu presidente, Gérard Mestrallet, declarou em 2014 sua intenção de alcançar, em três anos, essa mesma posição de liderança na América Latina. Alinhada a esse objetivo, mesmo em um cenário de baixo desempenho industrial vivenciado pelo Brasil, a Companhia ratificou sua estratégia de crescimento, compatível com as necessidades energéticas do País. No leilão de energia nova para entrega a partir de 2019, ocorrido em 28 de novembro, a Companhia vendeu 386,9 MW médios. Essa oferta será viabilizada com a expansão da Usina Termelétrica Ferrari, a biomassa, em São Paulo, correspondente a 9,8 MW médios, e a implantação de duas novas plantas: o Complexo Eólico Campo Largo, na Bahia, que contribuirá com 82,6 MW médios, e a Usina Termelétrica Pampa Sul, no Rio Grande do Sul, com 294,5 MW médios.

A implantação de uma nova usina a carvão representa uma oportunidade de contribuir para a ampliação da reserva estratégica do Brasil em períodos de baixa hidrologia, como o que se prolonga desde o final de 2012. Vale ressaltar que a matriz energética brasileira é majoritariamente renovável e o parque gerador da Tractebel Energia acompanha essa característica. Em 31 de dezembro de 2014, 84,1% da sua capacidade instalada própria de 7.027,2 MW eram provenientes de fontes renováveis, principalmente de hidrelétricas, que totalizavam 5.629,8 MW, complementados por 278,4 MW de fontes como a eólica e a biomassa.

Ações previstas para os próximos anos, como o desligamento planejado e escalonado de unidades geradoras a combustível fóssil com longo tempo de operação, e a continuidade da expansão do parque gerador principalmente por meio de fontes renováveis, apontam para uma proporção futura ainda maior dessas fontes em relação às não renováveis na matriz da Companhia.

Seguindo essa mesma orientação, ainda em 2014, foram iniciadas não só as obras da expansão de Ferrari, mas também as de implantação do Complexo Eólico Santa Mônica, no Ceará, de 97,2 MW de capacidade. Além disso, entraram em operação comercial as centrais eólicas Fleixeiras I e Mundaú, cada uma com 30 MW. Ambas fazem parte do Complexo Eólico Trairi, também no Ceará – que, com esse acréscimo de 60 MW, passou a totalizar 115,4 MW integrados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foi também em 2014 que começou a operar comercialmente a maior usina solar da América Latina. Êxito de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desenvolvido pela Tractebel Energia em parceria com outras empresas e a Universidade Federal de Santa Catarina, a Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul tem capacidade de pico de 3 MW e foi a primeira desse tipo a ser conectada ao SIN.

No que se refere às plantas em operação, novos investimentos foram realizados na modernização e no aumento da eficiência das usinas hidrelétricas Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, Salto Santiago, no Paraná, e Ponte de Pedra, no Mato Grosso do Sul. A melhoria contínua do parque gerador contribui para elevados níveis de disponibilidade; em 2014, descontadas as paradas programadas, esse índice foi de 96,5%, representativo principalmente quando considerada a demanda adicional das usinas termelétricas.

A Companhia também segue atenta às comunidades vizinhas aos seus empreendimentos. Em abril de 2014, em Quedas do Iguaçu (PR), foi inaugurado o quarto Centro de Cultura apoiado pela Tractebel Energia. Como os demais que o precederam, sua gestão é autônoma, realizada por uma associação local previamente capacitada em Administração de projetos culturais. Além disso, em outubro, foi comemorado o primeiro ano de funcionamento do Parque Ambiental Tractebel, em Capivari de Baixo (SC), que já recebeu cerca de 100 mil visitantes.

Como nos anos anteriores, a Companhia obteve relevantes reconhecimentos. Da parte de quem constrói sua história, uma pesquisa de clima organizacional respondida por 76% dos empregados apontou um índice de 74% de satisfação, sendo que 82% dos participantes manifestaram orgulho em trabalhar na Tractebel Energia. Já a consulta realizada com clientes apontou um índice de favorabilidade de 94,8%. A gestão do meio ambiente conquistou o Prêmio Brasil Ambiental da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro em duas categorias: Responsabilidade Socioambiental e Emissões Atmosféricas.

No campo da postura empresarial, o Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios premiou-a como a instituição de destaque no Ranking das Empresas Mais Éticas do Brasil; suas demonstrações contábeis, pela quinta vez, conquistaram o Troféu Transparência da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac); e gestores de recursos consultados pela Revista Institutional Investor consideraram o programa de relacionamento com investidores da Tractebel Energia o melhor da América Latina.

Muitos desafios estão reservados ao setor elétrico em 2015, em especial encontrar maneiras de compensar a escassez de água. Maior clareza e estabilidade na regulamentação podem contribuir para aprimorar a gestão e segurança do setor. Em 2014, uma boa sinalização do Governo Federal nesse sentido foi o estabelecimento de preços-teto mais realistas nos leilões realizados, o que serviu para atrair empreendedores com efetiva capacidade de arcar com os compromissos assumidos.

Da parte da Companhia e sua controladora GDF SUEZ, a crença nas potencialidades do Brasil permanece. Como parte da expansão futura, dois novos projetos reforçam a representatividade da fonte eólica no parque gerador da Tractebel Energia. Além de Campo Largo, que ao final de 2018 deverá atingir uma capacidade instalada de 326,7 MW e possui um potencial adicional de aproximadamente 300 MW, a Companhia adquiriu o Complexo Santo Agostinho, situado no Rio Grande do Norte, com um potencial de 600 MW. O plano de negócios inclui ainda a avaliação de novos projetos de energia solar, tanto para interligação ao SIN quanto para geração distribuída.

Outra parcela importante do crescimento da Companhia a ocorrer nos próximos anos será a transferência da participação de 40% da GDF SUEZ na Usina Hidrelétrica Jirau, em Rondônia. Dos 3.750 MW de capacidade instalada do empreendimento, 1.500 MW serão agregados à capacidade própria da Tractebel Energia, o que significa ampliar ainda mais a participação de fontes renováveis no seu parque gerador. Enquadrado como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo pela ONU, Jirau encerrou o ano de 2014 com 22 das 50 unidades geradoras em operação, cada uma com 75 MW de potência. A transferência desse ativo poderá ser iniciada em 2015, devendo ser efetivada em 2016, em um processo a ser conduzido com a necessária transparência, principalmente por meio da participação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas.

Novas possibilidades de ampliação da oferta energética ao País poderão surgir a partir da flexibilização legal e regulatória sobre o grau de participação da iniciativa privada em setores como o gás natural e a energia nuclear, nos quais a GDF SUEZ possui comprovada experiência.

Encerramos esta mensagem compartilhando a alegria de nossas conquistas com aqueles sem os quais nenhuma seria possível. Nosso sincero agradecimento aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Tractebel Energia, bem como às organizações governamentais e não governamentais com as quais convivemos e dividimos esforços para construir um setor de energia cada vez mais adequado às necessidades do Brasil.

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

SOBRE O RELATÓRIO

O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2014, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2014 e 2013, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Tractebel Energia publica também o Relatório de Sustentabilidade no padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI), que, por envolver maior número de informações, costuma ser publicado após o Relatório de Administração, ao final de abril. É prática da Companhia incorporar o conteúdo do Relatório da Administração ao Relatório de Sustentabilidade, buscando a homogeneidade da comunicação para seus públicos. Relativamente a 2014, a Companhia passa a adotar, nos dois relatórios, algumas das diretrizes do Relato Integrado de acordo com o padrão do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC, na sigla em inglês) – que tem entre seus objetivos deixar mais clara a estratégia de geração de valor no curto, médio e longo prazo da organização, e como as dimensões econômica, social e ambiental das suas atividades se relacionam e contribuem para isso. Com base nessas premissas, este Relatório da Administração possui uma estrutura semelhante ao de Sustentabilidade que o incorporará.

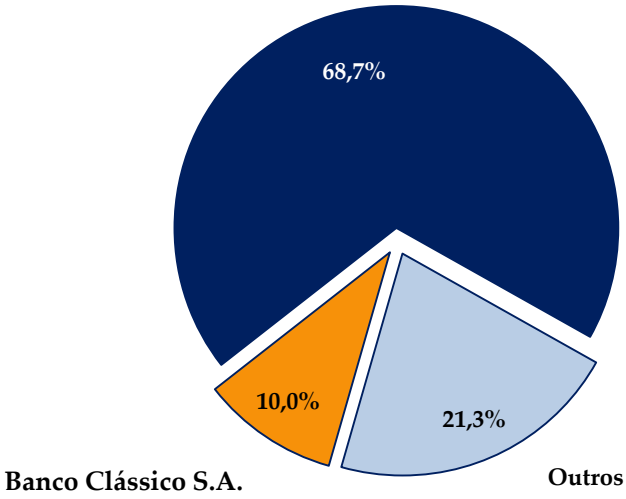
1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Tractebel Energia é a maior companhia privada geradora de energia elétrica do Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no País, dedica-se a implantação e operação de usinas geradoras de energia, incluindo obtenção de concessões de hidrelétricas por meio de leilões realizados pelo Governo Federal; de autorizações para viabilização de usinas termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e parques eólicos; e registros para implantação de plantas solares. O capital social da Companhia soma R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias, negociadas regularmente, sob o código TBLE3, no Novo Mercado da BM&FBovespa. A Tractebel Energia também negocia *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, segundo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), que detém 68,71% de seu capital social. A GSELA, por sua vez, é controlada indiretamente pela GDF SUEZ, maior produtora independente de energia do mundo, com capacidade instalada de 115,3 GW, que atua em toda a cadeia de valor da energia elétrica e do gás natural.

Controle acionário em 31.12.2014

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.



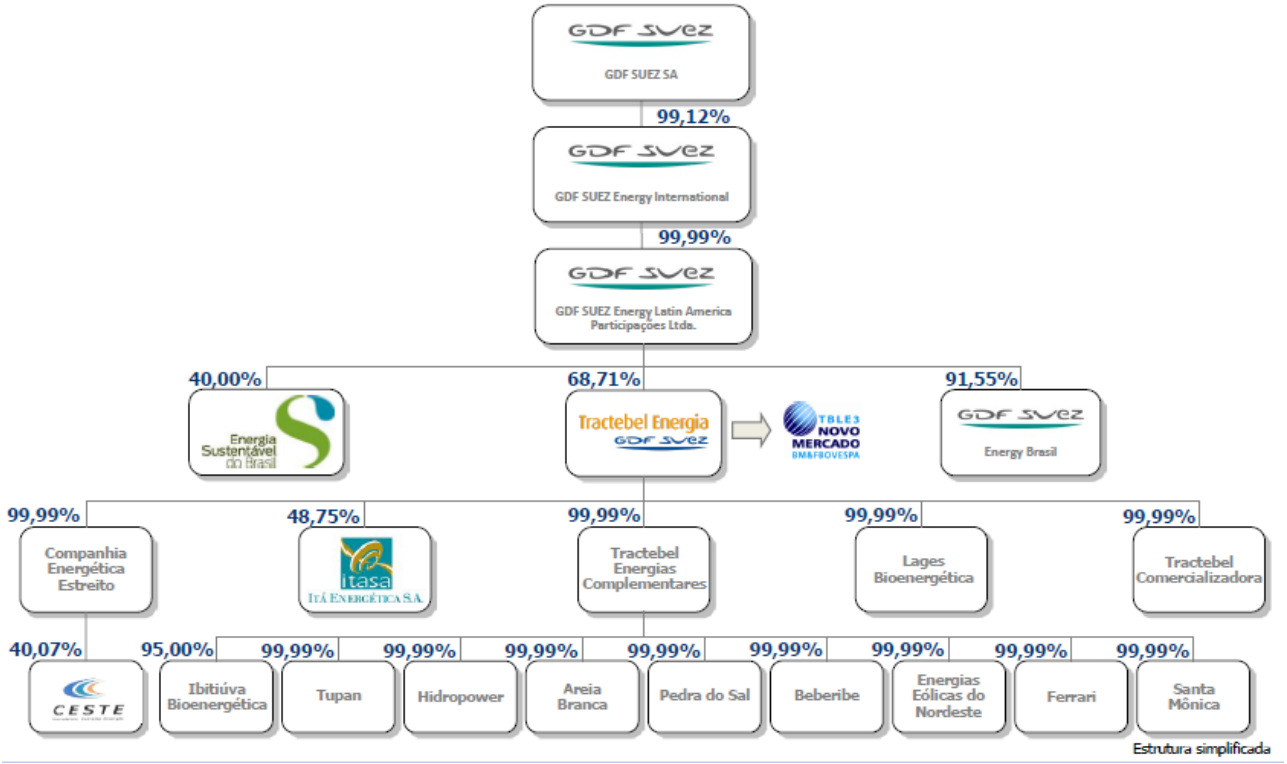
1.1. Estrutura societária

A Tractebel Energia é controladora da Companhia Energética Estreito, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. – responsável pela intermediação e operação de compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia também mantém participações em consórcios concessionários de usinas do seu parque gerador: (i) 19,28% no Consórcio Machadinho, concessionário da Usina Hidrelétrica Machadinho; (ii) 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), que responde pela concessão da Usina Hidrelétrica Estreito, por meio da Companhia Energética Estreito; e (iii) 72,90% no Consórcio Andrade, responsável pela Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, por meio da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A., que tem 95,00% de seu capital social pertencente à Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

Além disso, a Tractebel Energia detém 48,75% do controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa) – que possui 60,5% do Consórcio Itá, responsável pela concessão da Usina Hidrelétrica Itá, sendo que, neste, a Companhia tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua participação na Itasa e no Consórcio, a Tractebel Energia detém 68,99% da Usina Hidrelétrica Itá. O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, e as decisões de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas por um comitê gestor, composto por quatro membros, dos quais dois representam a Tractebel Energia.

Organograma societário simplificado em 31.12.2014



1.2. Parque gerador

Ao fim de 2014, a capacidade própria da Tractebel Energia era de 7.027,2 MW, o equivalente a 5,7% do total da capacidade instalada no Brasil.

Seu parque gerador contém 27 usinas, sendo nove hidrelétricas de grande e médio portes, cinco termelétricas convencionais e 13 complementares – três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), seis eólicas, três à biomassa e uma solar fotovoltaica. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 23 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A capacidade instalada operada pela Tractebel Energia nas 27 usinas é de 8.747,9 MW.

Para a exploração do parque gerador, a Companhia detém concessões e autorizações outorgadas pelo órgão regulador, com as características a seguir apresentadas.

Parque gerador e capacidade instalada dos ativos com outorga de concessão e autorização para a Tractebel Energia em 31.12.2014

Usinas	Localização	Vencimento da concessão/ autorização	Capacidade Instalada própria (MW)
Hidrelétricas			
Salto Santiago	Rio Iguaçu (PR)	27.09.2028	1.420,0
Itá[1]	Rio Uruguai (SC e RS)	16.10.2030	1.126,9
Salto Osório	Rio Iguaçu (PR)	27.09.2028	1.078,0
Cana Brava	Rio Tocantins (GO)	26.08.2033	450,0
Estreito[1]	Rio Tocantins (TO e MA)	26.11.2037	435,6
Machadinho[1]	Rio Uruguai (SC e RS)	14.07.2032	403,9
São Salvador	Rio Tocantins (TO)	22.04.2037	243,2
Passo Fundo	Rio Passo Fundo (RS)	27.09.2028	226,0
Ponte de Pedra	Rio Correntes (MT)	30.09.2034	176,1
Total de fonte hidrelétrica			**5.559,7**
Termelétricas			
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda[2]	Capivari de Baixo (SC)	27.09.2028	857,0
William Arjona	Campo Grande (MS)	28.04.2029	190,0
Charqueadas	Charqueadas (RS)	27.09.2028	72,0
Alegrete[3]	Alegrete (RS)	-	-
Total de fonte termelétrica			**1.119,0**
Complementares (biomassa, eólicas e PCH)			
Complexo Eólico Trairi[4]	Trairi (CE)	28.09.2041	115,4
Lages	Lages (SC)	29.10.2032	28,0
Rondonópolis	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	18.12.2032	26,6
Beberibe	Beberibe (CE)	03.08.2033	25,6
Ferrari	Pirassununga	27.06.2042	65,5
José Gelazio da Rocha	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	18.12.2032	23,7
Ibitiúva Bioenergética[1]	Pitangueiras (SP)	05.04.2030	22,9
Areia Branca	Rio Manhuaçu (MG)	02.05.2030	19,8
Pedra do Sal	Parnaíba (PI)	01.10.2032	18,0
Cidade Azul	Tubarão (SC)	não aplicável[5]	3,0
Total das fontes complementares			**348,5**
Total			**7.027,2**

(1) As usinas em consórcio possuem as seguintes capacidades instaladas totais: Itá, 1.450,0 MW; Estreito, 1.087,0 MW; Machadinho, 1.140,0 MW; e Ibitiúva, 33,0 MW. Assim, a capacidade das 27 usinas operadas pela Tractebel Energia soma 8.747,9 MW.

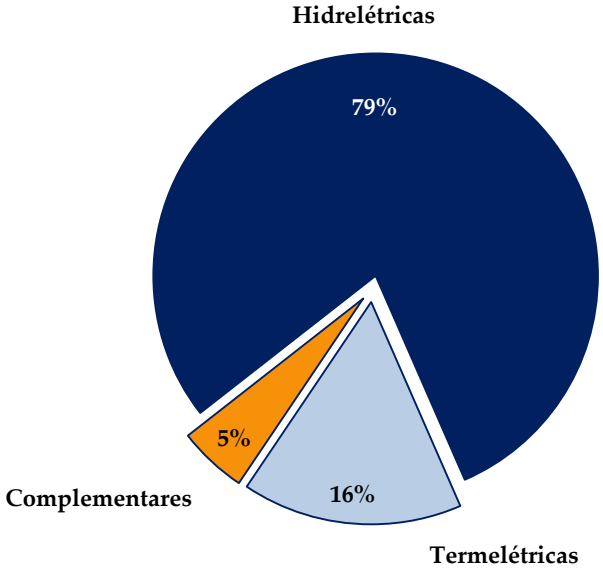
(2) Complexo Termelétrico composto por três usinas.

(3) A Usina Termelétrica Alegrete (UTAL), que entrou em operação em 1968, é movida a óleo combustível. Em virtude de a usina ter deixado de ser economicamente viável, a Tractebel Energia solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2013, a revogação definitiva da autorização de operação e sua devolução à União.

(4) Composto por quatro usinas eólicas.

(5) Para centrais geradoras com potência igual ou inferior a 5 MW o instrumento legal aplicável é o registro.

Composição do parque gerador em 31.12.2014



2. MODELO DO NEGÓCIO

A Tractebel Energia é controlada pelo grupo franco-belga GDF SUEZ, maior produtor independente de energia do mundo, que atua e tem experiência em toda a cadeia de valor da energia e do gás natural, tanto na exploração e produção quanto no transporte, na distribuição e comercialização.

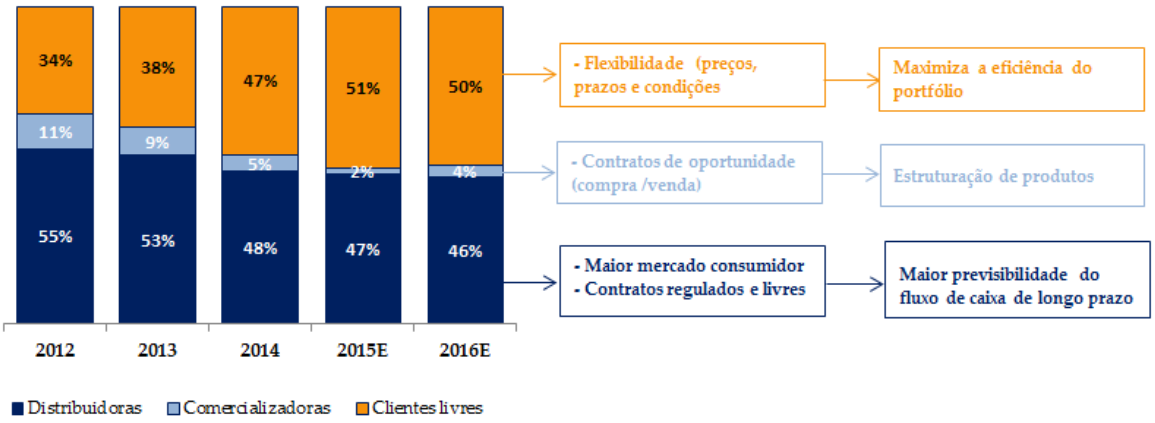
Fundada em 1998, a partir da aquisição da Gerasul, a Companhia atua na implantação e operação de usinas geradoras de energia elétrica, sendo também agente ativo na atividade de comercialização. Sua capacidade instalada foi ampliada em 89% desde que as operações foram iniciadas. Ao final de 2014, operava 27 usinas, instaladas em 12 estados, nas cinco regiões do Brasil.

Orientada pela expansão consistente e sustentável, a Tractebel Energia atua alinhada às melhores práticas de governança corporativa e conta com um corpo diretivo que detém larga experiência no setor elétrico.

2.1. Estratégia

A Tractebel Energia tem como estratégia crescer de forma sustentável, com disciplina financeira, e manter um portfólio eficiente, baseado na diversificação por setores industriais, clientes e mercados (regulado e clientes livres, conforme gráfico a seguir).

Energia contratada por tipo de cliente e abordagem estratégica adotada em 31.12.2014



2.2. Governança corporativa

A Companhia baseia sua governança nos princípios da ética e transparência, e se empenha para adotar as melhores práticas do mercado que efetivamente criem valor e diferenciais à sua gestão.

Sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações, disponível no website, atende às regras dos órgãos reguladores do mercado financeiro. Além disso, a Companhia está atenta à homogeneidade de suas informações e, a partir deste relatório, passa a incorporar diretrizes do padrão Relato Integrado, principalmente no que se refere aos aspectos de geração de valor no curto, médio e longo prazos.

O sistema de controles internos baseia-se no *Sarbanes–Oxley Act* (SOX). Permanentemente aprimorado, passa por testes e certificação anuais pela Administração, com posterior verificação de auditores externos contratados para este fim. A auditoria interna se dedica a avaliar a correção na condução dos processos financeiros e não financeiros e na aplicação dos manuais e normas que embasam a gestão da Tractebel Energia.

Entre as práticas e os diferenciais adotados, destacam-se:

Novo Mercado – A Tractebel Energia integra o Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBovespa, e adota práticas que superam em muitos casos as exigidas por esse segmento de listagem e a legislação.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – Em 2014, a Tractebel Energia foi uma das 11 empresas a integrar o ISE pelo décimo ano consecutivo desde que foi criado. A nova carteira do Índice, que vigorará até janeiro de 2016, reúne 51 ações de 40 companhias, representantes de 19 setores. No fechamento de 24 de novembro, essas ações somavam R$ 1,2 trilhão em valor de mercado, o que equivalia a 49,9% do total do valor das companhias com ações na BM&FBovespa.

Melhoria contínua – Recomendações como as do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), do ISE, do Guia ISO 26000 e da *Global Reporting Initiative* (GRI) são consideradas pela Companhia nas avaliações de melhoria contínua da sua governança corporativa. Desde 2007 a Tractebel Energia publica seus relatórios de sustentabilidade alinhados às diretrizes da GRI, e a partir de 2013, passou a adotar a versão G4 na opção Abrangente. Neste ciclo incorpora, gradativamente, as orientações do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC) em seu processo de comunicação.

Direitos dos acionistas – Especiais esforços são empregados pela Companhia para proteger o interesse de todos os seus acionistas, aos quais são garantidos os seguintes direitos:

- votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária;
- encaminhar suas recomendações ao Conselho de Administração por meio de canal específico no Portal Investidores do website;
- receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições;
- fiscalizar a Administração e retirar-se da Companhia nas situações previstas na Lei das Sociedades por Ações; e
- receber no mínimo 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, conforme regulamento do Novo Mercado, em caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle (100% de tag along).

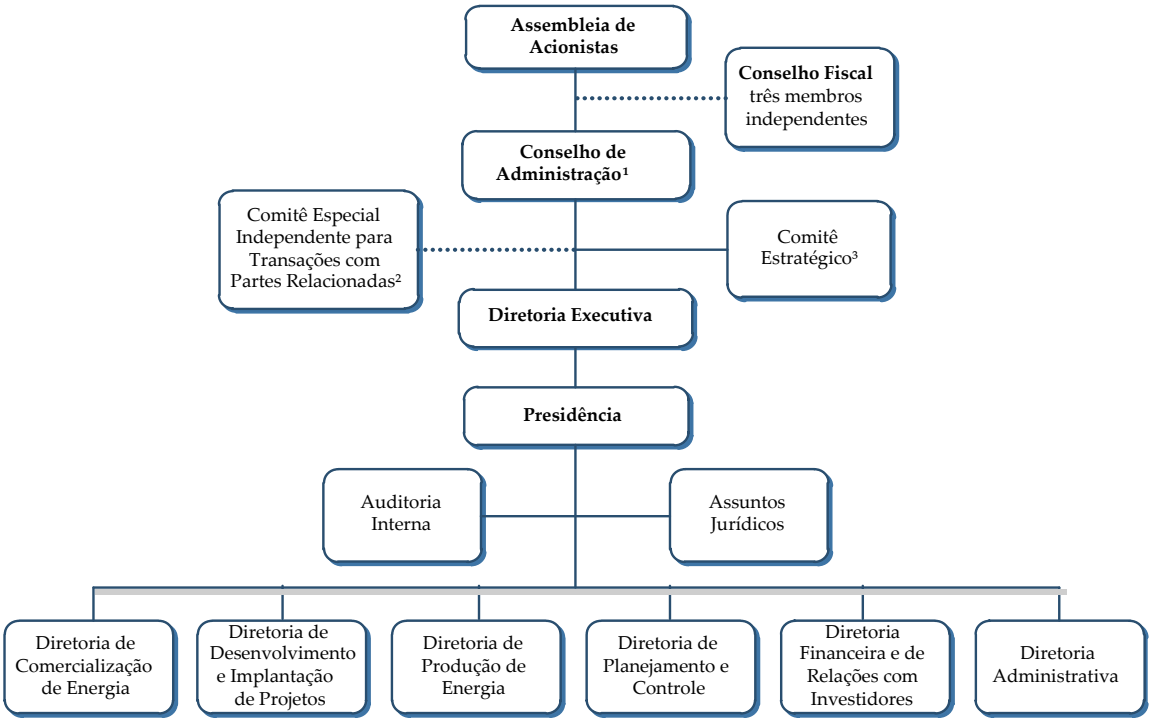
Arbitragem – O Estatuto Social da Tractebel Energia estabelece que qualquer disputa entre seus acionistas, principalmente relacionadas ao mercado de capitais e ao direito societário, será resolvida na Câmara de Arbitragem do Mercado – órgão ligado à BM&FBovespa, independente e sigiloso para a solução de controvérsias.

Conselho Fiscal permanente – A partir de 2013, o Conselho Fiscal da Companhia tornou-se permanente, o que permite o aprimoramento dos controles em relação aos resultados divulgados.

Representante do Conselho de Administração no Comitê de Sustentabilidade – Desde 2012, um dos membros do Comitê de Sustentabilidade passou a ser o representante dos empregados no Conselho de Administração.

2.2.1. Administração

Organograma da Administração em 31.12.2014



(1) Composto por nove membros: presidente, vice-presidente e sete conselheiros, sendo quatro da controladora, dois representantes dos acionistas minoritários e um representante dos empregados.

(2) Não permanente e majoritariamente composto por membros não indicados pela controladora.

(3) Composto por membros do Conselho de Administração e representantes da controladora.

2.2.1.1. Seleção e nomeação dos administradores

A Assembleia Geral Anual dos Acionistas elege os membros do Conselho de Administração com base em qualificações pessoais e profissionais e potencial de contribuição para a gestão da Companhia.

2.2.1.2. Comitês

Além dos representados no organograma, outros oito comitês, alinhados à Diretoria Executiva e compostos por equipes multidisciplinares, dão suporte ao planejamento e à tomada de decisões relacionadas aos seus respectivos temas: Energia, Ética, Gerenciamento de Riscos, Gestão Tributária, Inovação, Segurança dos Sistemas de Controle Industrial, Sustentabilidade e Financeiro.

2.2.2. Composição

2.2.2.1. Conselho de Administração

O Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do Conselho de Administração, disponíveis no website da Companhia, estabelecem as atribuições dos conselheiros e diretores executivos e as regras de delegação de autoridade. O Regimento tem entre seus objetivos assegurar a eficácia da contribuição dos conselheiros, além de estabelecer princípios, práticas, responsabilidades e padrões de ética e integridade que devem ser observados pelos membros do Conselho de Administração.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho deve ser composto por no mínimo cinco e no máximo nove membros efetivos e igual número de suplentes, todos escolhidos por meio da Assembleia Geral dos Acionistas (AGA), com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Um dos titulares deve assumir a função de presidente e outro a de vice-presidente do Conselho. Além disso, um dos membros e seu respectivo suplente devem representar os empregados, sendo eleitos por eles em votação direta, com homologação na Assembleia Geral. No mínimo 20% dos integrantes devem ser independentes, de acordo com a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Composição do Conselho de Administração em 31.12.2014

Titulares	Suplentes
Maurício Stolle Bähr Presidente	Patrick Charles Clement Obyn
Philip Julien De Cnudde Vice-presidente	Pierre Victor Marie Nicolas Devillers
Antonio Alberto Gouvêa Vieira Representante dos acionistas minoritários	Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro Representante dos acionistas minoritários
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	Gil de Methodio Maranhão Neto
Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle	Luiz Eduardo Simões Viana
José Pais Rangel Representante dos acionistas minoritários	José João Abdalla Filho Representante dos acionistas minoritários
Manoel Arlindo Zaroni Torres	André de Aquino Fontenelle Canguçu
Roberto Henrique Tejada Vencato Representante dos empregados	Luiz Antônio Barbosa Representante dos empregados
Willem Frans Alfons Van Twembeke	José Carlos Cauduro Minuzzo

2.2.2.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Tractebel Energia, que passou a ter caráter permanente em 2013, tem como atribuições a análise das Demonstrações Contábeis da Companhia, a fiscalização dos atos da Diretoria Executiva, a avaliação dos sistemas de gestão de risco e de controles internos e, no caso de contratação de serviços adicionais da empresa prestadora de serviço de auditoria das demonstrações financeiras, das propostas a serem submetidas ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é constituído por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela AGA para um mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. Sua composição vigente em 31 de dezembro de 2014 é apresentada a seguir.

Composição do Conselho Fiscal em 31.12.2014

Titulares	Suplentes
Manoel Eduardo Lima Lopes	Ailton Pinto Siqueira
Carlos Guerreiro Pinto	Manuel Eduardo Bouzan de Almeida
Paulo de Resende Salgado	Flávio Marques Lisboa Campos

2.2.2.3. Diretoria Executiva

Conforme Estatuto Social, o diretor-presidente tem como responsabilidades conduzir as reuniões da Diretoria, coordenar e orientar as atividades dos demais diretores, atribuir a qualquer deles atividades e tarefas especiais e zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria.

Composição da Diretoria Executiva em 31.12.2014

Nome	Cargo
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Diretor-Presidente
José Carlos Cauduro Minuzzo	Diretor de Produção de Energia
Luciano Flávio Andriani	Diretor Administrativo
Marco Antônio Amaral Sureck	Diretor de Comercialização de Energia
José Luiz Jansson Laydner	Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos
Eduardo Antonio Gori Sattamini	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Edson Luiz da Silva	Diretor de Planejamento e Controle

2.3. Operação

2.3.1. Disponibilidade

Em 2014, as usinas operadas pela Tractebel Energia, descontadas as paradas programadas, atingiram 96,5% de disponibilidade – valor composto por 98,7% de disponibilidade das hidrelétricas, 83,3% das termelétricas e 95% das usinas de fontes complementares. Consideradas as paradas programadas, a disponibilidade global foi de 86,8%, sendo 88,9% das hidrelétricas, 71,9% das termelétricas e 89,3% das usinas de fontes complementares. A melhoria contínua da manutenção do parque gerador tem contribuído para os elevados níveis de disponibilidade.

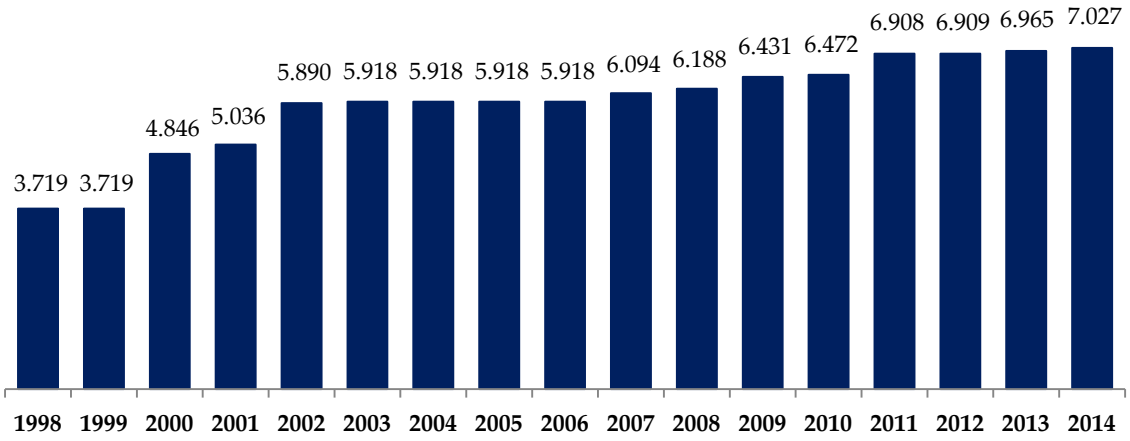
2.3.2. Investimento e expansão

Para manter sua participação no mercado como a maior geradora privada do Brasil, a Tractebel Energia busca o crescimento contínuo, consistente e sustentável. Diretamente ou por meio de sua controladora, a Companhia permanece atenta a oportunidades de expansão nas diferentes regiões brasileiras, desde que atendam aos requisitos de viabilidade econômica e conformidade com seu conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, vem diversificando sua matriz energética e os mercados regionais de atuação. Em linha com a matriz energética nacional, a Tractebel Energia prioriza fontes renováveis na ampliação do seu parque gerador, o que não significa que outras fontes deixem de ser consideradas nas análises de expansão, desde que se mostrem necessárias à segurança energética do País.

A implantação de usinas hidrelétricas de grande porte, que representam parte importante da expansão, tem sido baseada em um modelo que prevê a transferência do controle acionário da controladora para a Tractebel Energia somente após a mitigação dos principais riscos inerentes à implantação. Desde 2010, como reforço à transparência desse modelo, a transferência do controle acionário é submetida à avaliação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, composto em sua maioria por membros do Conselho de Administração não indicados pela controladora.

Sua capacidade instalada cresceu 62,5 MW em 2014. A expansão total do ano foi de 128,5 MW, por meio da incorporação ao parque gerador da Usina Termelétrica Ferrari, localizada em São Paulo, de 65,5 MW, e da entrada em operação das centrais eólicas Fleixeiras I e Mundaú, no Ceará – ambas de 30,0 MW e pertencentes ao Complexo Eólico Trairi – e da Usina Eólica Solar Fotovoltaica Cidade Azul, de 3,0 MW de pico, em Santa Catarina. Por outro lado, a Tractebel Energia solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2013, a revogação definitiva da autorização de operação e sua devolução à União da Usina Termelétrica Alegrete, com capacidade de 66,0 MW por não ser economicamente viável.

Evolução da capacidade instalada própria em operação



As obras do Complexo Eólico Santa Mônica, no Ceará, com 97,2 MW de potência, seguiram seu curso para viabilizar sua entrada em operação em 2016. A energia de Santa Mônica está direcionada para o mercado livre. Ainda em 2014, foi iniciada a expansão da Usina Termelétrica Ferrari para 80,5 MW, que deverá ser concluída em 2015.

Outro marco de 2014 foi a participação vitoriosa da Tractebel Energia no leilão de energia nova para entrega a partir de 2019, ocorrido em novembro, quando foram comercializados 386,9 MW médios pela Companhia. Esse montante será viabilizado pela citada expansão da termelétrica Ferrari e pela implantação do Complexo Eólico Campo Largo, na Bahia, de 178,2 MW em primeira etapa, e da Usina Termelétrica Pampa Sul, a carvão mineral, no Rio Grande do Sul, de 340,0 MW.

A predominância de fontes renováveis no parque gerador da Tractebel Energia será mantida nos próximos anos com a transferência da participação da GDF SUEZ na Usina Hidrelétrica Jirau – que agregará mais 1.500,0 MW nos próximos anos à capacidade própria de fontes renováveis da Companhia – e por meio do desligamento programado e escalonado de unidades geradoras com longo tempo de uso em usinas termelétricas em operação. A transferência da UHE Jirau contará com o envolvimento do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas.

Além disso, a Tractebel Energia continua atenta a outras oportunidades de crescimento, por meio tanto da incorporação de ativos quanto da implantação de novos projetos.

Projetos em construção

Usina	Tipo	Localização	Capacidade Instalada (MW)		Data de vencimento do termo original da Concessão/Autorização
			Total	Partic. da Cia./Grupo	
Jirau *	Hidrelétrica	Rio Madeira (RO)	3.750,0	1.500,0	ago-43
UTE Pampa Sul - Fase I	Termelétrica	Candiota (RS)	340,0	340,0	a definir
Complexo Eólico Campo Largo - Fase I	Eólica	Umburanas e Sento Sé (BA)	326,7	326,7	a definir
Complexo Eólico Santa Mônica	Eólica	Trairi (CE)	97,2	97,2	jan-45
Ferrari (expansão)	Biomassa	Pirassununga (SP)	15,0	15,0	jan-42
Total			**4.528,9**	**2.278,9**	

* Existe a perspectiva de a participação da GDF SUEZ no projeto ser transferida para a Tractebel Energia.

Projetos em desenvolvimento

Usina	Tipo	Localização	Capacidade Instalada (MW)	
			Total	Partic. da Cia./Grupo
Complexo Eólico Santo Agostinho	Eólica	Lajes e Pedro Avelino (RN)	600,0	600,0
UTE Norte Catarinense	Termelétrica	Garuva (SC)	600,0	600,0
UTE Pampa Sul - Fase II	Termelétrica	Candiota (RS)	340,0	340,0
Complexo Eólico Campo Largo - Fase II	Eólica	Umburanas e Sento Sé (BA)	300,0	300,0
Total			**1.840,0**	**1.840,0**

2.4. Vantagens competitivas

2.4.1. Preparo e gestão

A Administração da Tractebel Energia é composta por executivos experientes, comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa. Os empregados da Companhia são preparados para aliar à base técnica uma visão estratégica e gerencial dos negócios. Esse conhecimento e dedicação contribuem para os elevados índices de disponibilidade do parque gerador.

2.4.2. Sinergia e tradição

A controladora indireta da Tractebel Energia é a GDF SUEZ, maior produtor independente de energia do mundo, com capacidade instalada de 115,3 GW, e que considera a América Latina, em especial o Brasil, uma de suas prioridades de investimento.

2.4.3. Foco na geração

Por não atuar na distribuição e transmissão de energia, a Tractebel Energia maximiza o potencial de seu capital humano na prospecção, avaliação e desenvolvimento de oportunidades de novos negócios em geração, evitando possíveis sobreposições de interesses.

Por atuar em 12 estados e nas cinco regiões do Brasil e possuir matriz energética diversificada, a Companhia consegue atenuar os efeitos das variações climáticas, melhor atender aos compromissos de venda de energia e auxiliar o País quanto à segurança energética.

2.4.4. Operações complementares

A sinergia de operação entre o parque gerador e a comercializadora possibilita o atendimento dos contratos de compra e venda de energia. O fato de a comercializadora estar vinculada a um amplo e diversificado parque gerador confere maior segurança aos clientes livres e garante o cumprimento adequado dos contratos.

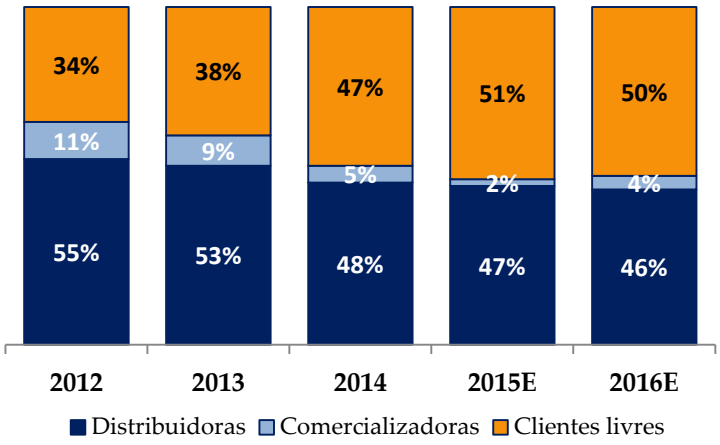
2.4.5. Forte geração de caixa, com solidez econômico-financeira

A disciplina financeira da Tractebel Energia, a diversificação de seu portfólio de clientes e da matriz energética combinadas com sua solidez econômico-financeira constituem forte diferencial à disposição do mercado de clientes de energia. Em dezembro de 2014, a Standard & Poor's reafirmou os ratings de crédito corporativo da Companhia em 'brAAA/brA-1 na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável.

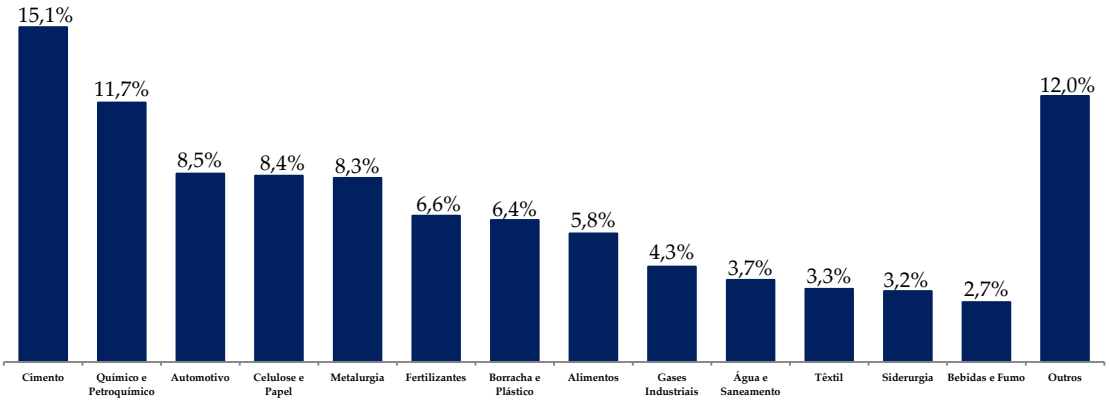
A Companhia direciona parte de sua geração com fontes renováveis não convencionais, com margens maiores, aos clientes livres que demandam esse tipo de energia.

Os gráficos a seguir mostram o portfólio de clientes e a diversificação por setores industriais.

Composição do portfólio de clientes em



Diversificação por setores industriais em 31.12.2014



2.4.6. Atratividade para o mercado de capitais

Desde seu ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa, em 2005, a Tractebel Energia vem apresentado bom desempenho, com valorização de suas ações superior à do Ibovespa. Além das vantagens competitivas, contribuem para o êxito no mercado de capitais os seguintes diferenciais:

- atuação em setor estratégico, de perfil defensivo em tempos de crise;
- financiamento em condições atrativas, com excelente classificação de risco: os ratings obtidos em 2013 foram mantidos em 2014;
- desempenho financeiro estável, com forte geração de caixa, margem EBITDA média elevada, lucro líquido consistente, baixa exposição cambial e ativa gestão financeira;
- liderança no setor, posicionada como a maior geradora privada de energia no Brasil;
- maior valor de mercado entre as empresas do setor elétrico: R$ 22,1 bilhões no final de 2014;

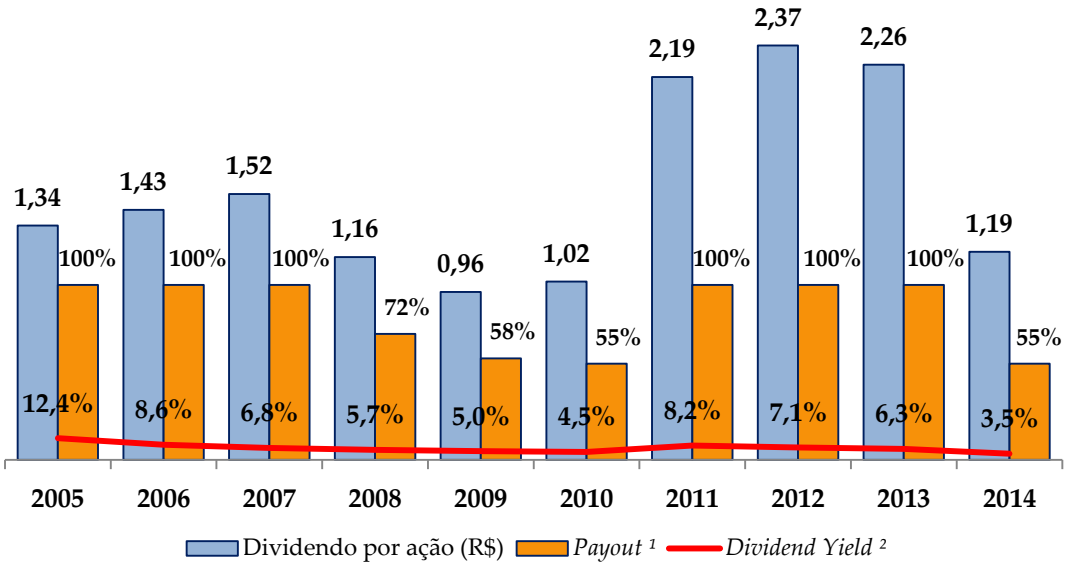
- clara estratégia comercial, com adequado nível de contratação nos próximos anos e contratos indexados à taxa de inflação[1];
- boa previsibilidade do fluxo de caixa;
- matriz energética diversificada, composta por plantas hidrelétricas de pequeno, médio e grande porte, termelétricas, eólicas, fotovoltaicas e a biomassa; e
- racional distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (*payout*).

A definição do valor do *payout* a ser distribuído depende das condições macroeconômicas, da condição financeira e das perspectivas de investimento. O compromisso da Administração é o pagamento mínimo equivalente a 55% do lucro líquido ajustado no ano, que é superior aos 30% previstos no Estatuto Social, já acima dos 25% previstos na Lei das S.A.

Em 2014, o total de proventos atingirá R$ 775,2 milhões, equivalente a R$ 1,1875973571 por ação ou 55% do lucro líquido distribuível ajustado.

O *payout* anual definido desde quando a Companhia realizou a oferta secundária de ações - que resultou no seu ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa (em 2005) - é apresentado a seguir.

Evolução do *payout* – 2005 a 2014



Notas:
[1] Considera o lucro ajustado do exercício.
[2] Baseado no preço de fechamento ponderado por volume de ações ON no período.

2.5. Ativos intangíveis

Além dos considerados nas Demonstrações Contábeis, são ativos intangíveis da Tractebel Energia: o capital humano; a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação; e a imagem.

[1] Vide subitem Estratégia de comercialização, do item 4.2.1.3 Clientes.

2.5.1. Pessoas

Em um setor competitivo, de alta tecnologia, fortemente regulado, que fornece um bem essencial à sociedade, é fundamental a qualificação do corpo funcional. Por isso a Tractebel Energia investe continuamente na capacitação, o que permite também atrair e reter os melhores talentos. No ano, foram dedicadas 74.390 horas de treinamento, desenvolvimento e capacitação formal, uma média de 65,6 horas por empregado.

2.5.2. Pesquisa, desenvolvimento e inovação

Assim como sua controladora, a Tractebel Energia se empenha em estimular a criatividade dos empregados com foco na inovação nas atividades profissionais. Nesse sentido, mantém o programa Inove, que premia ideias e projetos inovadores em cinco categorias: Operação e Manutenção, Pesquisa e Desenvolvimento, Comercial e Negócios, Socioambiental, e Gestão. Todos os empregados podem participar, exceto gerentes de unidades organizacionais e membros do Comitê de Inovação. No último ciclo, foram 60 projetos inscritos e sete premiados.

Outro mecanismo importante para fortalecimento da cultura inovadora é o programa de P&D da Tractebel Energia, orientado pela Lei nº 9.991/2010, que determina às empresas do setor elétrico a aplicação de 1% da sua receita líquida anual em P&D, de acordo com a seguinte distribuição:

- projetos de P&D: 40%;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT): 40%; e
- Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE): 20%.

Os objetivos dos projetos de P&D devem ser submetidos à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O programa de P&D da Tractebel Energia tem como principais objetivos: capacitação, desenvolvimento tecnológico, difusão de conhecimento; redução de impactos ambientais e pesquisa em biodiversidade e relacionadas a energias renováveis. Alguns dados do P&D da Tractebel Energia no período:

- quatro projetos finalizados;
- um projeto iniciado; e
- 30 projetos em andamento.

2.5.3. Imagem

São as atitudes e práticas da Companhia que constroem e fortalecem sua imagem corporativa. Os fundamentos para isso são o compartilhamento dos valores, a eficiência operacional, a transparência e o diálogo. Canais de comunicação permanente com os stakeholders, pesquisas e consultas permitem identificar e avaliar as expectativas relacionadas às operações e a percepção da imagem da Tractebel Energia.

2.6. Criação de valor

A Tractebel Energia vem aderindo gradualmente aos princípios orientadores do Relato Integrado. A tabela a seguir permite visualizar alguns valores criados pela Companhia:

Capitais			
Físico	**Humano**	**Social**	**Natural**
- Usinas - Instalações - Tecnologias eficientes - Centros de Cultura - Parques ambientais	- Capacitação e treinamento - Saúde e segurança - Patentes - Inovações tecnológicas - Respeito às culturas tradicionais - Ética - Integridade	- Investimentos em energia renovável - Impostos - Promoção da cultura	- Áreas de Preservação Permanente (APP) - Áreas de Proteção Ambiental (APA) - Parques - Hortos florestais - Viveiros de mudas

3. GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS

A análise de riscos e oportunidades empresariais consiste em um processo sistemático na Tractebel Energia, que permeia todas as suas atividades, e envolve empregados, gerentes e diretores, incluindo o diretor-presidente da Companhia, além do Comitê de Gerenciamento de Riscos. O resultado desse processo é registrado na Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais, documento que baliza a condução dos negócios. A análise dos riscos empresariais compreende sua identificação e classificação quanto à probabilidade de ocorrência, significância em termos de impacto financeiro e de imagem e grau de controle.

A partir dessa avaliação, são desenvolvidos planos de ação para cada risco e identificadas as eventuais oportunidades associadas. Dessa forma, a análise de riscos vai além do atendimento às demandas do acionista controlador ou do mercado, compondo uma eficiente ferramenta de planejamento estratégico. Diversos objetivos empresariais, acompanhados ao longo do ano, são originados nos planos de ação resultantes dessa análise. Após serem aprovados pela Diretoria, tais objetivos geram metas para os empregados de carreira gerencial, de modo a vincular sua remuneração variável ao grau de alcance dessas metas. Os riscos e oportunidades identificados caracterizam-se por possíveis variações em relação ao Planejamento Financeiro de Médio Prazo (PMT) da Companhia. Variações negativas em relação ao PMT determinam os riscos, e as positivas, as oportunidades.

Os principais riscos avaliados são: de mercado, regulatório, tributário, de fatores econômicos, de quebra de contrato, socioambiental das usinas em operação, de desenvolvimento e implantação de novos projetos, de indisponibilidade de energia, de sinistro de grandes proporções, de recursos humanos e de tecnologia da informação.

4. GESTÃO ECONÔMICA

4.1. Cenário macroeconômico e setorial

4.1.1. Cenário macroeconômico

Ao longo de 2014, os indicadores econômicos refletiram a desaceleração da atividade econômica no Brasil. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 0,1%, inferior em 2,6 p.p ao registrado em 2013. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a balança comercial fechou com déficit de US$ 3,9 bilhões. O dólar encerrou o ano a R$ 2,662, o que significa aumento de 13,0% na comparação com os R$ 2,358 do final do ano anterior, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou o período com alta de 6,4% em relação a 2013.

A estimativa mais recorrente para 2015 é de continuidade desse cenário, com redução do consumo das famílias e da atividade industrial, variação do PIB próxima a zero e IPCA acima do teto da meta estipulada pelo Governo Federal. É esperada uma política monetária de perfil mais restritivo, com elevação da taxa básica de juros.

4.1.2. Cenário setorial – consumo de energia elétrica

Conforme relatório publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo nacional de energia elétrica em 2014 foi superior em 2,2% ao de 2013, alcançando 473,4 mil GWh. O consumo das residências teve um aumento de 5,7%, correspondendo a 132,0 mil GWh em 65,9 milhões de residências, representando 27,9% do total consumido.

No segmento de comércio e serviços, o consumo evoluiu 7,3%, apresentando o maior aumento do ano. Esse resultado pode ser explicado principalmente pelas altas temperaturas durante o verão, além da expansão das áreas locáveis de shoppings centers e expansão da rede hoteleira, dentre outros fatores.

O consumo industrial apresentou uma queda de 3,6% em relação a 2013, totalizando 178,1 mil GWh. Esse resultado refletiu a retração na produção no setor eletrointensivo, que se estendeu a outros setores ao longo do ano, como químico, metalúrgico e automotivo.

No ano, a região Sul apresentou um crescimento expressivo: 5,6%. Na região Norte, a alta foi de 7,2%, enquanto o Centro-Oeste e Nordeste tiveram taxas de crescimento de 5,3% e 1,1%, respectivamente. A região Sudeste, por sua vez, apresentou um aumento tímido em 2014: 0,4%.

4.1.2.1. Sustentabilidade do setor elétrico

A crise energética vivenciada em 2014 foi decorrente principalmente da seca que se prolongou até dezembro e foi iniciada no final de 2012. Segundo especialistas, o racionamento ou medidas de racionalização evitados em 2014 podem vir a ocorrer em 2015.

Um dos desafios do setor, portanto, é crescer, atendendo à demanda com qualidade e, sobretudo, de maneira sustentável. Essa perspectiva tem provocado algumas medidas práticas, como a tentativa de diversificação das fontes de geração por parte do Governo nos leilões ocorridos em 2014.

Relativamente ao potencial hidrelétrico, o Brasil ocupa a quinta colocação mundial, com 12% da água doce superficial do planeta e condições adequadas para exploração. O dado é do Portal Brasil – página do Governo Federal –, que estima esse potencial hidrelétrico em cerca de 260 GW, dos quais 40% estão localizados na Bacia Hidrográfica do Amazonas – para efeito de comparação, a Bacia do Paraná responde por 23%, a do Tocantins, por 11% e a do São Francisco, por 10%. Contudo, apenas 63% do potencial passou por processo de avaliação e inventário. A Região Norte, em especial, tem grande potencial ainda por explorar.

A energia hidrelétrica representa também parcela significativa da produção mundial de fontes renováveis: 16% de toda a eletricidade gerada no planeta.

A estratégia de expansão da Tractebel Energia está alinhada às atuais necessidades energéticas do Brasil, na medida em que tanto contribui para a segurança do abastecimento, por meio da implantação de uma nova usina a carvão mineral, quanto diversifica as fontes de geração, mantendo a predominância das renováveis. A Companhia e sua controladora GDF SUEZ preparam a transferência da Usina Hidrelétrica Jirau para a Tractebel Energia nos próximos anos, ao mesmo tempo em que estão atentas a oportunidades de aquisição ou implantação de novos empreendimentos, perspectivas na geração distribuída e possíveis projetos de infraestrutura relacionados à energia.

4.2. Desempenho da Tractebel Energia

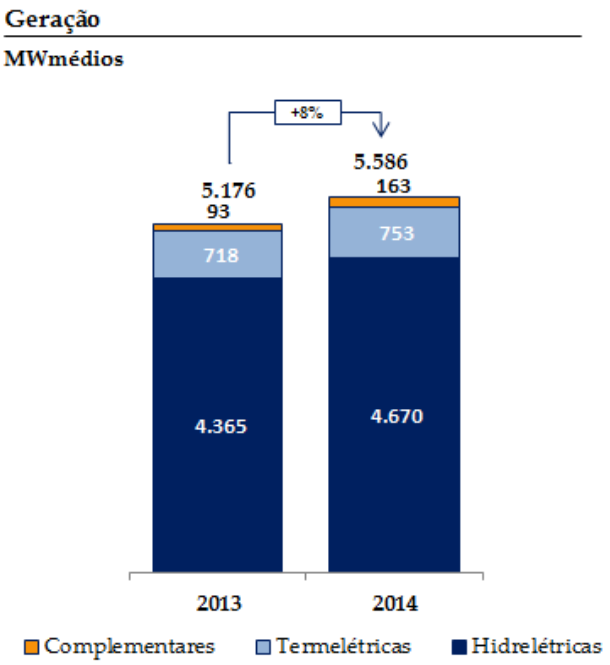
4.2.1. Desempenho operacional

4.2.1.1. Disponibilidade

Em 2014, as usinas operadas pela Tractebel Energia, descontadas as paradas programadas, atingiram 96,5% de disponibilidade – valor formado por 98,7% de disponibilidade das hidrelétricas, 83,3% das termelétricas e 95% das usinas de fontes complementares. Consideradas as paradas programadas, a disponibilidade global foi de 86,8%, sendo 88,9% das hidrelétricas, 71,9% das termelétricas e 89,3% das usinas de fontes complementares.

4.2.1.2. Produção

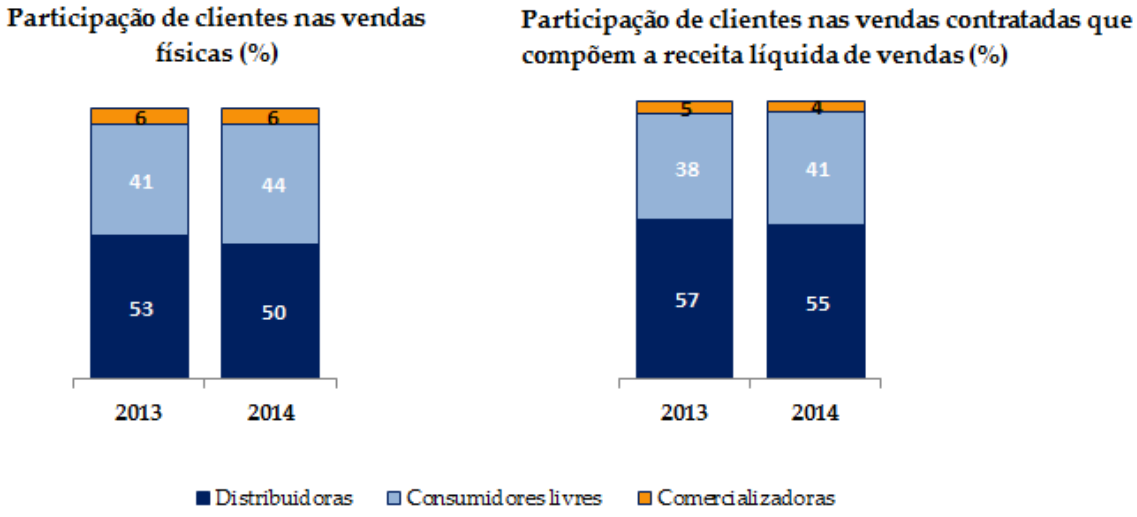
A produção total de energia elétrica no ano alcançou 48.941 GWh, correspondentes a 5.586 MW médios, um aumento de 7,9% em relação a 2013. Do total gerado, as hidrelétricas foram responsáveis por 40.912 GWh (4.670 MW médios), um aumento de 7,0%; as termelétricas por 6.598 GWh (753 MW médios), um aumento de 4,8%; e as usinas complementares por 1.432 GWh (163 MW médios), um aumento de 76,5%, também em relação a 2013. O aumento de produção das usinas complementares deve-se principalmente à entrada em operação em 2014 das usinas eólicas Fleixeiras I e Mundaú, ambas do Complexo Eólico Trairi, da Usina Termelétrica Ferrari e da Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul.



Observe-se que, em relação ao aumento da geração hidrelétrica da Tractebel Energia, este não resulta necessariamente em melhoria do desempenho econômico-financeiro, como, analogamente, a redução desse tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro da Companhia. O motivo para isso é a adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um instrumento financeiro que visa ao compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Já com relação à geração termelétrica da Tractebel Energia, seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis envolvidas.

4.2.1.3. Clientes

Em 2014, os consumidores livres representaram 44,0% das vendas físicas e 40,6% da receita líquida de vendas, aumentos de 2,6 p.p. em ambos os indicadores na comparação com 2013.



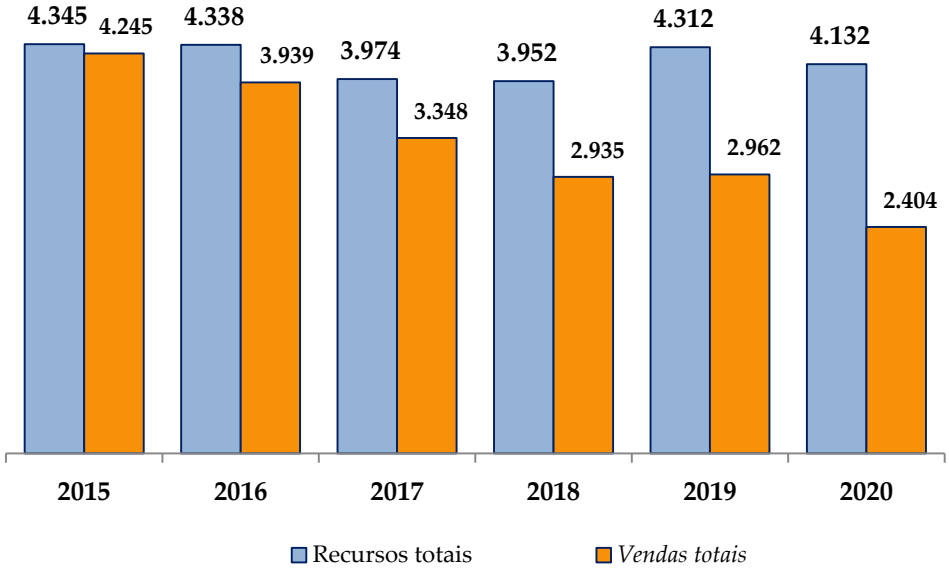
Estratégia de comercialização

A Companhia tem como estratégia de comercialização a venda gradativa da energia disponível para determinado ano, de forma a reduzir o risco de exposição ao preço spot (Preço de Liquidação das Diferenças – PLD) do mesmo ano. As vendas são feitas nas "janelas" de oportunidade que se apresentam quando o mercado se mostra com maior propensão a comprar. Entretanto, em razão da alteração da metodologia de cálculo do preço spot, elevando-o consideravelmente, e da maior volatilidade desse preço, aliada ao déficit sistêmico de geração hidrelétrica verificado nos últimos trimestres e da perspectiva de manutenção desse cenário para os próximos, a Tractebel Energia vem considerando deixar um volume maior de sua capacidade comercial descontratada no mercado de curto prazo, de modo a atenuar os efeitos negativos decorrentes desses fatores.

4.2.1.4. Balanço de energia

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor em 31 de dezembro de 2014, o balanço de energia da Tractebel é apresentado a seguir:

Balanço de energia (MW médios)



4.2.2. Desempenho econômico-financeiro

4.2.2.1. Indicadores e informações financeiras

	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
Informações financeiras (R$ milhões)				
Ativo total	12.310,9*	12.637,6	13.620,5	7,8%
Patrimônio líquido	5.502,3*	5.364,6	5.654,9	5,4%
Receita líquida de vendas	4.912,5	5.568,7	6.472,5	16,2%
Lucro bruto	2.781,6	2.657,0	2.497,7	-6,0%
Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) (1)	2.539,3*	2.387,2	2.302,9	-3,5%
Lucro operacional	2.086,3*	2.001,7	1.956,6	-2,3%
Lucro líquido	1.490,9*	1.436,7	1.383,1	-3,7%
EBITDA (LAJIDA) (2)	3.100,5*	3.042,6	2.895,1	-4,8%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Dívida total (empréstimos, financiamentos e debêntures)	3.534,5	3.495,4	3.988,5	14,1%
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	1.283,2	1.346,1	1.750,7	30,1%
Dívida líquida	2.251,3	2.149,3	2.237,8	4,1%
ROCE (3) (%)	24,7*	23,1	22,3	-0,8 p.p.
Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA)	1,1	1,1	1,4	0,3 p.p.
Dívida líquida/EBITDA (LAJIDA)	0,7	0,7	0,8	
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%)	55,3*	57,6	58,5	0,9 p.p.
Margem operacional (%)	42,5*	35,9	30,2	-5,7 p.p.
Margem líquida (%)	30,3*	25,8	21,4	-4,4 p.p.
Ações				
Lucro líquido por ação (R$)	2,2840*	2,2011	2,1189	-3,7%
Preço médio da ação (4) – ON (R$)	28,77	33,11	32,97	-0,4%
Dividendos por ação (R$)	2,3691	2,2584	1,1876	-47,4%

(1) EBIT (LAJIR) = lucro operacional + resultado financeiro;

(2) EBITDA (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização + provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*);

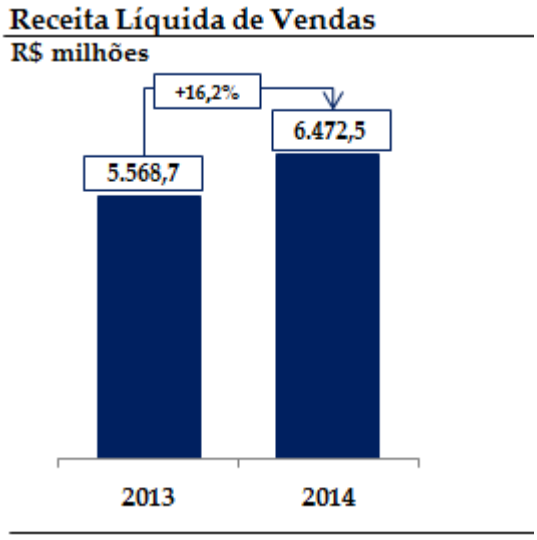
(3) ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante;

(4) Média simples dos preços de fechamento, ajustados a dividendos; e

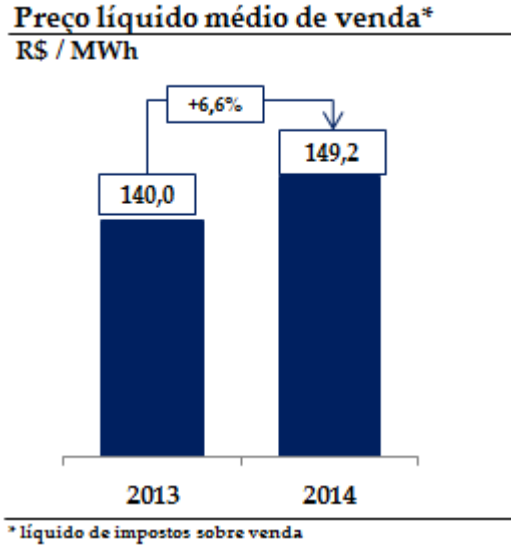
(*) Ajustado em decorrência de mudança de prática contábil.

4.2.2.2. Receita líquida de vendas

a) Receita líquida de vendas



Na comparação entre 2014 e 2013, houve uma ampliação da receita líquida de vendas de R$ 903,8 milhões, ou 16,2%, passando de R$ 5.568,7 milhões em 2013 para R$ 6.472,5 milhões em 2014. Essa elevação decorreu essencialmente da seguinte combinação: (i) R$ 351,4 milhões – aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 218,4 milhões – elevação da quantidade de energia vendida; (iii) R$ 176,8 milhões – acréscimo da receita nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (iv) R$ 159,9 milhões – recomposição de receita que a Companhia deixou de auferir na CCEE em razão da paralização temporária de geração, motivada por sinistros em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; e (v) R$ 6,1 milhões – redução da receita de venda de crédito de carbono.



b) Preço médio líquido de venda

Em 2014, o preço médio de venda da energia, líquido dos tributos sobre a receita, foi de R$ 149,20/MWh, 6,6% superior ao de 2013, de R$ 139,97/MWh. A elevação ocorreu essencialmente em razão da atualização monetária dos contratos existentes.

c) Volume de vendas

A quantidade de energia vendida no ano foi de 37.072 GWh (4.232 MW médios), crescimento de 1.627 GWh (186 MW médios), ou 4,6%, na comparação com 2013, quando o volume foi de 35.445 GWh (4.046 MW médios).

4.2.2.3. Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta

a) Distribuidoras

No ano de 2014, a receita de venda a distribuidoras atingiu 3.044,0 milhões, aumento de 7,8% em relação à de 2013, de R$ 2.824,2 milhões. Esse acréscimo é explicado pela associação das seguintes variações: (i) R$ 216,1 milhões – crescimento de 7,6% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R$ 3,7 milhões – incremento de 0,1% do volume de energia vendida.

b) Comercializadoras

Em 2014, a receita de venda a comercializadoras foi de R$ 239,2 milhões, 4,4% inferior à de 2013, de R$ 250,1 milhões. A redução é resultado dos seguintes aspectos: (i) R$ 7,6 milhões – diminuição de 3,1%, ou 65 GWh (7 MW médios), na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 3,3 milhões – decréscimo de 1,3% no preço médio líquido de vendas.

c) Consumidores livres

Em 2014, a receita de venda a consumidores livres alcançou R$ 2.247,9 milhões, 19,1% além dos R$ 1.887,0 milhões de 2013. Essa ampliação está relacionada a: (i) R$ 222,3 milhões – acréscimo de 1.669 GWh (191 MW médios), ou 11,4%, na quantidade de venda de energia; e (ii) R$ 138,6 milhões – crescimento de 6,9% no preço médio líquido da energia vendida.

d) Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

Em 2014, em relação a 2013, houve uma ampliação de R$ 336,7 milhões na receita das transações de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, passando de R$ 566,4 milhões em 2013 para R$ 903,1 milhões em 2014. O montante apurado nos doze meses de 2014 inclui o reconhecimento da recomposição de receita devido à redução da posição credora na CCEE, em razão da interrupção temporária da geração, motivada por sinistros ocorridos em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, no valor de R$ 159,9 milhões. As explicações sobre essas operações e variações estão no item "Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE".

4.2.2.4. Custos da venda de energia e serviços

Em 2014, os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 3.974,8 milhões, 36,5%, ou R$ 1.063,1 milhões superiores aos R$ 2.911,7 milhões de 2013. Essa variação decorreu essencialmente dos seguintes fatores:

- Energia elétrica comprada para revenda: incremento de R$ 500,5 milhões em 2014 em relação a 2013, refletindo principalmente: (i) os reajustes de preço dos contratos existentes; e (ii) o aumento das contratações de médio e longo prazo no montante de 2.897 GWh (331 MW médios) em 2014.
- Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE: entre 2014 e 2013, ocorreu aumento nos custos de R$ 401,6 milhões. Tal variação inclui o montante de R$ 83,3 milhões, reconhecido como recuperação de custo, haja vista a elevação da exposição na CCEE devido à interrupção temporária da geração de unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda anteriormente mencionada. Maiores detalhes estão descritos na sequência em item específico.

- Combustíveis para produção de energia elétrica: acréscimo de R$ 134,1 milhões entre 2013 e 2014, refletindo principalmente o aumento do consumo de gás natural pela Usina Termelétrica William Arjona, em razão de maior despacho da Usina.
- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R$ 25,1 milhões entre 2013 e 2014, decorrente em grande parte do reajuste anual das tarifas de transmissão, além da entrada em operação comercial do Complexo Eólico Trairi e da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.
- Materiais e serviços de terceiros: crescimento de R$ 20,7 milhões entre 2013 e 2014, em decorrência principalmente de maior demanda por serviços de operação e manutenção, especialmente no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na Usina Hidrelétrica São Salvador e na Usina Termelétrica Ferrari.
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): aumento de R$ 22,4 milhões entre 2013 e 2014, explicada em grande parte pelo incremento na geração de unidades hidrelétricas da Companhia.
- Pessoal: aumento de R$ 16,1 milhões entre 2013 e 2014, em função do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.
- Depreciação e amortização: ampliação de R$ 9,7 milhões entre 2013 e 2014, em razão principalmente do início da operação do Complexo Eólico Trairi e da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.
- Reversão de provisões operacionais, líquida: efeito positivo no resultado de R$ 13,8 milhões entre 2013 e 2014, decorrente principalmente de: (i) R$ 92,3 milhões – reversão de provisão cível relativa à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (UHPP), motivada por decisão favorável à Companhia que reduziu o risco de perda na ação judicial; (ii) R$ 89,3 milhões – constituição de provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor em função de divergência quanto à aplicação dos termos da legislação vigente, no que se refere à definição do preço do insumo consumido; e (iii) R$ 15,7 milhões – reversão de provisão relativa à cobrança de INSS em decorrência da adesão da Companhia ao plano de equacionamento de débitos fiscais denominado "REFIS da Copa".
- Outros: efeito positivo de R$ 55,4 milhões entre 2013 e 2014, refletindo essencialmente a reversão no segundo trimestre de 2014 de passivos prescritos relacionados à compra de energia e encargos de transmissão, no valor de R$ 54,8 milhões.

4.2.2.5. Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses, que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel Energia na CCEE. Dessa forma, o preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada, que ocorre quando a geração das usinas que fazem parte do MRE, em relação à energia alocada, é maior (Energia Secundária) ou menor (GSF – *Generation Scaling Factor*); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2014, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 136,2 milhões ante ao também resultado negativo de R$ 71,3 milhões, obtido no mesmo período de 2013, ou seja, uma piora de R$ 64,9 milhões entre os anos comparados. Expurgando a constituição da provisão da CNPE 03 em 2013 e a sua reversão em 2014, o resultado negativo das transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, entre os exercícios, seria maior em R$ 173,9 milhões.

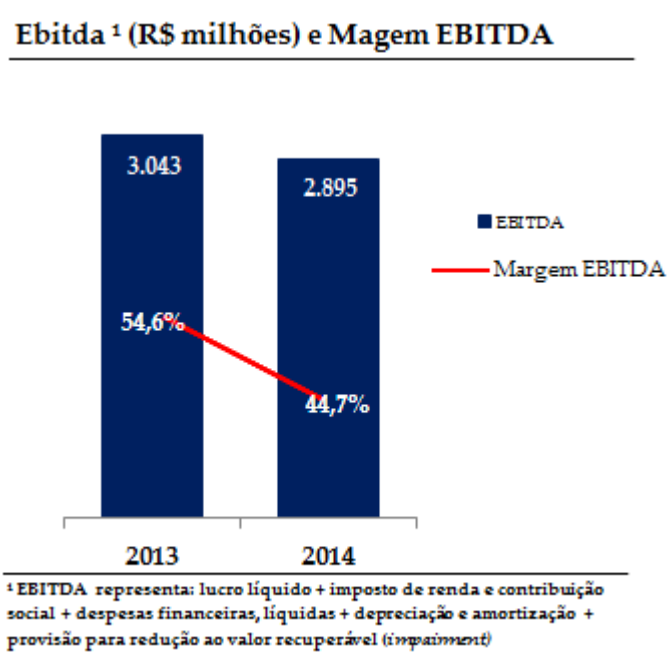
Essa piora decorreu em especial pela conjunção do que segue: (i) crescimento do efeito líquido negativo decorrente da aplicação do GSF; (ii) elevação da posição credora na CCEE como resultado da estratégia de alocação de energia pela Companhia; (iii) aumento da exposição termelétrica da Companhia relacionada sobretudo à suspensão de geração causada pelos sinistros e manutenções de unidades geradoras termelétricas; (iv) redução de compras de energia de curto prazo; (v) elevação do resultado positivo no MRE; e (vi) reversão da provisão dos eventuais custos relativos aos efeitos da participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), conforme estabelecido pela Resolução CNPE 03, visto a redução do risco de perda na ação judicial que contesta a cobrança desses valores; e (vii) recuperação dos efeitos negativos na CCEE, ocasionados pela interrupção na geração, devido a sinistros em unidades geradoras, anteriormente mencionado. Dessa forma, os efeitos negativos relatados nos itens (i) e (iii) foram atenuados pelos demais.

Cabe ressaltar que os expressivos aumentos do PLD médio entre 2013 e 2014, conforme a seguir informados, contribuíram significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes da ampliação da posição credora na CCEE, e de forma negativa para os custos relativos à aplicação do GSF e à exposição termelétrica. No comparativo entre os anos, o PLD dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste avançou 161,7%, passando de R$ 258,19/MWh em 2013 para R$ 675,81/MWh em 2014.

4.2.2.6. Provisão para redução ao valor recuperável

No ano de 2013, a Companhia reconheceu provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos, em especial os da Usina Termelétrica Charqueadas, no montante de R$ 72,8 milhões. O *impairment* dos ativos de Charqueadas foi constituído em razão dos prováveis efeitos das normas impostas pela Aneel que preveem a redução do reembolso do carvão a partir de janeiro de 2016, o que, de acordo com avaliações internas, inviabilizaria a recuperação dos ativos e dos investimentos adicionais que seriam necessários para atendimento aos novos fatores de eficiência da usina exigidos pelo regulador.

4.2.2.7. EBITDA e margem EBITDA



No exercício, o EBITDA apresentou redução de R$ 147,5 milhões, ou 4,8%, passando de R$ 3.042,6 milhões em 2013 para R$ 2.895,1 milhões em 2014. A margem EBITDA em 2014 atingiu 44,7%, representando uma queda de 9,9 p.p. em comparação ao ano anterior. As reduções dos referidos indicadores decorreram principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 569,8 milhões na receita líquida de venda de energia contratada; (ii) efeito negativo de R$ 417,1 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE; (iii) reconhecimento em 2014 da recuperação dos efeitos negativos na CCEE decorrentes dos sinistros em unidades geradoras da Companhia, conforme acima mencionado, no valor de R$ 243,2 milhões; (iv) reversão em 2014 da provisão decorrente dos impactos da Resolução CNPE 03, constituída em 2013, no montante de R$ 54,5 milhões, resultando em variação positiva de R$ 109,0 milhões; (v) acréscimo de R$ 500,5 milhões nas compras de energia para revenda; (vi) crescimento de R$ 134,1 milhões no consumo de combustível; (vii) constituição em 2014 de provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor, em função de divergência à definição do preço do combustível consumido, no montante de R$ 89,3 milhões; (viii) reversão em 2014 de provisões relativas: (viii.i) à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no valor de R$ 92,3 milhões; e (viii.ii) a passivos prescritos, no montante de R$ 54,8 milhões; e (ix) elevação de R$ 75,6 milhões dos demais custos e despesas operacionais. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes mencionados nos itens (iv), (viii.i) e (viii.ii), o EBITDA teria alcançado R$2.693,5 milhões e R$3.097,1 milhões, nos anos de 2014 e 2013 respectivamente, uma redução de R$ 403,6 milhões, ou 13,0%, entre os exercícios comparados.

Reconciliação do lucro líquido com o EBITDA

(valores em R$ milhões)	2013	2014	Var. %
Lucro líquido	1.436,7	1.383,1	-3,7%
(+) Imposto de renda e contribuição social	565,0	573,5	1,5%
(+) Despesas financeiras, líquidas	385,5	346,3	-10,2%
(+) Depreciação e amortização	582,6	592,2	1,7%
(+) Provisão para redução ao valor recuperável	72,8	0,0	-100,0%
EBITDA	**3.042,6**	**2.895,1**	**-4,8%**

4.2.2.8. Resultado financeiro

a) Receitas financeiras

No comparativo entre 2013 e 2014, as receitas financeiras aumentaram R$ 23,7 milhões, passando de R$ 182,7 milhões para R$ 206,4 milhões. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) reversão de R$ 61,4 milhões, em 2014, correspondente aos juros e variação monetária dos passivos prescritos mencionados no item "Custos da Venda de Energia e Serviços - Outros"; (ii) aumento de R$ 25,4 milhões na receita com aplicações financeiras; (iii) redução de R$ 18,0 milhões nos ganhos decorrentes de êxito em ações judiciais; (iv) reconhecimento de ganho de R$ 49,1 milhões em 2013, oriundo da liquidação antecipada a valor de mercado da dívida com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e (v) incremento de R$ 2,0 milhões de variação monetária de depósitos judiciais.

b) Despesas financeiras

As despesas caíram de R$ 568,2 milhões em 2013 para R$ 552,7 milhões em 2014, ou seja, R$ 15,5 milhões, resultado da combinação das seguintes variações: (i) redução de R$ 42,4 milhões na despesa com variação cambial de dívidas; (ii) aumento de R$ 7,9 milhões nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar; (iii) elevação de R$ 7,3 milhões nos juros líquidos sobre passivo atuarial; (iv) crescimento de R$ 6,8 milhões nos juros e variação monetária sobre dívidas; e (v) incremento de R$ 4,9 milhões nos encargos financeiros sobre demais débitos da Companhia.

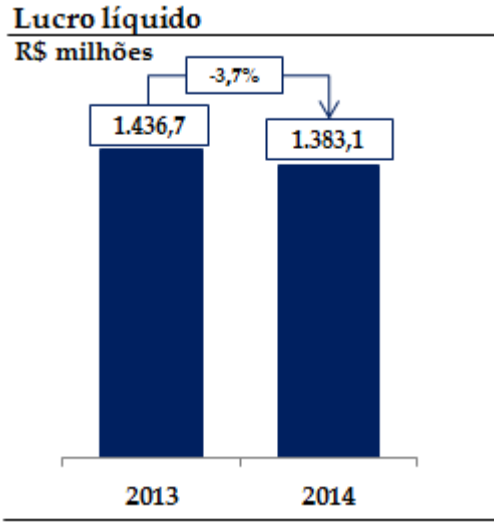
4.2.2.9. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R$ 565,0 milhões em 2013 para R$ 573,5 milhões em 2014, aumento de R$ 8,5 milhões. Essa variação é resultado principalmente da redução do lucro antes dos impostos e do menor montante do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2014 e 2013 ficaram em 29,3% e 28,2%, respectivamente.

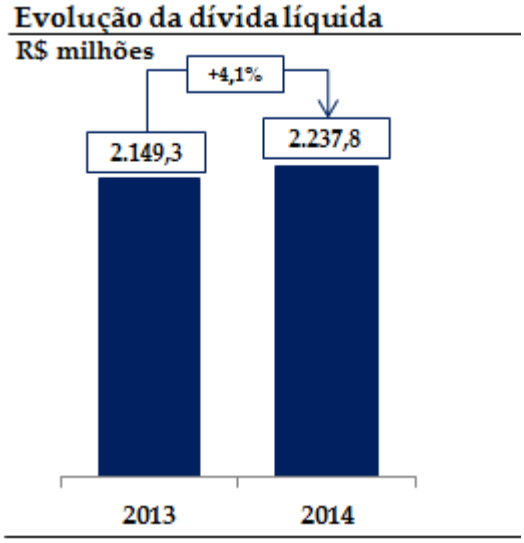
4.2.2.10. Lucro líquido

No exercício, o lucro líquido passou de R$ 1.436,7 milhões em 2013 para R$ 1.383,1 milhões em 2014, ou seja, uma redução de R$ 53,6 milhões, ou 3,7%. Essa variação decorreu, essencialmente, dos seguintes fatores anteriormente explicados, líquidos do imposto de renda e contribuição social: (i) redução de R$ 97,4 milhões do EBITDA; (ii) queda de R$ 37,1 milhões das despesas financeiras líquidas recorrentes e redução dos ganhos financeiros não recorrentes entre os anos de 2013 e 2014 de R$ 11,2 milhões, resultando em uma variação de R$ 25,9 milhões no resultado financeiro; (iii) aumento de R$ 6,4 milhões da depreciação e amortização; (iv) reconhecimento do *impairment* de R$ 48,0 milhões no exercício de 2013; e (v) redução de R$ 23,7 milhões das deduções permanentes das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social, em especial os juros sobre o capital próprio.

Expurgando-se os efeitos anuais não recorrentes, líquidos de impostos, que impactaram positivamente o EBITDA de 2014, no valor total de R$ 133,1 milhões, e negativamente o ano de 2013, em R$ 36,0 milhões, o registro do *impairment* em 2013 no valor de R$ 48,0 milhões e os efeitos positivos não recorrentes no resultado financeiro, quais sejam: (i) encargos financeiros de R$ 40,5 milhões sobre os passivos prescritos revertidos em 2014; (ii) ganho no ano de 2013 de R$ 32,4 milhões na liquidação antecipada da dívida; e (iii) ganho em 2013 de R$ 19,3 milhões em ação judicial transitada em julgado, o lucro líquido nos anos de 2014 e 2013 seria R$ 1.209,5 milhões e R$ 1.469,0 milhões, respectivamente, uma redução de R$ 259,5 milhões, ou 17,7%, entre os anos analisados.

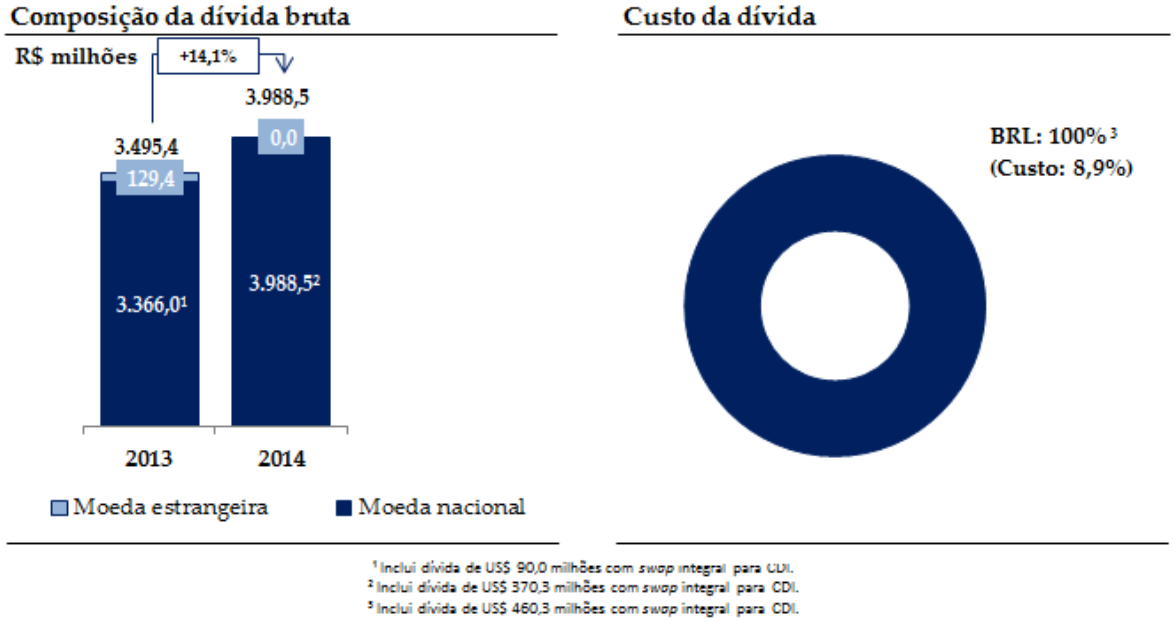


4.2.2.11. Endividamento



Em 31 de dezembro de 2014, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$ 2.237,8 milhões, acréscimo de 4,1% em relação ao registrado ao final de 2013. A partir do terceiro trimestre de 2014, os depósitos vinculados à garantia do pagamento dos serviços da dívida passaram a ser deduzidos da dívida bruta para fins de composição da dívida líquida. De modo a manter a consistência dos procedimentos entre os períodos analisados, a dívida líquida de 31 de dezembro de 2013 passou de R$ 2.271,2 milhões para R$ 2.149,3 milhões.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida de operações de *hedge*, totalizava R$ 3.988,5 milhões ao final de 2014, acréscimo de 14,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2013. Do total da dívida no final do período, 28,7% estava denominada em moeda estrangeira (9,7% ao final de 2013). Considerando-se, no entanto, as operações de *swap* contratadas, não havia exposição a moedas estrangeiras ao final de 2014.

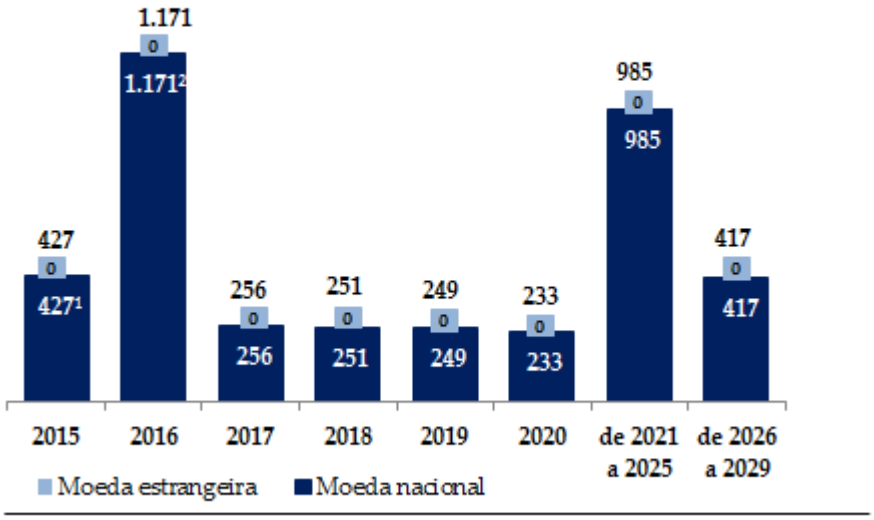


¹ Inclui dívida de US$ 90,0 milhões com *swap* integral para CDI.
² Inclui dívida de US$ 370,3 milhões com *swap* integral para CDI.
³ Inclui dívida de US$ 460,3 milhões com *swap* integral para CDI.

O incremento no endividamento da Companhia está relacionado principalmente à combinação dos seguintes fatores ocorridos entre 2013 e 2014: (i) saques contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 130,7 milhões, para suportar os investimentos na modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo; (ii) absorção do contrato de financiamento com BNDES e bancos repassadores decorrente da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. no valor de R$ 44,5 milhões; (iii) contratação de empréstimos em bancos estrangeiros no valor de US$ 370,3 milhões (equivalente a R$ 927,2 milhões), sujeitos a operações de *swap*, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra a alta do dólar norte-americano; (iv) emissão, em dezembro de 2014, de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 162,4 milhões; (v) a geração de R$ 265,3 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial; (vi) amortização de debêntures no valor de R$ 184,6 milhões; e (vii) R$ 852,3 milhões em amortizações de empréstimos e financiamentos.

Cronograma de vencimento da dívida

R$ milhões



[1] Inclui dívida de US$ 90,0 milhões com *swap* integral para CDI.
[2] Inclui dívida de US$ 370,3 milhões com *swap* integral para CDI.

4.2.2.12. Custo de capital

A formação usual do capital investido pela Tractebel Energia na expansão do seu negócio é de cerca de um terço de capital próprio - para isso, a Companhia, quando necessário, retém parte do lucro gerado – e dois terços de capital de terceiros. Na parcela que possui como fonte o capital de terceiros, a Companhia tem obtido financiamentos por meio de linhas de crédito setoriais, preferencialmente do BNDES, com taxas inferiores às de mercado. A maior parte desses recursos está vinculada à TJLP (61,9% do total do endividamento em moeda nacional em 31 de dezembro de 2014). O restante dos recursos é proveniente de outros empréstimos com taxas variáveis no mercado. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo total da dívida da Companhia com terceiros foi de 8,85%, sendo integralmente representada por dívidas em moeda nacional. O custo do capital próprio é, presumidamente, maior que o custo do capital de terceiros e, no caso da Companhia, leva em conta a taxa livre de risco, a taxa de risco Brasil e o prêmio de risco de mercado, além do beta desalavancado, que varia de acordo com o mercado, a série histórica e a liquidez da ação na bolsa de valores. Considerando a exigência de uma taxa de retorno adequada, a Companhia busca remunerar satisfatoriamente os investimentos feitos com capital próprio.

4.2.3. Investimentos em 2014

4.2.3.1. Expansão e revitalização do parque gerador

A Companhia deu continuidade ao crescimento e a revitalização do seu complexo gerador. A construção dos Complexos Eólicos Trairi, Campo Largo e Santa Mônica e ampliação da Usina Termelétrica Ferrari demandaram R$ 343,0 milhões. Já nos projetos de manutenção e revitalização, foram investidos R$ 228,4 milhões. Dessa forma, em 2014 esses investimentos totalizaram R$ 571,4 milhões.

4.2.3.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Foram destinados R$ 40,5 milhões no programa de P&D: R$ 16,2 milhões em projetos, a mesma quantia para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e R$ 8,1 milhões correspondentes ao repasse ao Ministério de Minas e Energia.

4.2.3.3. Gestão ambiental

O investimento foi de R$ 17,0 milhões, enquanto os gastos operacionais foram de R$ 32,1 milhões.

4.2.3.4. Capacitação profissional

O investimento em treinamentos, cursos e palestras para desenvolver, atualizar e qualificar os empregados foi de R$ 5,0 milhões, o que resultou em uma média de 66,3 horas de treinamento por empregado.

4.2.3.5. Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Em 2014, os investimentos em RSC da Tractebel Energia foram aplicados da seguinte maneira: (i) R$ 4,1 milhões em investimentos não incentivados; (ii) R$ 1,8 milhão em investimentos via Fundo da Infância e Adolescência; (iii) R$ 9,4 milhões em investimentos pela Lei de Incentivo à Cultura; (iv) R$ 1,3 milhão em investimentos pela Lei do Esporte; e (v) R$ 1,2 milhão em outros investimentos incentivados (saúde e outras áreas).

4.2.4. Dividendos complementares propostos

O Conselho de Administração da Tractebel aprovou, em reunião realizada em 30 de março de 2015, a proposta de dividendos complementares referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, no montante de R$ R$ 172,1 milhões (R$ 0,2636276932 por ação), que deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá definir as condições de pagamento.

Assim, o total de proventos relativos a 2014 atingirá R$ 775,2 milhões, equivalente a R$ 1,1875973571 por ação ou 55% do lucro líquido distribuível ajustado.

4.2.5. Mercado de capitais e desempenho das Ações

Desde sua adesão ao Novo Mercado da BM&FBovespa, a Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), que reúnem companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior no caso de alienação do controle. As ações integram ainda o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), que atesta o comprometimento com a responsabilidade corporativa, e o Índice de Energia Elétrica (IEE), constituído pelas empresas abertas mais significativas do setor elétrico. Em 6 de janeiro de 2014, as ações da Companhia ingressaram no principal índice de ações da BM&FBovespa, o Índice Bovespa.

4.2.5.1. Desempenho da Bovespa e das Ações TBLE3

As ações da Tractebel Energia registraram desvalorização de 1,3% ao final do ano, após ganho de 15,5% em 2013. O IEE valorizou 3,5%, enquanto o Ibovespa perdeu 2,9% no período. A cotação alcançada por TBLE3 em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 33,83/ação, conferindo um valor de mercado à Companhia de R$ 22,1 bilhões.

No ano, o volume médio diário de TBLE3 atingiu R$ 27,3 milhões, com acréscimo de 19,8% na comparação com o alcançado em 2013, refletindo possivelmente o ingresso das ações da Companhia no índice Ibovespa, no início de 2014.

TBLE3 vs. IBOVESPA vs. IEEX

(Base 100 – 31/12/2013)



5. GESTÃO SUSTENTÁVEL DA OPERAÇÃO

A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável abrange as dimensões: Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho (SST), Responsabilidade Social e, a partir de 2014, a Gestão da Energia. Essa Política é aplicada em todas as 27 usinas operadas pela Companhia e está disponível no website.

O fortalecimento da cultura de responsabilidade socioambiental aliada ao desenvolvimento econômico é preocupação permanente da Tractebel Energia. Integra essa cultura a atuação conjunta do Comitê de Sustentabilidade e das unidades organizacionais.

Outra política que reforça essa postura é a de engajamento de stakeholders. Lançada em 2014 e disponível no website, ratifica os procedimentos sobre esse tema que devem ser adotados pela Companhia e suas controladas nas etapas de desenvolvimento, implantação e operação de usinas de geração de energia sob sua responsabilidade.

A Companhia tem o respeito como um dos seus princípios éticos fundamentais. Está permanentemente atenta à garantia dos direitos humanos e a situações sensíveis que envolvam suas atividades, como o relacionamento com as populações remanejadas e do entorno de suas usinas, entre outros.

A conduta esperada de seus empregados, fornecedores e parceiros consta do Código de Ética, amplamente divulgado a todos os públicos e disponível no website. Cada empregado deve se certificar de que não pratica nenhuma discriminação por palavras ou atos, particularmente no que se refere ao gênero, idade, origens étnicas, sociais ou culturais, orientação sexual, religião, opiniões políticas ou sindicais, escolhas de vida pessoais, particularidades ou deficiências físicas.

A Companhia não admite, em hipótese alguma, a exploração do trabalho infantil, forçado ou compulsório, e reserva-se o direito de não contratar serviços ou ter relacionamento comercial com entidades que adotem essa prática, assumindo ainda o compromisso de denunciar aos órgãos competentes os casos que por ventura vier a ter conhecimento.

5.1. Gestão de recursos humanos

Os princípios de reconhecimento e motivação, desenvolvimento e saúde e bem-estar embasam a gestão de recursos humanos da Tractebel Energia. Uma pesquisa de clima organizacional respondida por 76% dos empregados apontou um índice de 74% de satisfação, sendo que 82% dos participantes manifestaram orgulho em trabalhar na Tractebel Energia.

A Tractebel Energia garante aos seus empregados o direito de livre associação, negocia e firma acordos coletivos de trabalho com os sindicatos que os representam. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual, atualizações de planos de previdência e benefícios, entre outros temas.

Sua política de remuneração baseia-se nas melhores práticas do mercado e é periodicamente revisada por meio de pesquisas salariais. A remuneração é formada por uma parcela fixa e outra variável, em função de resultados empresariais anuais e, para a carreira gerencial, também do cumprimento de metas. Em 2014, R$ 24,1 milhões foram distribuídos aos empregados como participação nos resultados do ano anterior. A equidade da remuneração entre gêneros e etnias é, também, política da Tractebel Energia, que valoriza o mérito profissional para cada cargo e, como determina a legislação, não exige de seus empregados a auto declaração de cor, raça ou etnia.

O plano de benefícios é dos mais completos do mercado: inclui auxílio alimentação; auxílio transporte; auxílio creche; extensão da licença maternidade para 180 dias; complementação de auxílio doença e seguro de vida em grupo, além de previdência complementar. Para o Fundo de Aposentadoria Previg – Sociedade de Previdência Complementar, a contribuição da Tractebel Energia é de 50% e o montante repassado pela Companhia, correspondente às contribuições, às dívidas contratadas e às despesas administrativas, foi de R$ 23,2 milhões em 2014. Entre empregados e ex-empregados, o número de filiados da Previg alcançou 1.755 pessoas. A Companhia participa ainda do patrocínio do plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), por fazerem parte desse plano alguns dos ex-empregados aposentados. Em 2014, a Tractebel Energia repassou R$ 31,0 milhões à ELOS, referentes às contribuições, às dívidas contratadas e às despesas administrativas.

A Saúde e Segurança no Trabalho é uma das cinco dimensões da Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, que estabelece a prioridade para a integridade física e psíquica das pessoas, o profissionalismo, a capacitação e a competência.

As ações da Tractebel Energia em prol da qualidade de vida dos seus empregados incluem a promoção, manutenção e recuperação da saúde e bem-estar dos profissionais. Com base no perfil epidemiológico, extraído dos exames de saúde ocupacionais anuais, dez programas são desenvolvidos: incentivo à atividade física, alimentação saudável, bem-estar, esportes e jogos coletivos, combate à obesidade, gerenciamento de doenças crônicas, tratamento da dependência do álcool e outras drogas, antitabagismo, check up de executivos e preparação para a aposentadoria. Em 2014, campanhas especiais foram desenvolvidas, relacionadas ao combate ao câncer de mama – "setembro rosa" – e de próstata – "outubro azul".

No encerramento do exercício o quadro funcional próprio da Companhia, não consideradas as empresas controladas ou coligadas, reunia 1.134 profissionais (171 mulheres e 963 homens), dos quais 43,2% possuíam nível universitário e 44,0% formação técnica. Ao longo do ano foram registradas 47 admissões e 43 desligamentos.

5.2. Conformidade legal

O tema conformidade legal é requisito básico para a Tractebel Energia, que monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação das suas atividades, incluindo as relativas à responsabilidade socioambiental. Procedimentos preventivos são adotados para garantir que todas as usinas do parque gerador da Companhia possuam as autorizações e licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes a tempo e com a validade requerida. Para cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais assumidos, a Tractebel Energia avalia e ajusta operações e procedimentos sempre que necessário.

5.3. Melhoria contínua

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Companhia é associado à Política de Gestão Sustentável, abrangendo as suas cinco dimensões e submetido a um processo de melhoria contínua, da forma como ocorre na governança corporativa.

O SIG e mais 15 usinas são certificadas conforme os requisitos da NBR ISO 9001:2000 – Sistema de Gestão da Qualidade –, NBR ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental – e OHSAS 18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho. O percentual de certificação, considerando-se a capacidade instalada própria e operada da Companhia, é de 95,0% e 83,8%, respectivamente.

5.4. Destaques de 2014

- entrada em operação comercial dos parques eólicos Fleixeiras I e Mundaú, no Ceará, e da Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul, em Santa Catarina;
- manutenção das certificações obtidas em 2013 para 15 usinas, por meio de auditorias do Bureau Veritas (BV);
- inauguração do Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu (PR), aprovação pelo Ministério da Cultura (MINC) do projeto do Centro de Cultura de Minaçu (GO), elaboração e registro no MINC dos projetos do Centro de Cultura de Itá (SC) e Centro de Cultura de Saudade do Iguaçu (PR); e
- renovação das licenças de operação da Usina Hidrelétrica Machadinho, com validade de dez anos, e da Usina Termelétrica Charqueadas, com validade de quatro anos, ambas no Rio Grande do Sul.

6. BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

	2014	2013
1. BASE DE CÁLCULO	**Em milhares de Reais**	**Em milhares de Reais**
Receita Líquida de Vendas (RLV)	6.472.496	5.568.658
Resultado Operacional (ROp)	1.956.649	2.001.709
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	154.972	141.731
Valor Adicionado Total (VAT)	3.685.023	3.681.424

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Em milhares de Reais	% sobre a FPB	% sobre a RLV	% sobre a VAT	Em milhares de Reais	% sobre a FPB	% sobre a RLV	% sobre a VAT
Alimentação	13.472	8,69	0,21	0,37	13.667	9,64	0,25	0,37
Encargos Sociais Compulsórios	53.694	34,65	0,83	1,46	48.732	34,38	0,88	1,32
Previdência Privada	36.355	23,46	0,56	0,99	34.234	24,15	0,61	0,93
Saúde	15.595	10,06	0,24	0,42	12.440	8,78	0,22	0,34
Segurança e Saúde no Trabalho	4.302	2,78	0,07	0,12	5.745	4,05	0,10	0,16
Educação	747	0,48	0,01	0,02	717	0,51	0,01	0,02
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	3.576	2,31	0,06	0,10	5.767	4,07	0,10	0,16
Creches ou Auxílio Creche	145	0,09	0,00	0,00	197	0,14	0,00	0,01
Participação nos Resultados / Bônus	45.409	29,30	0,70	1,23	38.943	27,48	0,70	1,06
Transporte	4.207	2,71	0,06	0,11	4.112	2,90	0,07	0,11
Outros Benefícios	1.556	1,00	0,02	0,04	1.650	1,16	0,03	0,04
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**179.058**	**115,54**	**2,77**	**4,86**	**166.204**	**117,27**	**2,98**	**4,51**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT	R$ mil	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT
Educação	1.887	0,10	0,03	0,05	2.080	0,10	0,04	0,06
Cultura	12.629	0,65	0,20	0,34	13.767	0,69	0,25	0,37
Esportes	1.319	0,85	0,07	0,04	360	0,02	0,01	0,01
Outros	3	0,00	0,00	0,00	76	0,00	0,00	0,00
Total das contribuições para a sociedade	15.838	0,81	0,24	0,43	16.283	0,81	0,29	0,44
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.196.191	61,13	18,48	32,46	1.163.670	58,13	20,90	31,61
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**1.212.029**	**61,94**	**18,73**	**32,89**	**1.179.953**	**58,95**	**21,19**	**32,05**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT	R$ mil	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT
Contribuição para a sociedade e cidadania	18	0,00	0,00	0,00	1.624	0,08	0,03	0,04
Relacionados com a operação da Empresa	29.641	1,51	0,46	0,80	27.953	1,40	0,50	0,76
Relacionados com projetos em curso	16.951	0,87	0,26	0,46	16.697	0,83	0,30	0,45
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	**46.610**	**2,38**	**0,72**	**1,26**	**46.274**	**2,31**	**0,83**	**1,26**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	QUANTIDADE 2014	QUANTIDADE 2013
Nº de empregados ao final do período	1.134	1.125
Nº de admissões durante o período	43	86
Nº de empregados terceirizados	830	869
Nº de estagiários	28	70
Nº de empregados acima de 45 anos	461	432
Nº de mulheres que trabalham na empresa	171	162
% de cargos de chefia ocupado por mulheres	13%	-
Nº negros que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem
% de cargos de chefia ocupado por negros	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	29	32

Continua na próxima página

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,3			Não definida		
Número total de acidentes de trabalho	Tractebel Energia: 3 Empresas prestadoras de serviços: 13			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva
Nº total de reclamações e críticas dos consumidores	Na empresa Não houve	No Procon Não aplicável	Na justiça Não houve	Na empresa ND	No Procon ND	Na justiça ND
Valor adicionado total a distribuir (em milhares de Reais):	R$ 3.685.023			ND		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	45,60% governo 37,60% acionistas	7,10% colaboradores(as) 9,70% terceiros	0% retido	ND% governo ND% acionistas	ND% colaboradores(as) ND% terceiros	ND% retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	2014	2013
Consumo de água	6.163.417,0 m³	7.173.223 m³
Consumo de energia elétrica	171,3 GWh	253,9 GWh
Quantidade anual de resíduos gerados	1.862.767,33 ton	1.503.673,8 ton
Quantidade anual de resíduos reciclados	1.822.753,82 ton	1.502.907,4 ton

7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Exploração do trabalho infantil, forçado e compulsório e política de combate à discriminação

A Tractebel Energia não admite, em hipótese alguma, a exploração do trabalho infantil, forçado ou compulsório e reserva-se o direito de não contratar serviços ou ter relacionamento comercial com entidades que adotem essa prática, assumindo ainda o compromisso de denunciar aos órgãos competentes os casos que por ventura vier a ter conhecimento.

A Tractebel Energia tem o respeito como um dos seus princípios éticos fundamentais. No que se refere aos direitos humanos, a Companhia está permanentemente atenta a situações sensíveis que possam comprometer a execução de suas atividades, como, por exemplo, o relacionamento com as populações remanejadas.

Ainda neste contexto, cada empregado da Tractebel Energia deve certificar-se de que não pratica qualquer discriminação por palavras ou atos, particularmente no que se refere à idade, gênero, origens étnicas, sociais ou culturais, religião, opiniões políticas ou sindicais, escolhas de vida pessoais, particularidades ou deficiências físicas.

Todos esses princípios e a conduta esperada de seus empregados, fornecedores e parceiros estão dispostos no Código de Ética da Tractebel Energia, amplamente divulgado a todos os públicos em seu website.

7.2. Prática do voluntariado

A Companhia é patrocinadora da *Junior Achievement* e do Instituto Voluntários em ação.

7.3. Identificação do responsável pelas informações sociais e forma de contato

O secretário do Comitê de Sustentabilidade é a pessoa responsável pelas informações sociais e o contato pode ser estabelecido por meio do e-mail: comite_de_sustentabilidade@ tractebelenergia.com.br

7.4. Auditores Independentes

De acordo com o Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que a KPMG Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia e de suas controladas, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente em 2014.

7.5. Declaração da Diretoria

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste Relatório e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimento

A Tractebel Energia agradece a contribuição de seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e os demais públicos que contribuem para construir a história exitosa da Companhia.

A Administração

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.287.464	949.470	1.604.731	1.224.276
Contas a receber de clientes	5	443.504	372.256	713.154	740.326
Dividendos a receber de controladas	32	239.115	141.342	-	-
Estoques	6	67.096	60.864	70.259	64.785
Créditos fiscais a recuperar	7	1.904	722	50.751	59.830
Combustível a reembolsar	8	343.221	139.601	343.221	139.601
Indenização de seguro a receber	33	216.426	-	216.426	-
Depósitos vinculados	9	55.133	10	104.260	3.833
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	31	27.538	-	30.144	-
Outros ativos circulantes		49.899	58.381	65.124	89.036
		2.731.300	**1.722.646**	**3.198.070**	**2.321.687**
Ativo não circulante mantido para venda	10	86.886	-	86.886	-
		2.818.186	**1.722.646**	**3.284.956**	**2.321.687**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a receber de clientes	5	19.034	31.398	3.309	4.432
Créditos fiscais a recuperar	7	42.710	26.642	84.056	100.222
Depósitos vinculados	9	40.330	37.084	156.013	130.857
Depósitos judiciais	11	115.380	105.211	117.144	106.854
Valores a receber pela alienação de ativo	10	-	86.886	-	86.886
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	31	38.430	1.115	63.595	1.115
Outros ativos não circulantes		8.974	8.544	56.879	50.994
		264.858	**296.880**	**480.996**	**481.360**
Investimentos	12	**2.599.777**	**2.416.266**	**-**	**-**
Imobilizado	13	**5.539.327**	**5.713.965**	**9.658.078**	**9.708.227**
Intangível	14	**10.993**	**10.920**	**196.516**	**126.352**
		8.414.955	**8.438.031**	**10.335.590**	**10.315.939**
TOTAL		**11.233.141**	**10.160.677**	**13.620.546**	**12.637.626**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	15	507.086	281.711	641.702	510.346
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	199.713	220.917	200.142	221.276
Empréstimos e financiamentos	16	297.730	343.339	454.321	492.843
Debêntures	17	442	174.072	442	174.072
Concessões a pagar	18	50.458	47.397	55.115	51.763
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	199.735	431.587	228.464	434.166
Outras obrigações fiscais e regulatórias	20	42.069	43.799	66.985	62.927
Provisão para remunerações e encargos	21	71.579	63.757	71.909	64.122
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22	13.957	14.305	15.046	15.136
Obrigações com benefícios de aposentadoria	23	48.799	28.851	48.799	28.851
Outros passivos circulantes		59.093	53.162	171.156	111.431
		1.490.661	**1.702.897**	**1.954.081**	**2.166.933**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	1.644.768	929.553	3.435.085	2.829.645
Debêntures	17	162.884	-	162.884	-
Concessões a pagar	18	1.669.647	1.504.431	1.710.657	1.543.406
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22	184.683	177.654	187.426	179.836
Obrigações com benefícios de aposentadoria	23	234.119	189.668	234.119	189.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	177.512	141.042	212.507	163.663
Outros passivos não circulantes		17.822	154.059	68.838	199.864
		4.091.435	**3.096.407**	**6.011.516**	**5.106.082**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reserva de capital		91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros		2.417.713	1.771.784	2.417.713	1.771.784
Dividendos propostos		172.081	461.788	172.081	461.788
Ajustes de avaliação patrimonial		523.790	590.340	523.790	590.340
		5.651.045	**5.361.373**	**5.651.045**	**5.361.373**
Participação de acionista não controlador		-	-	3.904	3.238
		5.651.045	**5.361.373**	**5.654.949**	**5.364.611**
TOTAL		**11.233.141**	**10.160.677**	**13.620.546**	**12.637.626**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	27	**4.429.368**	**3.506.194**	**6.472.496**	**5.568.658**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda		(303.015)	(89.992)	(1.276.026)	(775.517)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(888.482)	(98.458)	(1.039.326)	(637.744)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(273.054)	(239.508)	(332.662)	(307.593)
Custo de produção de energia elétrica	28	(993.515)	(847.174)	(1.301.417)	(1.164.606)
Custo dos serviços prestados	28	(25.357)	(26.217)	(25.357)	(26.217)
		(2.483.423)	**(1.301.349)**	**(3.974.788)**	**(2.911.677)**
LUCRO BRUTO		**1.945.945**	**2.204.845**	**2.497.708**	**2.656.981**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(10.361)	(10.611)	(17.212)	(18.637)
Despesas gerais e administrativas	28	(166.025)	(166.973)	(180.340)	(177.866)
Provisão para redução ao valor recuperável	13	-	(68.698)	-	(72.837)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.745	(1.823)	2.792	(411)
		(173.641)	**(248.105)**	**(194.760)**	**(269.751)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	297.982	166.864	-	-
Amortização de ágio	12	(3.341)	(4.498)	-	-
		294.641	**162.366**	**-**	**-**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**2.066.945**	**2.119.106**	**2.302.948**	**2.387.230**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	162.145	146.369	206.410	182.659
Despesas financeiras	29	(393.764)	(328.478)	(552.709)	(568.180)
		(231.619)	**(182.109)**	**(346.299)**	**(385.521)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**1.835.326**	**1.936.997**	**1.956.649**	**2.001.709**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	30	(392.727)	(565.757)	(508.686)	(608.767)
Diferido	30	(60.231)	64.872	(64.858)	43.805
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.382.368**	**1.436.112**	**1.383.105**	**1.436.747**
LUCRO ATRIBUÍDO AO(S):					
Acionistas da Tractebel Energia		**1.382.368**	**1.436.112**	**1.382.368**	**1.436.112**
Acionista não controlador		**-**	**-**	**737**	**635**
		1.382.368	**1.436.112**	**1.383.105**	**1.436.747**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS		**2,1178**	**2,2001**	**2,1189**	**2,2011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.382.368**	**1.436.112**	**1.383.105**	**1.436.747**
Outros resultados abrangentes que:					
- Não serão reclassificados para o resultado no futuro					
Remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria	23	(69.884)	21.925	(69.884)	21.925
Imposto de renda e contribuição social diferidos		23.761	(7.455)	23.761	(7.455)
		(46.123)	**14.470**	**(46.123)**	**14.470**
- Serão reclassificados para o resultado no futuro					
Hedge de fluxo de caixa					
Ganhos não realizados originados no exercício		-	-	27.771	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(9.442)	-
Equivalência patrimonial dos efeitos acima		18.329	-	-	-
	31	**18.329**	**-**	**18.329**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.354.574**	**1.450.582**	**1.355.311**	**1.451.217**
RESULTADO ATRIBUÍDO AO(S):					
Acionistas da Tractebel Energia		**1.354.574**	**1.450.582**	**1.354.574**	**1.450.582**
Acionista não controlador		**-**	**-**	**737**	**635**
		1.354.574	**1.450.582**	**1.355.311**	**1.451.217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

				Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial				
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01.01.2013		**2.445.766**	**91.695**	**489.153**	**45.098**	**1.220.337**	**576.429**	**-**	**582.656**	**48.454**	**5.499.588**	**2.663**	**5.502.251**
Dividendos adicionais de 2012 pagos		-	-	-	-	-	(576.429)	-	-	-	**(576.429)**	-	**(576.429)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.436.112	-	-	**1.436.112**	635	**1.436.747**
Mensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria		-	-	-	-	-	-	-	-	14.470	**14.470**	-	**14.470**
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	-	55.240	(55.240)	-	**-**	-	**-**
Destinações propostas à AGO:													
- Reserva de incentivos fiscais	25	-	-	-	17.196	-	-	(17.196)	-	-	**-**	-	**-**
- Dividendos intercalares pagos	26	-	-	-	-	-	-	(767.568)	-	-	**(767.568)**	(60)	**(767.628)**
- Juros sobre o capital próprio creditados	26	-	-	-	-	-	-	(244.800)	-	-	**(244.800)**	-	**(244.800)**
- Dividendos adicionais propostos	26	-	-	-	-	-	461.788	(461.788)	-	-	**-**	-	**-**
Saldos em 31.12.2013		**2.445.766**	**91.695**	**489.153**	**62.294**	**1.220.337**	**461.788**	**-**	**527.416**	**62.924**	**5.361.373**	**3.238**	**5.364.611**
Dividendos adicionais de 2013 pagos		-	-	-	-	-	(461.788)	-	-	-	**(461.788)**	-	**(461.788)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.382.368	-	-	**1.382.368**	737	**1.383.105**
Mensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria				-	-	-	-	-		(46.123)	**(46.123)**	-	**(46.123)**
Hedge de fluxo de caixa de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	18.329	**18.329**	-	**18.329**
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	-	38.756	(38.756)	-	**-**	-	**-**
Destinações propostas à AGO:													
- Reserva de incentivos fiscais	25	-	-	-	11.679	-	-	(11.679)	-	-	**-**	-	**-**
- Dividendos intercalares pagos	26	-	-	-	-	-	-	(380.114)	-	-	**(380.114)**	(71)	**(380.185)**
- Juros sobre o capital próprio creditados	26	-	-	-	-	-	-	(223.000)	-	-	**(223.000)**	-	**(223.000)**
- Dividendos adicionais propostos	26	-	-	-	-	-	172.081	(172.081)	-	-	**-**	-	**-**
- Reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	-	634.250	-	(634.250)	-	-	**-**	-	**-**
Saldos em 31.12.2014		**2.445.766**	**91.695**	**489.153**	**73.973**	**1.854.587**	**172.081**	**-**	**488.660**	**35.130**	**5.651.045**	**3.904**	**5.654.949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.835.326	1.936.997	1.956.649	2.001.709
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos sobre o lucro ao caixa gerado nas operações:				
Resultado de participações societárias	(294.641)	(162.366)	-	-
Depreciação e amortização	383.517	363.046	592.125	582.486
Provisão para redução ao valor recuperável	-	68.698	-	72.837
Variação monetária e cambial	69.107	115.028	74.012	139.156
Juros	221.492	140.380	363.450	344.293
Outros	1.007	4.264	1.470	4.220
Lucro ajustado	**2.215.808**	**2.466.047**	**2.987.706**	**3.144.701**
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	(50.395)	51.045	36.059	(112.944)
Estoques	(6.232)	(17.994)	(5.474)	(19.411)
Créditos fiscais a recuperar	(55.155)	(32.112)	(25.310)	(10.162)
Combustível a reembolsar	(203.620)	(91.778)	(203.620)	(91.778)
Indenização de seguro a receber	(216.426)	-	(216.426)	-
Depósitos vinculados e judiciais	(52.888)	13.618	(49.588)	11.322
Outros ativos	(31.602)	(14.907)	(23.936)	(20.227)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	238.233	90.993	164.810	227.796
Imposto de renda e contribuição social a pagar	156	(106)	(4.358)	(6.193)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	(4.802)	1.010	(1.011)	(8.064)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(33.439)	(27.464)	(33.439)	(27.464)
Outros passivos	(39.190)	13.762	(27.045)	6.675
Caixa gerado pelas operações	**1.760.448**	**2.452.114**	**2.598.368**	**3.094.251**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(590.886)	(444.943)	(666.441)	(517.169)
Pagamento de juros sobre dívidas, líquido de *hedge*	(110.145)	(70.931)	(255.024)	(245.888)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.059.417**	**1.936.240**	**1.676.903**	**2.331.194**

Continua na próxima página

Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Atividades de investimento				
Caixa e equivalentes de controlada incorporada	-	150.000	-	-
Dividendos recebidos de controladas	277.811	21.937	-	-
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes das empresas adquiridas	(246.125)	(48.248)	(235.294)	(11.461)
Aplicação no imobilizado	(204.862)	(211.949)	(340.862)	(528.821)
Aplicação no intangível	(2.795)	(5.146)	(12.064)	(14.431)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(175.971)**	**(93.406)**	**(588.220)**	**(554.713)**
Atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.218.966	362.486	1.220.376	519.937
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(633.060)	(371.651)	(781.914)	(567.930)
Parcelas de concessões pagas	(50.130)	(2.905)	(54.894)	(51.607)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	97	(5.467)	(11.795)	(19.447)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.081.325)	(1.612.144)	(1.081.325)	(1.612.144)
Outros	-	-	1.324	(990)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(545.452)**	**(1.629.681)**	**(708.228)**	**(1.732.181)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**337.994**	**213.153**	**380.455**	**44.300**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	949.470	736.317	1.224.276	1.179.976
Saldo final	1.287.464	949.470	1.604.731	1.224.276
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**337.994**	**213.153**	**380.455**	**44.300**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 35 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita bruta de vendas	4.881.550	3.881.733	7.122.723	6.202.030
Receita relativa à construção de usinas	-	-	75.838	425.163
Outros	2.719	(2.210)	2.749	(2.646)
	4.884.269	**3.879.523**	**7.201.310**	**6.624.547**
(-) Insumos				
Energia elétrica comprada para revenda	(303.015)	(89.992)	(1.276.026)	(775.517)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(888.482)	(98.458)	(1.039.326)	(637.744)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	(273.054)	(239.508)	(332.662)	(307.593)
Combustíveis para a produção de energia	(185.485)	(52.942)	(204.186)	(70.058)
Serviços de terceiros	(151.048)	(134.391)	(192.342)	(175.376)
Materiais	(30.564)	(30.820)	(34.979)	(35.525)
Seguros	(12.182)	(10.869)	(15.916)	(14.601)
Reversão de provisões e passivos, líquida	76.092	3.946	76.091	3.018
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(68.698)	-	(72.837)
Gastos com a construção de usinas	-	-	(58.062)	(404.102)
Outros	(41.938)	(47.408)	(53.164)	(52.961)
	(1.809.676)	**(769.140)**	**(3.130.572)**	**(2.543.296)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.074.593**	**3.110.383**	**4.070.738**	**4.081.251**
Depreciação e amortização	(383.517)	(363.046)	(592.125)	(582.486)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.691.076**	**2.747.337**	**3.478.613**	**3.498.765**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	162.145	146.369	206.410	182.659
Resultado de participações societárias	294.641	162.366	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**3.147.862**	**3.056.072**	**3.685.023**	**3.681.424**

Continua na próxima página

Continuação

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2014	**%**	**31.12.2013**	**%**	**31.12.2014**	**%**	**31.12.2013**	**%**
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	165.086	5,2	148.899	4,9	170.093	4,6	154.221	4,2
Benefícios	53.723	1,7	53.354	1,7	54.577	1,5	54.140	1,5
Participação nos resultados	26.989	0,9	24.264	0,8	26.989	0,7	24.264	0,7
FGTS	11.622	0,4	10.363	0,3	12.012	0,3	10.657	0,3
	257.420	**8,2**	**236.880**	**7,7**	**263.671**	**7,1**	**243.282**	**6,7**
Do governo								
Impostos federais	896.398	28,5	861.933	28,2	1.213.664	32,9	1.134.286	30,7
Impostos estaduais	22.342	0,7	20.049	0,7	22.551	0,6	65.530	1,8
Impostos municipais	2.083	0,1	1.891	0,1	2.265	0,1	2.072	0,1
Encargos setoriais	185.879	5,9	162.221	5,3	217.369	5,9	198.546	5,4
Encargos sobre concessão a pagar	218.407	6,9	147.307	4,8	225.497	6,1	217.850	5,9
	1.325.109	**42,1**	**1.193.401**	**39,1**	**1.681.346**	**45,6**	**1.618.284**	**43,9**
Do capital de terceiros								
Juros e variações monetárias	136.075	4,3	156.303	5,1	297.279	8,1	321.286	8,7
Juros capitalizados	16.744	0,5	160	-	17.776	0,5	20.832	0,6
Aluguéis	10.022	0,3	8.942	0,3	14.656	0,4	11.925	0,3
Outras despesas financeiras	20.124	0,6	24.274	0,8	27.190	0,7	29.068	0,8
	182.965	**5,7**	**189.679**	**6,2**	**356.901**	**9,7**	**383.111**	**10,4**
Do capital próprio								
Reserva de incentivos fiscais	11.679	0,4	17.196	0,6	11.679	0,3	17.196	0,5
Reserva de retenção de lucros	634.250	20,2	-	-	634.250	17,2	-	-
Realização do custo atribuído	(38.756)	(1,2)	(55.240)	(1,8)	(38.756)	(1,1)	(55.240)	(1,5)
Juros sobre o capital próprio	223.000	7,1	244.800	8,0	223.000	6,1	244.800	6,6
Dividendos	552.195	17,7	1.229.356	40,2	552.195	15,1	1.229.356	33,4
Acionista não controlador	-	-	-	-	737	-	635	-
	1.382.368	**44,0**	**1.436.112**	**47,0**	**1.383.105**	**37,6**	**1.436.747**	**39,0**
	3.147.862	**100,0**	**3.056.072**	**100,0**	**3.685.023**	**100,0**	**3.681.424**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e a comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, pela relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. ("GSELA"), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power PLC, empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 5,7%[2] da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia, em 31.12.2014, incluindo as participações em consórcios de geração de energia, é de 7.027,2 MW. Desse total, 79,1% são oriundas de fontes hidrelétricas, 15,9% de termelétricas e 5,0% de energias complementares (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, fontes eólicas, geração à biomassa e solar). A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.12.2014, é de 3.869,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por vinte e sete usinas, das quais nove hidrelétricas, oito termelétricas, sendo três a carvão, três à biomassa, uma a gás natural e uma a vapor, três PCH, seis parques eólicos e uma solar fotovoltaica.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2014 estão sumarizados a seguir:

a) Entrada em operação comercial dos parques eólicos Fleixeiras e Mundaú

Em janeiro e abril de 2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial do parque eólico Fleixeiras e Mundaú, localizados no município de Trairi, no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada de ambos é de 30,0 MW e a capacidade comercial de 16,6 MW médios e 15,2 MW médios, respectivamente.

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

b) Aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A.

Em fevereiro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda, assinado em dezembro de 2013, a Companhia concluiu a aquisição das ações de emissão da Ferrari Termoelétrica S.A. Vide informações adicionais sobre a transação na Nota 12 – Investimentos.

c) Início das obras de construção do Complexo Eólico Santa Mônica

Em abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia autorizou o início da obra de construção do Complexo Eólico Santa Mônica. O Complexo Santa Mônica, localizado no município de Trairi, é composto de 4 parques eólicos, totalizando 97,2 MW de capacidade instalada e capacidade comercial de 48,7 MW médios. A estimativa de investimento é de R$ 460.000 e a entrada em operação da totalidade do projeto está prevista para 2016.

d) Conclusão da aquisição da CLWP II e CLWP III

Em junho de 2014, a Companhia concluiu o processo de aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III), pelos montantes de R$ 22.042 e R$ 39.939, respectivamente. Maiores detalhes estão descritos na Nota 12 – Investimentos.

e) Entrada em operação comercial da Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul

Em agosto de 2014, foi iniciada a operação comercial da Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul, que está localizada no município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina. A usina é composta por 19.424 painéis fotovoltaicos e tem capacidade instalada total de 3 MWp (pico de incidência solar).

f) Aquisição dos direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho

Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, o qual é composto por 24 sociedades de propósito específico (SPE), totalizando um potencial de capacidade instalada de 600 MW, todos localizados nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

Em dezembro de 2014, a Companhia concretizou a aquisição do capital social de uma *holding* e nove SPEs, com capacidade instalada de 225 MW, que constitui a primeira fase do projeto, por R$ 21.051. Maiores informações vide Nota 12 – Investimentos.

g) Comercialização de energia em leilão promovido pela Aneel

Em leilão de energia elétrica, promovido pela Aneel em novembro de 2014, a Companhia comercializou o total de 386,9 MW médios de energia de três plantas: a termelétrica a carvão Pampa Sul (294,5 MW médios), o Complexo Eólico Campo Largo (82,6 MW médios) e a termelétrica a biomassa Ferrari (9,8 MW médios). O início do fornecimento está previsto para janeiro de 2019.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as seguintes demonstrações contábeis:

a.1) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

a.2) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão integralmente consistentes com as normas IFRS.

Em agosto de 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem também o método de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A adoção antecipada desse procedimento eliminou a única inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais até então existentes, não sendo necessário qualquer ajuste retrospectivo nas demonstrações contábeis reportadas.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações denominadas em moedas estrangeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis.

c) Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comparada por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou 99,3% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2014 e 2013.

d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que demandassem a divulgação de resultado de operações descontinuadas.

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

f) Demonstrações dos Valores Adicionados

Este demonstrativo não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo apresentado em atendimento às exigências do CPC e em consonância com o previsto na norma.

g) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e passivos; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros; e (vi) apuração do valor recuperável de ativos *(impairment*).

h) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 30.03.2015.

i) Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A lei 12.973/14 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT); e dá outras providências. Os dispositivos da referida Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que não haverá encargos tributários adicionais em relação à legislação anterior e optou pela aplicação antecipada de seus dispositivos no exercício de 2014.

j) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Tractebel Energia, de suas controladas e de uma operação em conjunto, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Tractebel Energia. As empresas consolidadas com a Tractebel Energia são as que seguem:

	Investidora	Participação no capital (%) 31.12.2014	31.12.2013
Controladas integrais diretas			
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	TBLE	99,99	99,99
Companhia Energética Estreito (CEE)	TBLE	99,99	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	TBLE	99,99	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP) [3]	TBLE	99,99	99,99
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa Sul)	TBLE	99,99	99,99
Épsilon Participações Ltda.	TBLE	99,99	99,99
Operação em conjunto			
Itá Energética S.A. (Itasa)	TBLE	48,75	48,75
Controladas indiretas			
Tupan Energia Elétrica Ltda. (Tupan)	TBLP	99,99	99,99
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)	TBLP	99,99	99,99
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)	TBLP	99,99	99,99
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	TBLP	95,00	95,00
Ferrari Termoelétrica S.A. (Ferrari)	TBLP	99,99	-
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)	TBLP	99,99	99,99
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)	TBLP	99,99	99,99
Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN) [3]	TBLP	99,99	99,99
Central Eólica Trairí S.A. (Trairí)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Guajiru S.A. (Guajiru)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Fleixeiras I S.A. (Fleixeiras I)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Mundaú S.A. (Mundaú)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Trairí II Ltda. (Trairí II)	EEC	99,99	99,99
Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC) [3]	TBLP	99,99	99,99
Central Eólica Cacimbas Ltda. (Cacimbas)	EEC	99,99	99,99
Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A. (Santa Mônica)	EEC	99,99	99,99
Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda. (Santa Mônica II)	EEC	99,99	99,99
CLWP Brasil I Ltda. (CLWP) [3] e controladas	TBLP	99,99	99,99
CLWP Brasil II Ltda. (CLWP II) [3] e controladas	TBLP	99,99	-
CLWP Brasil III Ltda. (CLWP III) [3] e controladas	TBLP	99,99	-
Santo Agostinho Participações Ltda. [3] e controladas	TBLP	99,99	-
Fundos de investimentos			
Fundo de investimento Energy Renda Fixa [4]	-	100	100

A Companhia concentra suas aplicações financeiras em um fundo de investimento exclusivo, o Fundo de Investimento Energy Renda Fixa, o qual está integralmente consolidado em suas demonstrações contábeis.

Os ativos, passivos, receitas e despesas da operação em conjunto Itasa são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia.

[3] *Holding*

[4] Fundo de investimento de renda fixa no qual participam a Tractebel Energia e suas controladas, administrado pela Votorantim Asset Management D.T.V.N. Ltda.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A controlada Ibitiúva Bioenergética está consolidada integralmente. A participação minoritária de 5% no capital social da mesma está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidados, com a denominação "Participação de acionista não controlador" e "Lucro atribuído ao acionista não controlador", respectivamente.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados, nas demonstrações contábeis da controladora e no consolidado.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber

São registradas inicialmente pelo valor da venda ou cobrança e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. Essas provisões são reconhecidas quando há expectativa de perda no valor recuperável e constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir os prováveis riscos de perda.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

a.4) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Concessões a pagar

São registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente das obrigações contratadas.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Durante a construção das usinas os juros e as variações monetárias são capitalizados no ativo imobilizado e, após a data da entrada em operação comercial, reconhecidos diretamente no resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

São mensurados incialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros de dívidas e compromissos futuros, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

c) Contabilidade de *hedge*

No início da operação de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

As operações de *hedge* da Companhia que se qualificam para a contabilidade de *hedge* são as seguintes:

c.1) *Hedge* de valor justo

Os *hedges* para a proteção das variações cambiais dos empréstimos em moeda estrangeira da Companhia são designados como "*Hedge* de valor justo". Nestas transações, os ganhos ou perdas resultantes da mensuração ao valor justo dos empréstimos e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro.

c.2) *Hedge* de fluxos de caixa

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como "*Hedge* de fluxo de caixa". Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

d) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor de realização.

e) Depósitos judiciais

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

f) Ativo não circulante mantido para venda

São classificados como mantidos para venda quando o seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de venda e não através do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e sua venda for considerada altamente provável. Estes ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

g) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e uma operação em conjunto em entidade com personalidade jurídica própria.

g.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre a entidade.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados integralmente na Tractebel Energia para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

g.2) Investimentos em negócios em conjunto

Os negócios em conjunto são aqueles nos quais a Companhia e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais dos investidores.

Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios. A participação na operação em conjunto na Itasa (entidade com personalidade jurídica) é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas da citada operação em conjunto são reconhecidos de forma proporcional à participação no negócio.

g.3) Combinação de negócios e "Ágio" (Direito de concessão)

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da sociedade adquirida é reconhecida no investimento como "ágio", cujo fundamento econômico está relacionado aos direitos pelo uso do bem público das empresas adquiridas.

h) Imobilizado

h.1) Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros e demais encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos relacionados com as imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis no Brasil, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído ao ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, a Companhia optou por reconhecer os valores justos dos intangíveis decorrentes dos direitos de concessão ou autorização pelo uso do bem público, adquiridos em uma combinação de negócios, como um único ativo no grupo do ativo imobilizado. Esta opção foi adotada devido à impossibilidade desses intangíveis e bens do imobilizado serem vendidos ou transferidos separadamente e à equivalência entre os períodos dos referidos direitos e das vidas úteis dos ativos.

h.2) Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 13 – Imobilizado.

O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das "unidades produzidas". Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade geradora, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial da Companhia. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

i) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e autorização.

j) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

k) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira.

Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco de perda possível e remota não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando necessário.

l) Obrigações com benefícios de aposentadoria

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumulados para o cômputo da obrigação estimada final.

Os efeitos das remensurações anuais das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidos dos ativos dos planos, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade do grupo de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

A subvenção governamental relativa ao benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecida como redutora da despesa de imposto de renda e transferida da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias - diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal -, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Estes tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou passivo, de forma líquida, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intenção de quitação pelo valor líquido.

n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

o) Instrumento de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão, quando aplicável.

p) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intercalares - quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio - na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

q) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

r) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

s) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (v) a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

t) Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os arrendamentos da Companhia são avaliados como operacionais, sendo os valores contratados reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

u) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

u.1) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas de câmbio futuro e taxas de juros de longo prazo.

u.2) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos imobilizados, quando os mesmos são necessários.

u.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2014, a Companhia, baseada em suas análises, não identificou necessidade de constituir qualquer nova provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

u.4) Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com duração média (*duration*) similar à esperada para pagamento dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados pelos seus valores de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, estimativa de inflação, e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

u.5) Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

v) Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014

IAS 32/CPC 39 – Instrumentos financeiros (Divulgações): traz orientações adicionais para as compensações entre ativos e passivos financeiros nas demonstrações contábeis.

IAS 36/CPC 01 – *Impairment* de ativos: altera os requerimentos de divulgação da mensuração do valor recuperável do ativo pelo seu valor justo.

IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração): adiciona orientações que evitam a descontinuidade da contabilidade de *hedge* na renovação da operação, quanto se atinge determinados critérios.

IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) – Entidades de investimentos: as alterações da IFRS 10 / CPC 36 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e se enquadra nessa definição não consolide suas controladas, mas mensure as participações nas mesmas pelo valor justo por meio do resultado. Como consequência do mencionado, foram efetuadas alterações no IFRS 12 / CPC 45 e IAS 27 / CPC 35 (R2) para introduzir os novos requerimentos para as entidades de investimentos.

IFRIC 21 / ICPC 29 – Tributo do governo: orienta quando deve ser reconhecido um passivo relacionado a taxas ou impostos determinados pelo governo.

As revisões de normas e interpretações acima mencionadas não resultaram em impactos significativos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2014.

w) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

w.1) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2015

IAS 19/CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados: esclarece os requisitos relacionados à contabilização das contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos, dependendo do tempo dos serviços prestados. A Companhia não espera efeitos significativos em decorrência da adoção desta norma.

w.2) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2016

IAS 1/CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis: esclarece potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações contábeis. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação.

IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1): traz esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, restringindo os métodos baseados em receita.

IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas: permite a opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia já vinha adotando este método por exigência da legislação societária brasileira.

IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 (R2) – Demonstrações consolidadas e Investimentos em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: (i) trata de questões específicas no contexto da aplicação da exceção de consolidação para entidades de investimentos; e (ii) esclarece o tratamento da venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, cujas exigências são aplicáveis independentemente da forma jurídica da operação.

IFRS 11/CPC 19 (R2) – Acordo contratual conjunto: requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3 – Combinação de negócios, aplique os princípios desse IFRS, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que conflitam com o IFRS 11.

A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis quando da aplicação dessas normas.

w.3) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2017

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da aplicação da norma e não espera alterações significativas em relação à prática atualmente adotada.

w.4) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 9 – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando possíveis impactos da adoção do pronunciamento e não espera efeitos significativos em seus registros contábeis e suas divulgações.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.682**	**940**	**14.010**	**7.445**
Aplicações financeiras:				
Fundo de Investimento Exclusivo - Citibank				
Operações compromissadas				
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	245.065	79.471	300.050	99.978
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.040.717	869.059	1.274.218	1.093.309
	1.285.782	**948.530**	**1.574.268**	**1.193.287**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	1.137	1.256
Operações lastreadas em debêntures	-	-	15.316	22.288
	-	**-**	**16.453**	**23.544**
Total das aplicações financeiras	**1.285.782**	**948.530**	**1.590.721**	**1.216.831**
	1.287.464	**949.470**	**1.604.731**	**1.224.276**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, através da concentração dos recursos no Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE são transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador, possuindo liquidez imediata, remuneração baseada na Selic e lastro em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2014 e 2013 foi de 100,4% e 101,4% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
Suprimento de energia elétrica				
Distribuidoras	284.272	245.616	399.257	372.589
Comercializadoras	129.380	84.824	17.883	24.953
Fornecimento de energia elétrica				
Consumidores livres	22.522	20.957	280.097	248.655
Transações realizadas na CCEE[5]	13.510	27.039	22.386	100.581
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.180)	(6.180)	(6.469)	(6.452)
	443.504	**372.256**	**713.154**	**740.326**
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	19.034	31.398	5.157	6.280
Transações realizadas no MAE (atualmente CCEE)				
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	2.665	-	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.986	122.961	122.986	122.961
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(122.986)	(125.626)	(124.834)	(127.474)
	19.034	**31.398**	**3.309**	**4.432**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A composição dos valores a receber vencidos apresentados no ativo circulante é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Vencidas até 30 dias	700	77	700	1.386
Vencidas a mais de 30 dias	6.936	7.218	8.366	7.646
	7.636	**7.295**	**9.066**	**9.032**

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos sobre os valores a receber vencidos para os quais o risco de perda na sua recuperação é provável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os valores relativos as transações realizadas no Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no valor de R$ 122.986, é composta como segue:

(i) R$ 110.598 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no MAE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidos em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto ao recebimento dos valores relativos às referidas transações.

[5] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

(ii) R$ 12.388 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Almoxarifado	37.982	38.819	39.614	40.411
Insumos para produção de energia	25.218	20.813	26.555	23.028
Adiantamentos a fornecedores	2.329	619	2.329	722
Outros	1.567	613	1.761	624
	67.096	**60.864**	**70.259**	**64.785**

7 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Circulante				
PIS[6] e Cofins[7]	-	-	48.841	59.086
INSS[8]	294	722	295	722
ICMS[9]	1.610	-	1.615	22
	1.904	**722**	**50.751**	**59.830**
Não circulante				
PIS e Cofins	17.951	8.832	59.076	81.972
ICMS	18.471	17.810	18.691	18.244
INSS	6.288	-	6.289	6
	42.710	**26.642**	**84.056**	**100.222**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar se referem a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

A Companhia estima que a compensação dos créditos não circulantes ocorrerá até o final de 2018.

[6] Programa de Integração Social
[7] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[8] Instituto Nacional do Seguro Social
[9] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

8 – COMBUSTÍVEL A REEMBOLSAR

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Eletrobras	**343.221**	**139.601**

Esta rubrica registra os valores a receber da Eletrobras decorrentes do reembolso do combustível comprado para consumo nas usinas termelétricas da Companhia. Estas aquisições são pagas pela Eletrobras com os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que tem como uma de suas finalidades a garantia da competitividade da energia produzida a partir de fontes movidas a carvão mineral nacional.

Os reembolsos normalmente são realizados após a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores.

Em 31.12.2014, estavam pendentes de recebimento os reembolsos relativos aos fornecimentos de agosto a novembro de 2014. Os valores relativos aos meses de agosto e setembro de 2014 foram recebidos nos primeiros meses de 2015. A Companhia vem mantendo conversas com os responsáveis pela gestão dos recursos da CDE visando o equacionamento dos valores pendentes de recebimento com a maior brevidade possível.

9 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Garantia serviço da dívida	34.471	31.618	145.965	121.895
Garantia CCEE	53.472	10	54.124	10
Garantia de compromisso contratual	-	-	48.475	-
Outros	7.520	5.466	11.709	12.785
	95.463	**37.094**	**260.273**	**134.690**
Classificação no balanço patrimonial				
Ativo circulante	55.133	10	104.260	3.833
Ativo não circulante	40.330	37.084	156.013	130.857
	95.463	**37.094**	**260.273**	**134.690**

No exercício de 2014 foram reconhecidos, no ativo circulante consolidado, os depósitos no valor de R$ 48.475, efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelos vendedores da Ferrari Termoelétrica, cuja liberação ocorrerá na medida em que tais compromissos forem sendo cumpridos.

10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Esta rubrica registra os bens do empreendimento termelétrico Jacuí (Jacuí) recebidos em decorrência de sentença favorável à Companhia, em 2014, em ação de execução movida contra a Elétrica Jacuí Ltda. (Eleja) para a cobrança de valores a receber decorrentes da venda de Jacuí, os quais tinham sido concedidos em garantia do crédito.

Após a posse dos bens, a Administração da Companhia iniciou um processo de identificação de potenciais interessados na aquisição dos ativos. Em função do atual estágio em que se encontra o processo de venda dos ativos, a Companhia, a partir de 30.09.2014, passou a registrar o ativo no grupo "Ativo não circulante mantido para venda" e manteve o registro do valor contábil do ativo, de R$ 86.886. A avaliação dos ativos que cabem à Companhia apresentada pelo perito judicial totaliza o montante de R$ 114.981. Tendo em vista que a dívida, incluindo multas e encargos, excede o valor da avaliação pericial, a Companhia solicitou reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

O referido ativo não circulante mantido para a venda corresponde somente aos bens integrantes do ativo imobilizado recebido pela Companhia, não havendo outros ativos, passivos e resultados de valores expressivos que estejam relacionados com a mencionada transação.

Até 30.09.2014, os valores a receber da Eleja, no montante de R$ 86.886, vinham sendo apresentados na rubrica "Valores a receber pela alienação de ativo", no ativo não circulante. Esse montante correspondia ao valor presente da totalidade dos recebíveis da Eleja em julho de 2009, mês em que a Eleja suspendeu os pagamentos das parcelas devidas e, em consequência, a Companhia iniciou o processo de execução judicial do contrato de venda do empreendimento. A Companhia, a partir daquele mês, de forma prudente, deixou de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os recebíveis decorrentes dessa transação.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Fiscais	99.207	92.724	99.785	93.485
Cíveis	11.094	8.259	12.161	8.817
Trabalhistas	5.079	4.228	5.198	4.552
	115.380	**105.211**	**117.144**	**106.854**

Do montante total dos depósitos de natureza fiscal registrados em 31.12.2014, R$ 50.220 (R$ 49.192 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado, correspondem a depósitos vinculados a processo transitado em julgado em favor da Companhia, em junho de 2012, em ação que requeria a manutenção da sistemática de não cumulatividade para a apuração de PIS e Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos com "preços predeterminados". A Companhia está aguardando o desfecho de uma contestação apresentada pela União Federal para efetivar o levantamento dos referidos depósitos.

Os demais valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas, dos quais, R$ 44.879, em 31.12.2014 (R$ 38.703 em 31.12.2013), estão diretamente relacionados a provisões de risco provável reconhecidas como provisão, no passivo da Companhia.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2012	**108.616**	**110.411**
Adições	2.550	2.695
Atualizações	9.188	9.323
Baixas e resgates	(15.143)	(15.575)
Saldos em 31.12.2013	**105.211**	**106.854**
Adições	5.794	6.280
Atualizações	11.134	11.276
Baixas e resgates	(6.759)	(7.266)
Saldos em 31.12.2014	**115.380**	**117.144**

12 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2014	**31.12.2013**
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.522.925	2.336.073
"Ágio" (Direito de concessão)	76.852	80.193
	2.599.777	**2.416.266**

b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Itasa	CEE	CESS [10]	Lages	TBLC	TBLP	Pampa	Total
Saldos em 01.01.2013	**329.803**	**983.367**	**376.380**	**59.198**	**168.562**	**732.419**	**1**	**2.649.730**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	44.016	845	**44.861**
Equivalência patrimonial	9.854	24.430	21.421	6.154	62.100	42.909	(4)	**166.864**
Dividendos	(16.528)	(5.208)	-	(6.154)	(100.000)	-	-	**(127.890)**
Outros	-	-	-	-	-	-	309	**309**
Incorporação	-	-	(397.801)	-	-	-	-	**(397.801)**
Saldo em 31.12.2013	**323.129**	**1.002.589**	**-**	**59.198**	**130.662**	**819.344**	**1.151**	**2.336.073**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	245.755	370	**246.125**
Equivalência patrimonial	2.024	5.366	-	7.163	201.772	81.668	(11)	**297.982**
Dividendos	(23.511)	(1.274)	-	(22.565)	(328.234)	-	-	**(375.584)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	5.355	12.974	**18.329**
Saldo em 31.12.2014	**301.642**	**1.006.681**	**-**	**43.796**	**4.200**	**1.152.122**	**14.484**	**2.522.925**

[10] Companhia Energética São Salvador, incorporada em 30.12.2013

b.1) Informações sobre as controladas diretas relativas ao exercício findo em 31.12.2014

	Itasa	CEE	Lages	TBLC	TBLP	Pampa
Capital social	510.136	918.002	30.530	4.200	1.024.534	1.217
Ativo	653.666	2.553.721	57.942	487.115	1.887.550	21.173
Passivo	34.913	1.547.040	14.146	482.915	731.524	6.689
Patrimônio líquido	618.753	1.006.681	43.796	4.200	1.156.026	14.484
Receita líquida	136.605	384.798	45.845	2.815.338	235.392	-
Lucro (prejuízo) líquido	4.152	5.366	7.163	201.772	82.405	(11)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	5.355	12.974
Participação no capital social (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99

A participação de acionista não controlador da Ibitiúva no patrimônio líquido e lucro líquido da TBLP acima apresentado, é de R$ 3.904 e R$ 737, respectivamente.

c) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Mutação

	CEE	CESS	Total
Saldos em 01.01.2013	**83.426**	**30.836**	**114.262**
Amortização	(3.233)	(1.265)	(4.498)
Incorporação CESS	-	(29.571)	(29.571)
Saldos em 31.12.2013	**80.193**	**-**	**80.193**
Amortização	(3.341)	-	(3.341)
Saldos em 31.12.2014	**76.852**	**-**	**76.852**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direitos de concessão) pagos nas aquisições das controladas têm como fundamento econômico os direitos sobre a concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica. Os mesmos foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa, obtidas através de avaliações econômico-financeiras.

O ativo está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo desse prazo.

d) Informações sobre as controladas diretas

d.1) Itá Energética S.A. (Itasa) - operação em conjunto

A Tractebel Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mantém uma operação em conjunto na Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade.

A Itasa e a Tractebel Energia são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai (SC/RS), através de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a Tractebel Energia com 39,5%. A Usina tem energia assegurada de 720 MW médios, dos quais, nos termos do Contrato de Consórcio, a Itasa tem direito a 404,1 MW médios e a Tractebel Energia 315,9 MW médios. A Tractebel, direta e indiretamente, através da Itasa, tem direito a 544,2 MW médios da energia assegurada do empreendimento.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da Itasa, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da Tractebel Energia na proporção de sua participação no capital da empresa, posto que a referida sociedade possui personalidade jurídica própria.

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO		
Ativo circulante	52.449	65.893
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	32.335	34.029
Imobilizado	568.876	603.262
Intangível	6	8
TOTAL DO ATIVO	**653.666**	**703.192**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	32.761	38.492
Passivo não circulante	2.152	1.871
Patrimônio líquido	618.753	662.829
TOTAL DO PASSIVO	**653.666**	**703.192**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**136.605**	**153.530**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA	**(129.259)**	**(116.726)**
LUCRO BRUTO	**7.346**	**36.804**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(3.988)	(4.265)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	45	(3.331)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**3.403**	**29.208**
Resultado financeiro	**2.956**	**1.266**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**6.359**	**30.474**
Imposto de renda e contribuição social	(2.207)	(10.265)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4.152**	**20.209**

d.2) Companhia Energética Estreito (CEE)

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30,00%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE. A energia assegurada da usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE.

d.3) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages é uma termelétrica, localizada no Município de Lages (SC), que utiliza um turbo gerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

d.4) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A TBLC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação livre e regulada, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas no ambiente de comercialização livre da Companhia normalmente são realizadas através da TBLC.

d.5) Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa)

A Pampa é detentora da Usina Termelétrica Pampa Sul, que será implantada no Município de Candiota (RS), e terá capacidade instalada de 340 MW. Em novembro de 2014, a Pampa comercializou, através de leilão promovido pela Aneel, 294,5 MW médios pelo prazo de 25 anos, a serem entregues a partir de 1º de janeiro de 2019. A construção da Usina terá início em 2015 e a operação comercial esta prevista para ser iniciada em janeiro de 2019. O custo de construção da usina está previsto em R$ 1.800.000.

d.6) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os investimentos em projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras das controladas mais relevantes da TBLP, relativas ao exercício findo em 31.12.2014.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo)	Outros resultados abrangentes	Participação no capital (%)
Tupan	80.379	93.524	13.145	80.379	18.386	12.390	-	99,99
Hidropower	33.393	69.483	24.589	44.894	17.673	11.084	-	99,99
Areia Branca	84.160	132.405	51.945	80.460	11.612	(1.112)	-	99,99
Ibitiúva	36.576	135.282	57.196	78.086	25.979	14.730	-	95,00
Ferrari	51.050	129.561	52.298	77.263	45.092	17.343	-	99,99
Beberibe	60.230	149.820	83.066	66.754	26.299	8.924	-	99,99
Pedra do Sal	33.133	95.152	56.027	39.125	18.884	7.279	-	99,99
EEN	184.513	558.188	350.601	207.587	85.848	28.057	-	99,99
EEC	30.739	31.864	1.240	30.624	-	(31)	-	99,99
CLWP	2.427	7.136	1.782	5.354	-	(315)	3.408	99,99
CLWP II	4.553	4.395	19	4.376	-	(116)	-	99,99
CLWP III	8.139	10.766	1.040	9.726	-	(239)	1.947	99,99
Santo Agostinho	10	-	-	-	-	(10)	-	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da TBLP, decorrentes da alocação do valor justo dos direitos vinculados às autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R$ 420.086.

- Ferrari Termoelétrica S.A. (Ferrari)

Em fevereiro de 2014, a TBLP concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari pelo valor de R$ 176.139. A empresa é uma SPE detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica Ferrari, um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A usina conta com uma capacidade comercial de 23,2 MW médios.

Os montantes registrados nos livros e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios foram os seguintes:

	Valor de livros	Valor justo na aquisição
Ativo circulante	10.821	10.821
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	15	15
Imobilizado	81.273	216.797
Intangível	113	113
Passivo circulante	(12.050)	(12.050)
Passivo não circulante	(39.557)	(39.557)
Ativos líquidos	**40.615**	**176.139**

Em abril de 2014, a Companhia iniciou as atividades direcionadas à modernização e ampliação da UTE, de modo a elevar a sua capacidade instalada para 80,5 MW e a sua capacidade comercial para 35,6 MW médios. O término das obras está previsto para o segundo trimestre de 2015.

- Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)

A EEN é uma *holding* constituída para concentrar os investimentos nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que detêm os projetos eólicos localizados no Município de Trairi, Estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras das controladas da EEN, referentes ao exercício findo em 31.12.2014.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Participação no capital (%)
Trairí	36.154	119.827	77.092	42.735	19.693	5.587	99,99
Guajiru	40.068	140.175	90.565	49.610	24.286	8.935	99,99
Fleixeiras	43.391	144.613	94.113	50.500	24.222	8.628	99,99
Mundaú	52.128	140.855	84.813	56.042	17.647	5.475	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da EEN, resultantes da alocação do valor justo dos direitos das autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R$ 12.108.

Os parques eólicos Trairí e Guajiru deram início à operação comercial em novembro de 2013, já os parques eólicos Fleixeiras e Mundaú entraram em operação em janeiro e abril de 2014, respectivamente. O Projeto Trairí adicionou 115,4 MW à capacidade instalada da Companhia e 63,9 MW médios à sua capacidade comercial. A energia gerada está sendo sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

- Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC)

A EEC é uma *holding* constituída para concentrar os investimentos nas SPEs que compõem os parques eólicos do Complexo Santa Mônica, no Estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2014 das controladas da EEC.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	Participação no capital (%)
Trairí II	7.396	7.325	269	7.056	(85)	99,99
Cacimbas	5.163	5.001	188	4.813	(63)	99,99
Santa Mônica	5.164	5.226	170	5.056	(24)	99,99
Santa Mônica II	7.095	7.384	286	7.098	4	99,99

Os quatro parques eólicos têm capacidade comercial total de 48,7 MW médios. A construção dos parques foi iniciada em 2014 e está prevista para ser concluída em 2016. O custo de construção está estimado em R$ 460.000. A energia da usina será comercializada no ambiente livre e/ou regulado.

- Complexo Eólico Campo Largo (CECL)

O CECL é formado por um conjunto de empreendimentos de geração eólica totalizando um potencial aproximado de desenvolvimento de 630 MW, todos localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé, no Estado da Bahia, que serão desenvolvidos em etapas.

O Complexo é composto por 22 (vinte e duas) SPEs controladas por 3 (três) *holdings*, a CLWP Brasil Ltda. (CLWP), adquirida em julho de 2013 por R$ 21.610, e as CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III), compradas em junho de 2014 por R$ 22.042 e R$ 39.939, respectivamente.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

Os montantes registrados nos livros e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos em 2014 são os que seguem:

	CLWP II		CLWP III	
	Valor de livros	Valor justo na aquisição	Valor de livros	Valor justo na aquisição
Ativo circulante	1	1	1	1
Ativo intangível	4.377	22.097	7.787	45.579
Passivo circulante	(56)	(56)	(5.641)	(5.641)
Ativo líquido	**4.322**	**22.042**	**2.147**	**39.939**

No Leilão A-5 de 28.11.2014, o CECL comercializou 82,6 MW médios, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, a serem gerados por seis parques eólicos, com capacidade instalada de 178,2 MW. Outros cinco parques eólicos do Complexo, com capacidade instalada total de 148,5 MW (aproximadamente 70 MW médios), serão desenvolvidos nessa etapa do projeto. Os 11 (onze) parques demandarão um investimento total de cerca de R$ 1.700.000.

- Projeto Santo Agostinho

Em agosto de 2014, a TBLP adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, localizados nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte, o qual é composto por 24 (vinte e quatro) SPEs, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólica, totalizando um potencial de 600 MW de capacidade instalada.

O valor máximo de aquisição será de R$ 54.000, composto por um montante fixo de R$ 39.000 e um valor vinculado a desempenho de até R$ 15.000, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato.

Em dezembro de 2014, a Companhia finalizou o processo de aquisição da primeira fase do projeto, tendo sido transferidas 1 (uma) *holding* e 9 (nove) SPEs para seu controle. O valor de aquisição foi de R$ R$ 21.051, dos quais R$ 15.266 serão pagos em 2015.

A mais valia do negócio adquirido, no valor de R$ 20.926, corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos, tendo sido alocada integralmente no ativo intangível.

13 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2014			31.12.2013
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7%	5.070.718	(2.604.461)	2.466.257	2.611.608
Edificações e benfeitorias	3,0%	1.457.091	(814.959)	642.132	682.232
Máquinas e equipamentos	4,1%	5.866.182	(3.755.515)	2.110.667	2.241.689
Móveis e utensílios	6,3%	9.133	(4.447)	4.686	4.901
Veículos	14,3%	2.890	(1.653)	1.237	460
Obrigações especiais		(12.902)	-	(12.902)	(13.087)
		12.393.112	**(7.181.035)**	**5.212.077**	**5.527.803**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		871	-	871	-
Edificações e benfeitorias		11.683	-	11.683	6.411
Máquinas e equipamentos		234.788	-	234.788	95.518
Adiantamento a fornecedores		51.286	-	51.286	77.452
Aquisições a ratear		28.622	-	28.622	6.781
		327.250	**-**	**327.250**	**186.162**
		12.720.362	**(7.181.035)**	**5.539.327**	**5.713.965**

		Consolidado			
		31.12.2014			31.12.2013
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0%	7.109.254	(2.912.215)	4.197.039	4.413.281
Edificações e benfeitorias	3,2%	1.760.055	(890.813)	869.242	891.687
Máquinas e equipamentos	4,1%	8.398.888	(4.203.306)	4.195.582	4.095.603
Móveis e utensílios	6,3%	9.945	(4.837)	5.108	5.324
Veículos	14,3%	4.223	(2.208)	2.015	1.119
Obrigações especiais		(13.026)	-	(13.026)	(13.212)
		17.269.339	**(8.013.379)**	**9.255.960**	**9.393.802**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		1.604	-	1.604	7.935
Edificações e benfeitorias		19.644	-	19.644	12.095
Máquinas e equipamentos		254.592	-	254.592	131.781
Adiantamento a fornecedores		88.285	-	88.285	148.140
Aquisições a ratear		37.993	-	37.993	14.474
		402.118	**-**	**402.118**	**314.425**
		17.671.457	**(8.013.379)**	**9.658.078**	**9.708.227**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Reservatórios, barragens e adutoras	**Edificações e benfeitorias**	**Máquinas e equipamentos**	**Outros**	**Imobilizado em curso**	**Obrigações especiais**	**Total**
Saldos em 01.01.2013	**2.159.451**	**543.628**	**2.001.942**	**5.161**	**45.336**	**(13.275)**	**4.742.243**
Ingressos	-	-	-	-	231.862	188	232.050
Juros capitalizados	-	-	-	-	160	-	160
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Incorporação CESS	561.248	185.685	400.033	224	4.475	-	1.151.665
Impairment	-	(14.659)	(54.039)	-	-	-	(68.698)
Transferências	756	1.012	93.487	531	(95.786)	-	-
Baixas	-	-	(2.501)	(4)	-	-	(2.505)
Depreciação	(116.966)	(34.971)	(204.961)	(553)	-	-	(357.451)
Saldos em 31.12.2013	**2.611.608**	**682.232**	**2.241.689**	**5.361**	**186.162**	**(13.087)**	**5.713.965**
Ingressos	-	-	-	-	191.454	185	191.639
Juros capitalizados	-	-	-	-	16.744	-	16.744
Transferências	(7.991)	797	72.992	1.312	(67.110)	-	-
Baixas	-	(78)	(2.084)	(65)	-	-	(2.227)
Depreciação	(137.360)	(40.819)	(201.930)	(685)	-	-	(380.794)
Saldos em 31.12.2014	**2.466.257**	**642.132**	**2.110.667**	**5.923**	**327.250**	**(12.902)**	**5.539.327**

	Consolidado						
	Reservatórios, barragens e adutoras	**Edificações e benfeitorias**	**Máquinas e equipamentos**	**Outros**	**Imobilizado em curso**	**Obrigações especiais**	**Total**
Saldos em 01.01.2013	**4.358.878**	**939.975**	**3.692.815**	**5.820**	**698.997**	**(13.400)**	**9.683.085**
Ingressos	-	-	-	-	623.267	188	623.455
Juros capitalizados	-	-	-	-	21.061	-	21.061
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Impairment	-	(17.259)	(55.578)	-	-	-	(72.837)
Transferências	259.931	20.362	749.973	1.349	(1.029.015)	-	2.600
Baixas	-	-	(2.640)	(6)	-	-	(2.646)
Depreciação	(212.647)	(52.928)	(296.695)	(722)	-	-	(562.992)
Saldos em 31.12.2013	**4.413.281**	**891.687**	**4.095.603**	**6.443**	**314.425**	**(13.212)**	**9.708.227**
Ingressos	-	-	-	-	292.737	186	292.923
Aquisição Ferrari	-	7.463	60.422	137	13.251	-	81.273
Mais valia de ativos adquiridos	-	15.198	120.326	-	-	-	135.524
Juros capitalizados	-	-	-	-	17.776	-	17.776
Transferências	(1.067)	8.350	228.948	1.483	(236.071)	-	1.643
Baixas	-	(78)	(2.264)	(66)	-	-	(2.408)
Depreciação	(215.175)	(53.378)	(307.453)	(874)	-	-	(576.880)
Saldos em 31.12.2014	**4.197.039**	**869.242**	**4.195.582**	**7.123**	**402.118**	**(13.026)**	**9.658.078**

c) Composição do imobilizado em serviço, por grupo de usinas

	Controladora				
	31.12.2014				31.12.2013
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	2,5%	9.922.340	(5.170.165)	4.752.175	5.000.879
Termelétricas	5,0%	2.470.772	(2.010.870)	459.902	526.924
		12.393.112	**(7.181.035)**	**5.212.077**	**5.527.803**

	Consolidado				
	31.12.2014				31.12.2013
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	3,2%	13.468.669	(5.736.805)	7.731.864	7.971.490
Termelétricas	5,0%	2.470.772	(2.010.870)	459.902	526.924
PCH	4,3%	300.987	(78.280)	222.707	235.451
Biomassa	5,3%	288.723	(96.140)	192.583	119.475
Eólicas	4,6%	740.188	(91.284)	648.904	540.462
		17.269.339	**(8.013.379)**	**9.255.960**	**9.393.802**

d) Depreciação

As taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel, que correspondem à vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia, são as seguintes:

	Depreciação (% a.a.)	Vida útil média (anos)
Reservatórios e barragens	2,0	50
Edificações e benfeitorias	4,0	25
Geradores	3,3	30
Caldeiras	4,0	25
Turbinas hidráulicas	3,3	30
Casas de força	2,0	50
Turbinas eólicas (aerogeradores)	5,0	20
Equipamentos gerais	6,3	16

O montante dos itens totalmente depreciados em 31.12.2014 e 31.12.2013 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Reservatórios, barragens e adutoras	132.507	73.857	132.507	73.857
Edificações e benfeitorias	105.249	105.209	105.249	105.209
Máquinas e equipamentos	759.175	703.886	759.316	704.069
Móveis e utensílios	1.000	1.126	1.000	1.139
Veículos	690	596	939	883
	998.621	**884.674**	**999.011**	**885.157**

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original dos empreendimentos hidrelétricos, ao final de seus prazos da concessão e autorização.

Dessa forma, a Companhia, deprecia estes ativos com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão ou autorização, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das mesmas.

Ainda segundo interpretação da referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Em consequência, esses ativos são depreciados de acordo com as vidas úteis estabelecidas pela Aneel.

e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas nos pronunciamentos contábeis, em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais (IFRS) e das estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado de suas usinas cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação e baixas do referido ajuste nos ativos não resulta em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2014 e 31.12.2013, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação e baixas, nos montantes de R$ 740.393 e R$ 799.114, respectivamente. A depreciação e baixas sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2014 e 31.12.2013 foi de R$ 58.721 e R$ 83.697, respectivamente.

f) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo a conservar a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2014 e 31.12.2013, é de R$ 728.293 e R$ 762.724, respectivamente, na controladora, e de R$ 997.567 e R$ 1.046.106, respectivamente, no consolidado.

g) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

No ano de 2013, a Companhia reconheceu um *impairment* no valor de R$ 68.698, na controladora, e de R$ 72.837, no consolidado, relativo, principalmente, a ativos da Usina Termelétrica Charqueadas, visto que novas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) resultarão na redução do reembolso do consumo de carvão pela usina, a partir de janeiro de 2016, comprometendo a recuperação dos ativos existentes e de investimentos adicionais que seriam necessários para o atingimento de novos fatores de eficiência exigidos pelo regulador. O valor de recuperação corresponde ao valor de venda dos ativos, líquidos dos custos necessários à venda, considerando o seu melhor uso possível, e definido com base em dados de mercado observáveis.

i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

i.1) Concessões de usinas hidrelétricas

Concessões	Detentor da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	Tractebel Energia	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	CEE	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, valores que correspondem às suas participações como acionistas ou consorciadas.

i.2) Autorizações de usinas termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e eólicas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
Usinas termelétricas (UTE)				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Tractebel Energia	857	25.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Tractebel Energia	72	25.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete[11]	Tractebel Energia	66	25.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Tractebel Energia	190	01.06.2000	28.04.2029
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade[12]	33	05.04.2000	05.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	29.10.2002	28.10.2032
UTE Ferrari	Ferrari Termoelétrica	80	26.06.2007	27.06.2042
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	02.05.2000	02.05.2030
PCH Rondonópolis	Tupan	27	18.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	18.12.2002	18.12.2032
Usinas eólicas (EOL)				
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	01.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	31.07.2003	03.08.2033
EOL Trairí	Trairí	25	20.09.2011	28.09.2041
EOL Guajiru	Guajiru	30	20.09.2011	28.09.2041
EOL Fleixeiras I	Fleixeiras I	30	20.09.2011	26.09.2041
EOL Mundaú	Mundaú	30	20.09.2011	26.09.2041

A Companhia possui 22,9 MW da capacidade instalada da Usina Ibitiúva Bioenergética, que correspondem às suas participações como acionista e consorciada.

[11] A Usina está com a operação temporariamente suspensa e os ativos estão em processo de devolução à União.
[12] As consorciadas são a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Álcool (27,10%).

Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

j) Bens da União Federal utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW, localizada no Município de Alegrete, no Rio Grande do Sul, de titularidade da União Federal e cedida em regime especial de utilização.

No ano de 2013, o lastro comercial e a operação da usina foram temporariamente suspensos pelo regulador. Dessa forma, a Companhia solicitou a Aneel a revogação definitiva da autorização da Usina e sua devolução à União.

k) Sinistros sofridos pela Companhia em 2014

Ao final do mês de junho de 2014, a Companhia sofreu sinistros em duas unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL) e em um vertedouro da Usina Hidrelétrica Itá. Os danos materiais e os efeitos decorrentes da interrupção dos negócios resultantes do sinistro estão cobertos pela apólice de seguro da Companhia. Maiores detalhes estão apresentados na Nota 33 – Seguros.

14 – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2014			31.12.2013
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	38.416	(27.423)	**10.993**	**10.920**

		Consolidado			
		31.12.2014			31.12.2013
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Condicionantes de licença de operação	Até 2014	22.243	(22.243)	-	6.889
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(12.031)	52.530	58.546
Direito de uso de ativos	Até 2037	56.486	(29.281)	27.205	17.757
Direitos do Projeto Trairí	Até 2041	12.668	(559)	12.109	12.668
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	6.565	-	6.565	5.715
Direitos do Projeto Campo Largo	-	77.182	-	77.182	21.670
Direitos do Projeto Santo Agostinho	-	20.925	-	20.925	-
Outros	-	-	-	-	3.107
		260.630	**(64.114)**	**196.516**	**126.352**

Os direitos dos projetos acima mencionados decorrem do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos juntamente com as empresas. A amortização desses direitos é iniciada após a entrada em operação comercial dos parques e reconhecida de forma linear nos prazos das autorizações de uso dos ativos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.2013	**10.965**	**109.500**
Ingresso	5.146	7.604
Valor justo dos direitos adquiridos	-	31.342
Transferência para ativo imobilizado	-	(2.600)
Incorporação CESS	404	-
Amortização	(5.595)	(19.494)
Saldos em 31.12.2013	**10.920**	**126.352**
Ingresso	2.796	10.615
Valor justo dos direitos adquiridos	-	76.437
Transferência para ativo imobilizado	-	(1.643)
Amortização	(2.723)	(15.245)
Saldos em 31.12.2014	**10.993**	**196.516**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do seu valor recuperável em 31.12.2014.

15 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Energia elétrica comprada	38.479	9.017	131.138	179.048
Transações no mercado de curto prazo	238.006	111.097	251.658	119.228
Combustíveis fósseis e biomassa	140.644	84.630	141.648	86.366
Encargos de uso da rede elétrica	33.843	29.484	40.958	36.032
Fornecedores de materiais e serviços	52.316	30.827	64.562	43.787
Fornecedores de imobilizado	3.798	16.656	11.738	45.885
	507.086	**281.711**	**641.702**	**510.346**

16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Nordic Investment Bank	5.426	154.147	159.573	-	149.990	149.990
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	286.667	-	286.667
BNDES	16.003	251.153	267.156	16.003	141.363	157.366
Bancos (Repasse BNDES)	33.693	268.665	302.358	32.317	298.811	331.128
Encargos	3.578	-	3.578	7.635	-	7.635
	58.700	**673.965**	**732.665**	**342.622**	**590.164**	**932.786**
Moeda estrangeira - sem *hedge*						
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	**-**	**-**	**-**	**367**	**129.060**	**129.427**
Mensurados ao valor justo						
Moeda estrangeira - com *hedge*						
HSBC USA	237.196	605.362	842.558	-	210.329	210.329
Mizuho Bank	-	235.055	235.055	-	-	-
Bank of Tokyo	-	130.386	130.386	-	-	-
Encargos	1.834	-	1.834	350	-	350
	239.030	**970.803**	**1.209.833**	**350**	**210.329**	**210.679**
Empréstimos e financiamentos	**297.730**	**1.644.768**	**1.942.498**	**343.339**	**929.553**	**1.272.892**

Os saldos dos empréstimos e financiamentos, considerando os efeitos do *hedge*, são os seguintes:

	Controladora					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e financiamentos	**297.730**	**1.644.768**	**1.942.498**	**343.339**	**929.553**	**1.272.892**
Efeitos do *Hedge (swap)* no balanço						
Posição ativa [13]	(27.538)	(38.430)	(65.968)	-	(1.115)	(1.115)
Posição passiva [14]	-	1.732	1.732	-	-	-
	(27.538)	**(36.698)**	**(64.236)**	**-**	**(1.115)**	**(1.115)**
Empréstimos e financiamentos, com os efeitos do *hedge*	**270.192**	**1.608.070**	**1.878.262**	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**

	Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Nordic Investment Bank	5.426	154.147	159.573	-	149.990	149.990
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	286.667	-	286.667
BNDES	124.571	1.528.040	1.652.611	119.369	1.498.097	1.617.466
Bancos (Repasse BNDES)	71.608	774.824	846.432	68.392	830.932	899.324
Banco do Brasil	3.966	7.271	11.237	3.966	11.237	15.203
Encargos	9.720	-	9.720	13.732	-	13.732
	215.291	**2.464.282**	**2.679.573**	**492.126**	**2.490.256**	**2.982.382**
Moeda estrangeira - sem *hedge*						
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	**-**	**-**	**-**	**367**	**129.060**	**129.427**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira - com *hedge*						
HSBC USA	237.196	605.362	842.558	-	210.329	210.329
Mizuho Bank	-	235.055	235.055	-	-	-
Bank of Tokyo	-	130.386	130.386	-	-	-
Encargos	1.834	-	1.834	350	-	350
	239.030	**970.803**	**1.209.833**	**350**	**210.329**	**210.679**
Empréstimos e financiamentos	**454.321**	**3.435.085**	**3.889.406**	**492.843**	**2.829.645**	**3.322.488**

[13] A posição ativa do *hedge* está apresentada como parte da rubrica "Ganhos não realizados em operações de *hedge*"
[14] A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte da rubrica "Outros passivos não circulantes"

Os saldos dos empréstimos e financiamentos, considerando os efeitos do *hedge*, são os seguintes:

	Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e financiamentos	**454.321**	**3.435.085**	**3.889.406**	**492.843**	**2.829.645**	**3.322.488**
Efeitos do *Hedge (swap)* no balanço						
Posição ativa	(27.538)	(38.430)	(65.968)	-	(1.115)	(1.115)
Posição passiva	-	1.732	1.732	-	-	-
	(27.538)	**(36.698)**	**(64.236)**	**-**	**(1.115)**	**(1.115)**
Empréstimos e financiamentos, com os efeitos do *hedge*	**426.783**	**3.398.387**	**3.825.170**	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2013	**163.006**	**487.972**	**650.978**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**
Ingressos	-	362.486	362.486	-	519.937	519.937
Incorporação CESS	49.858	426.828	476.686	-	-	-
Juros no resultado	39.563	-	39.563	203.981	-	203.981
Juros capitalizados	160	-	160	20.832	-	20.832
Variações monetárias	-	7.818	7.818	-	7.818	7.818
Variações cambiais	2.449	40.061	42.510	2.449	40.061	42.510
Remuneração de garantia	-	(3.809)	(3.809)	-	(3.809)	(3.809)
Ganho com liquidação antecipada	(49.126)	-	(49.126)	(49.126)	-	(49.126)
Ajuste a valor justo	-	(503)	(503)	-	(503)	(503)
Transferências	391.300	(391.300)	-	582.771	(582.771)	-
Amortização de principal	(209.375)	-	(209.375)	(405.654)	-	(405.654)
Amortização de juros	(44.496)	-	(44.496)	(219.453)	-	(219.453)
Saldos em 31.12.2013	**343.339**	**929.553**	**1.272.892**	**492.843**	**2.829.645**	**3.322.488**
Ingressos	-	1.056.522	1.056.522	16	1.057.916	1.057.932
Aquisição Ferrari	-	-	-	6.152	38.354	44.506
Juros no resultado	44.910	-	44.910	189.007	-	189.007
Juros capitalizados	16.744	-	16.744	17.776	-	17.776
Variações monetárias	141	9.422	9.563	141	9.422	9.563
Variações cambiais	29	80.222	80.251	29	80.222	80.251
Ajuste a valor justo	(15)	(13.101)	(13.116)	(15)	(13.101)	(13.116)
Transferências	417.850	(417.850)	-	567.373	(567.373)	-
Amortização de principal	(460.542)	-	(460.542)	(609.396)	-	(609.396)
Amortização de juros	(64.726)	-	(64.726)	(209.605)	-	(209.605)
Saldos em 31.12.2014	**297.730**	**1.644.768**	**1.942.498**	**454.321**	**3.435.085**	**3.889.406**

c) Principais transações realizadas em 2014

c.1) Aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Conforme comentado na Nota 12 – Investimentos, em fevereiro de 2014, a controlada TBLP adquiriu a totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica. O financiamento Direto com o BNDES e o Repasse do BNDES, através do Itaú BBA, na data da aquisição, totalizava R$ 44.506.

c.2) Empréstimos em moeda estrangeira com *hedge*

Em 2014, a Companhia contratou empréstimos em dólares norte americano no valor total de US$ 370.266, equivalente a R$ 921.490. Os recursos foram destinados principalmente ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo e à implementação do plano de negócios da Companhia.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e datas de vencimento dos juros e principal.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* são as seguintes.

		Valor		Empréstimo e posição ativa do *swap*	Posição passiva do *swap*	
Bancos	**Mês**	**US$**	**R$**	**Δ US$ + Juros (a.a.)**	**Δ do CDI**	**Vencimento**
HSBC USA	Março	100.000	230.940	1,4294 %	97,0% do CDI	03.2016
HSBC USA	Outubro	80.266	200.000	1,7871 %	99,0% do CDI	10.2016
HSBC USA	Dezembro	50.000	128.320	1,8104%	98,6% do CDI	12.2016
Mizuho Bank	Dezembro	90.000	233.910	1,7260 %	96,02% do CDI	12.2016
Bank of Tokyo	Dezembro	50.000	128.320	114,2857% da Libor + 0,5486%	98,0% do CDI	12.2016
		370.266	**921.490**			

c.3) Empréstimo no BNDES

Em setembro de 2014, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 318.064, para a modernização das usinas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda A. Deste total, R$ 273.414 terão juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020; R$ 42.850 pagarão juros fixos de 6% a.a. e amortizações mensais entre agosto de 2016 e julho de 2024; e R$ 1.800 terão juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020. Em novembro de 2014, foram liberados R$ 127.000 referentes à parcela dos recursos destinados às usinas Salto Santiago e Passo Fundo.

c.4) Liquidação antecipada da dívida

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade de sua dívida em Euros contratadas junto ao BNP Paribas, pelo valor equivalente a R$ 129.682.

d) Composição da dívida por indexadores e moeda

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Moeda nacional								
TJLP	554.989	28,5	476.686	37,4	2.469.100	63,5	2.485.334	74,9
CDI	-	-	291.674	22,9	-	-	291.674	8,8
IPCA	160.710	8,3	151.017	11,9	160.710	4,1	151.017	4,5
Não indexado	16.966	0,9	13.409	1,1	49.763	1,3	54.357	1,6
	732.665	**37,7**	**932.786**	**73,3**	**2.679.573**	**68,9**	**2.982.382**	**89,8**
Moeda estrangeira								
Euro - sem *hedge*	-	-	129.427	10,2	-	-	129.427	3,9
Dólar - com *hedge* para o CDI	1.209.833	62,3	210.679	16,5	1.209.833	31,1	210.679	6,3
	1.209.833	**62,3**	**340.106**	**26,7**	**1.209.833**	**31,1**	**340.106**	**10,2**
Empréstimos e financiamentos	**1.942.498**	**100,0**	**1.272.892**	**100,0**	**3.889.406**	**100,0**	**3.322.488**	**100,0**

Os empréstimos em dólares norte americanos estão integralmente protegidos contra a variação cambial através de operação de *swap* para o CDI.

e) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	2014	2013
TJLP	5,0%	5,0%
CDI	10,8%	8,1%
IPCA	6,4%	5,9%
Dólar norte americano	13,4%	14,6%
Euro	0,02%	19,7%

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2016	85.397	970.803	1.056.200	236.706	970.803	1.207.509
2017	103.984	-	103.984	255.560	-	255.560
2018	103.984	-	103.984	250.723	-	250.723
2019	103.984	-	103.984	249.272	-	249.272
2020	90.629	-	90.629	233.237	-	233.237
2021 a 2025	185.987	-	185.987	821.904	-	821.904
2026 a 2029	-	-	-	416.880	-	416.880
Empréstimos e financiamentos	**673.965**	**970.803**	**1.644.768**	**2.464.282**	**970.803**	**3.435.085**

g) Principais condições contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**Saldos em 31.12.2014**
Controladora:				
Moeda nacional				
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Trimestrais	160.710
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. (a)	07.2020	Juros trimestrais até 08.2016 Mensais, a partir de 08.2016	126.687
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	141.829
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	286.473
Bancos (Repasse Finame)	2,91% a.a.	01.2023	Mensais	16.966
Moeda estrangeira (dólar)				
HSBC USA I	1,3882% a.a. com swap para 99,9% do CDI	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	237.601
HSBC USA II	1,4294% a.a. com swap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	262.882
HSBC USA III	1,7871% a.a. com swap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	211.186
HSBC USA IV	1,8104% a.a. com swap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	132.441
Mizuho Bank	1,7260% a.a. com swap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	235.272
Bank of Tokyo	114,2857% Libor + 0,5486% a.a. com swap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	130.451
Controladas:				
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a.	10.2017	Mensais	11.312
Companhia Energética Estreito				
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	17.779
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	785.566
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	533.934
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	21.485
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	21.770
Ferrari				
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. (a)	06.2021	Mensais	27.490
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,40% a.a. (a)	06.2021	Mensais	11.999
Beberibe - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	79.906
Pedra do Sal – BNDES	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	53.848
Areia Branca – BNDES	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	45.122
Projeto Trairí (c) - BNDES	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais	336.697

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

(c) Financiamento do Projeto Trairí, composto pelas seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

h) Garantias

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- Financiamento de empreendimentos hidrelétricos: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- Modernização: cessão fiduciária das receitas provenientes de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

- Financiamento da Usina São Salvador: fiança bancária para a parcela do BNDES e conta centralizadora de recebíveis para os Bancos (Repasse BNDES).

- Financiamento de Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólicos: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

- Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

i) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	***Covenants***
Controladora:	
Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total/EBITDA ≤ 3,5 Consolidado: Dívida total/EBITDA ≤ 4,5 Controladora e Consolidado: EBITDA/despesas financeiras ≥ 2,0
BNDES – Modernização	Dívida líquida/EBITDA ≤ 3,5
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) – Usina São Salvador	Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5
HSBC USA, Mizuho Bank e Bank of Tokyo	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5
Controladas:	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida[15] ≥ 1,2 ou 1,3, dependendo da controlada
BNDES – Ibitiúva	Índice de endividamento geral ≤ 0,80 Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

[15] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

17 – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2014		31.12.2013
	Circulante	Não circulante	Circulante
2ª Emissão – série única		-	174.072
5ª Emissão – série única	442	162.884	-
	442	**162.884**	**174.072**

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2013	**170.042**	**158.548**	**328.590**
Juros	16.658	22	16.680
Variação monetária	8.574	5.040	13.614
Transferências	163.610	(163.610)	-
Amortização de principal	(162.276)	-	(162.276)
Pagamento de juros	(22.536)	-	(22.536)
Saldos em 31.12.2013	**174.072**	**-**	**174.072**
Ingresso	-	162.444	162.444
Juros	4.863	-	4.863
Variação monetária	6.101	440	6.541
Amortização de principal	(172.518)	-	(172.518)
Pagamento de juros	(12.076)	-	(12.076)
Saldos em 31.12.2014	**442**	**162.884**	**163.326**

Em maio de 2014, a Companhia pagou a terceira e última parcela no valor de R$ 184.594.

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 165.000. Os recursos obtidos destinam-se à modernização das usinas Salto Santiago e Passo Fundo.

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Garantia
5ª Emissão – série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	Sem garantia

d) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
5ª Emissão – série única	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5

Os *covenants* estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

18 – CONCESSÕES A PAGAR

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Usina Hidrelétrica Cana Brava	668.763	587.992	668.763	587.992
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	588.631	524.297	588.631	524.297
Usina Hidrelétrica São Salvador	462.711	439.539	462.711	439.539
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	45.667	43.341
	1.720.105	**1.551.828**	**1.765.772**	**1.595.169**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	50.458	47.397	55.115	51.763
Passivo não circulante	1.669.647	1.504.431	1.710.657	1.543.406
	1.720.105	**1.551.828**	**1.765.772**	**1.595.169**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,3% a.a.

b) Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais abaixo informados.

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	**Pagamento Anual**	**Pagamento Total**	**Pagamento Anual**	**Pagamento Total**
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
Até 31.07.2023	680	5.837	2.525	22.363
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	230.761	2.307.607
		618.637		**2.329.970**
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
Até 30.09.2019	200	950	653	3.147
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	53.866	53.866
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	103.440	1.448.159
		452.681		**1.505.172**
Usina Hidrelétrica São Salvador				
Até 30.04.2037	20.000	**448.333**	49.486	**1.126.892**
Usina Hidrelétrica Estreito				
Até 31.12.2037	1.960	**45.249**	4.886	**113.146**

c) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldos em 01.01.2013	**3.129**	**964.758**	**967.887**	**48.800**	**1.380.126**	**1.428.926**
Juros	-	90.976	90.976	229	136.282	136.511
Variações monetárias	-	56.331	56.331	-	81.339	81.339
Incorporação CESS	44.135	395.404	439.539	-	-	-
Transferências	3.038	(3.038)	-	54.341	(54.341)	-
Amortizações	(2.905)	-	(2.905)	(51.607)	-	(51.607)
Saldos em 31.12.2013	**47.397**	**1.504.431**	**1.551.828**	**51.763**	**1.543.406**	**1.595.169**
Juros	-	147.944	147.944	-	152.229	152.229
Variações monetárias	-	70.463	70.463	-	73.268	73.268
Transferências	53.191	(53.191)	-	58.246	(58.246)	-
Amortizações	(50.130)	-	(50.130)	(54.894)	-	(54.894)
Saldos em 31.12.2014	**50.458**	**1.669.647**	**1.720.105**	**55.115**	**1.710.657**	**1.765.772**

d) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2016	46.247	50.494
2017	42.050	45.911
2018	38.236	41.746
2019	43.761	46.952
2020	73.578	76.478
2021 a 2025	598.357	609.351
2026 a 2030	567.163	573.988
2031 a 2037	260.255	265.737
	1.669.647	**1.710.657**

19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Imposto de renda	159.595	334.442	183.791	336.524
Contribuição social	40.807	103.412	45.717	104.553
	200.402	**437.854**	**229.508**	**441.077**
(-) Tributos a compensar	(667)	(6.267)	(1.044)	(6.911)
	199.735	**431.587**	**228.464**	**434.166**

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
PIS e Cofins	9.140	11.765	12.805	12.581
INSS	4.404	3.184	4.966	3.955
ICMS	3.800	3.655	19.736	16.256
ISSQN	950	654	1.381	1.701
Royalties [16]	27.912	28.896	32.321	32.894
Taxa de fiscalização	866	903	1.159	1.069
Outros	1.897	1.807	1.910	1.850
	48.969	**50.864**	**74.278**	**70.306**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(6.900)	(7.065)	(7.293)	(7.379)
	42.069	**43.799**	**66.985**	**62.927**

[16] Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos

21 – PROVISÃO PARA REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para participação nos resultados e bônus	47.063	40.267	47.063	40.267
Provisão para férias	21.570	20.464	21.900	20.829
Provisão para gastos com demissão voluntária	2.426	2.408	2.426	2.408
Outras	520	618	520	618
	71.579	**63.757**	**71.909**	**64.122**

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao seu desempenho individual.

22 – PROVISÕES CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Cíveis				
Compra de combustível	89.338	-	89.338	-
Tarifa de uso do sistema de transmissão	-	79.745	-	79.745
Desapropriações	30.147	20.991	30.147	20.991
Contratos com fornecedores	28.317	26.661	28.317	26.661
Benefícios de aposentadoria	13.427	12.072	13.427	12.072
Ambientais	10.964	9.117	10.964	9.117
Ações diversas	11.220	12.922	13.689	15.077
	183.413	**161.508**	**185.882**	**163.663**
Fiscais				
INSS	2.296	16.904	2.296	16.904
Outros	2.051	3.901	2.765	4.491
	4.347	**20.805**	**5.061**	**21.395**
Trabalhistas	**10.880**	**9.646**	**11.529**	**9.914**
Total	**198.640**	**191.959**	**202.472**	**194.972**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	13.957	14.305	15.046	15.136
Passivo não circulante	184.683	177.654	187.426	179.836
	198.640	**191.959**	**202.472**	**194.972**

a.1) Compra de combustível

A provisão decorre de disputa judicial com fornecedor de combustível em função de divergência quanto à aplicação dos termos da legislação vigente, no que se refere à definição do preço de combustível. A Companhia adotou uma posição prudente quanto ao provisionamento visto que: (i) o processo ainda se encontra em estágio inicial de tramitação; (ii) o mérito da Ação ainda não foi julgado na instância de 1º grau onde tramita; e (iii) não há jurisprudências em ações similares.

a.2) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa à revisão da TUST da usina Ponte de Pedra para o montante equivalente ao cobrado de usina com características básicas semelhantes e localizada na mesma região. A Companhia obteve sentença de mérito parcialmente favorável, o que motivou a alteração da avaliação do risco de perda para remoto. Desta forma, no quarto trimestre de 2014, a Companhia reverteu a provisão até então constituída e deixou de constituir novas provisões para a cobertura de eventuais perdas. A Aneel e alguns agentes envolvidos apelaram da decisão para o Tribunal de Justiça.

a.3) Desapropriações

A Companhia possui algumas ações judiciais impetradas por pessoas físicas e jurídicas que versam sobre os processos de desapropriações de áreas atingidas por reservatórios de determinadas usinas.

a.4) Contratos com fornecedores

O valor provisionado se refere, principalmente, à ação de indenização ajuizada por antigo fornecedor de energia requerendo o direito ao recebimento de diferença relativo à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Em novembro de 2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido do reclamante, o qual se opôs à sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2014 é de R$ 25.981 (R$ 23.665 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.5) Benefício de aposentadoria

A provisão se refere, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por participantes da fundação, por meio da qual requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

A decisão de primeiro grau, confirmada pelo TJSC, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011, a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes. Para cobrir os riscos relativos à parcela dos reclamantes que não aderiram ao citado acordo, a Companhia mantém provisão de R$ 13.004 em 31.12.2014 (R$ 11.689 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.6) Ambientais

A Companhia responde atualmente a quinze ações cíveis públicas ambientais. Os objetos dessas ações estão divididos da seguinte forma: (i) três ações para a implantação de eclusa, escada para peixes e "destoca"; (ii) oito ações requerendo a implantação de reflorestamento e constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios de duas usinas; e (iii) outras ações relativas a supostos danos causados pelo enchimento do reservatório de uma usina, ao despejo de cinzas em áreas supostamente inadequadas, à influência da operação de usina em um rio, e ao processo de licenciamento ambiental de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas.

a.7) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A provisão se refere, principalmente, a uma Notificação Fiscal pelo não recolhimento da contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho.

Em novembro de 2014, a Companhia formalizou a desistência da Ação e aderiu ao "Reabertura do Refis da Copa", quitando o débito pelo montante de R$ 10.400, através de compensação com os depósitos judicias vinculados à presente Ação, com redução integral da multa de mora e encargos, e parcial dos juros.

a.8) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

b) Mutação das provisões

	Controladora			
	Cíveis	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldos em 01.01.2013	**136.687**	**20.962**	**9.794**	**167.443**
Adições	19.080	1.694	1.882	22.656
Atualizações	21.286	745	950	22.981
Incorporação CESS	141	107	-	248
Pagamentos	(8.198)	(95)	(160)	(8.453)
Reversões por revisão	(7.488)	(2.608)	(2.820)	(12.916)
Saldos em 31.12.2013	**161.508**	**20.805**	**9.646**	**191.959**
Adições	100.945	557	1.920	103.422
Atualizações	19.537	1.113	802	21.452
Pagamentos	(4.805)	(10.814)	(208)	(15.827)
Reversões por revisão	(93.772)	(7.314)	(1.280)	(102.366)
Saldos em 31.12.2014	**183.413**	**4.347**	**10.880**	**198.640**

	Consolidado			
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldos em 01.01.2013	**140.759**	**22.728**	**11.233**	**174.720**
Adições	17.343	1.815	2.037	21.195
Atualizações	21.677	759	950	23.386
Pagamentos	(8.389)	(95)	(347)	(8.831)
Reversões por revisão	(7.727)	(3.812)	(3.959)	(15.498)
Saldos em 31.12.2013	**163.663**	**21.395**	**9.914**	**194.972**
Adições	101.409	560	3.209	105.178
Atualizações	19.771	1.237	807	21.815
Pagamentos	(4.934)	(10.817)	(241)	(15.992)
Reversões por revisão	(94.027)	(7.314)	(2.160)	(103.501)
Saldos em 31.12.2014	**185.882**	**5.061**	**11.529**	**202.472**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos não são provisionados, sendo os mais importantes a seguir explicados.

	31.12.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Controladora						
Fiscais	230.001	100.803	330.804	227.760	271.796	499.556
Cíveis	18.355	94.160	112.515	16.409	455	16.864
Trabalhistas	5.690	28.857	34.547	8.098	23.932	32.030
	254.046	**223.820**	**477.866**	**252.267**	**296.183**	**548.450**
Consolidado						
Fiscais	297.505	111.838	409.343	290.421	285.120	575.541
Cíveis	41.827	95.326	137.153	42.550	607	43.157
Trabalhistas	6.787	28.857	35.644	10.103	23.932	34.035
	346.119	**236.021**	**582.140**	**343.074**	**309.659**	**652.733**

c.1) Riscos fiscais

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

- Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito legal, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas, cujo risco de perda é avaliado como possível, em 31.12.2014 é de R$ 61.153 (R$ 57.927 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir da disponibilização do consumo medido pela distribuidora é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Assim, o procedimento adotado pela Companhia e pela TBLC estaria de acordo com a prática usual do Setor Elétrico Nacional, não merecendo prosperar o entendimento do fisco do Estado de São Paulo.

Em relação aos processos administrativos, a TBLC não logrou êxito no julgamento de 1ª instância, e, após o recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas, houve a redução do montante e da multa em um processo e manutenção dos valores originalmente atribuídos ao outro. Após essa decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para ambos foi negado provimento, bem como indeferido o Recurso.

A TBLC então ingressou com Ação judicial, inclusive garantindo em juízo por meio de fiança bancária, sendo concedidas liminares. Em decisão de mérito, em primeira instância, houve a redução da multa aplicada de 150% para 80%, tendo sido protocolizado recurso de apelação. O total discutido na ação é de R$ 32.967.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos aos quais, em 04.09.2014, foram negados provimentos encerrando a atuação na esfera administrativa. A parcial procedência das defesas administrativas acarretou a redução das autuações no montante de R$ 11.016. O processo administrativo retornou ao órgão de origem, tendo a TBLE sido intimada para pagamento sob pena de inscrição na Dívida Ativa, tendo sido ingressada Ação Anulatória em dezembro de 2014. Os referidos autos de infração contestados pela Companhia totalizam R$ 14.143.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a Administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos dos débitos pelo fisco está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31.12.2014 é de R$ 14.143 (R$ 16.389 em 31.12.2013), na controladora, e de R$ 47.110 (R$ 63.230 em 31.12.2013), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do valor acima citado, lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

A Companhia utilizou base negativa de CSLL provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária no ano de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

Ademais, o fisco exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. No que respeita a essa ação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração que faz referência à utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação, cujo risco de perda foi avaliado como possível, em 31.12.2014 é de R$ 32.130 (R$ 30.736 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98, ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do PIS e da Cofins, objeto de questionamento, referia-se à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção CCC", destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC).

Os combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica são adquiridos com recursos da CCC, sob a Administração da Eletrobras, não representando, portanto, ônus para as geradoras.

A sistemática de contabilização prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definia que o consumo de tais combustíveis fosse reconhecido como custo de operação em contrapartida de receita de Subvenção CCC.

Ao constatar que a forma de contabilização não era adequada, porquanto, o combustível não constituía ônus das geradoras, não sendo apropriado seu reconhecimento como custo e, concomitantemente, receita, a Aneel procedeu à alteração do Manual de Contabilidade para, a partir do exercício social de 2006, refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em razão do reconhecimento, pela Aneel, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado e, consequentemente, a base de cálculo do PIS e da Cofins continha valores que não possuíam natureza de receita, a Companhia compensou, também, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade em 31.03.2009. Esta contingência vinha sendo avaliada como de risco remoto até o seu trânsito em julgado, conforme a seguir mencionado.

Em 23.06.2014, a RFB, deu ciência do Acórdão, de 30.04.2014, da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis (DRJ), cujo teor deu provimento a Manifestação de Inconformidade interposta pela Companhia, reconhecendo o direito creditório discutido nos autos, no qual as compensações foram homologadas em sua integralidade, resultando na total extinção dos débitos, com o arquivamento dos autos. Em virtude da decisão, os registros que vinham sendo apresentados como de risco remoto, cujo montante atualizado em 23.06.2014 era de R$ 160.330 (R$ 157.891 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado, deixaram de ser mencionados nas notas explicativas.

Em relação ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 44 autos de infração, cujo montante, em 31.12.2014, é de R$ 110.757 (R$ 95.927 em 31.12.2013), que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que, não obstante a alteração introduzida no Manual de Contabilidade pela Aneel, o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos.

Dos 44 processos, 1 processo foi julgado favorável a Empresa por unanimidade de votos do colegiado, que anulou o Despacho Decisório, no valor de R$ 117, e 35 processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já julgou 11 processos, no montante de R$ 7.107, pela manutenção do lançamento do fisco. Os processos pendentes de julgamento no CARF totalizam R$ 76.713. Considerando que o CARF consignou entendimento em desacordo com o princípio da verdade material, negando a análise de documentos acostados aos autos que comprovariam a regularidade das informações prestadas ao Fisco Federal e a inexistência de receita nos lançamentos contábeis, em dissonância com entendimento jurisprudencial pacífico firmado naquela corte, a Companhia ingressou com Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Os 8 processos remanescentes, no montante de R$ 26.820, aguardam decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ).

Na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem, porquanto o conceito atribuído à sistemática da Subvenção da CCC, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita.

Dessa forma, em relação ao primeiro período retro comentado, no valor de R$ 110.757 em 31.12.2014 (R$ 95.927 em 31.12.2013), cujo mérito está associado à não caracterização da contrapartida do lançamento contábil referente ao consumo de combustíveis fósseis de responsabilidade da CCC como faturamento, a Administração e os consultores jurídicos da Companhia consideram que o risco de perda é remoto.

No que concerne a este segundo período, em que o mérito está associado a não caracterização do lançamento contábil como receita, em razão do julgamento desfavorável, a Companhia manteve os processos já classificados como risco possível e reclassificou 14 processos anteriormente definidos como de risco remoto para risco possível, totalizando o montante de R$ 73.928.

23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia oferece planos de benefícios de previdência aos seus empregados, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. As principais características dos planos administrados pela Companhia são as seguintes:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos nesse plano são os seguintes: (i) Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade; (ii) Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; (iii) Complementação de pensão; (iv) Complementação de auxílio reclusão; (v) Abono anual; e (vi) Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 68 participantes em 31.12.2014 (71 em 31.12.2013), dos quais 21 estão no plano BD e 47 no plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS, esse plano possui 4 participantes em 31.12.2014 e 31.12.2013.

Em 31.12.2014, a PREVIG tinha 470 (468 em 31.12.2013) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.186 (2.200 em 31.12.2013).

As despesas administrativas das fundações de responsabilidade da Companhia em 2014, na PREVIG e na ELOS, foram de R$ 1.526 (R$ 1.693 em 2013) e R$ 2.346 (R$ 2.411 em 2013), respectivamente.

b) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)

A Companhia mantém ainda um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG, denominado "Prevflex", que foi instituído em 2005. Aos empregados da Tractebel Energia na data de sua instituição foi permitido escolher entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o Prevflex (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Prevflex, houve a opção de manter as reservas existentes naquela data no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Esse Plano foi denominado "BSPS", que está fechado para novas adesões. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes.

c) Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas	6.357	83.344	89.701	21.535	55.548	77.083
Contribuição e custo do serviço corrente	175	257	432	872	-	872
Déficit não contratado	42.267	150.518	192.785	6.444	134.120	140.564
Passivo atuarial registrado	**48.799**	**234.119**	**282.918**	**28.851**	**189.668**	**218.519**

As obrigações com benefícios de aposentadorias reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de liquidação dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2016	4.146	2.156	6.302
2017	4.395	2.285	6.680
2018	4.659	2.422	7.081
2019	4.939	2.568	7.507
2020	5.235	2.722	7.957
2021 a 2025	24.460	6.041	30.501
2026 a 2030	15.633	-	15.633
2031 a 2032	1.683	-	1.683
	65.150	**18.194**	**83.344**

d) Demonstrativo das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidas

	Planos				
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
31.12.2013					
Valor presente das obrigações	1.059.918	247.199	43.740	2.646	1.353.503
Valor justo dos ativos	(849.892)	(241.352)	(47.147)	-	(1.138.391)
Avaliação Atuarial	**210.026**	**5.847**	**(3.407)**	**2.646**	**215.112**
Superávit não reconhecido	-	-	3.407	-	3.407
Passivo registrado em 31.12.2013	**210.026**	**5.847**	**-**	**2.646**	**218.519**
31.12.2014					
Valor presente das obrigações	1.172.384	280.076	49.278	2.555	1.504.293
Valor justo dos ativos	(911.897)	(271.675)	(56.286)	-	(1.239.858)
Avaliação Atuarial	**260.487**	**8.401**	**(7.008)**	**2.555**	**264.435**
Complemento com obrigações contratadas	-	9.947	8.536	-	18.483
Passivo registrado em 31.12.2014	**260.487**	**18.348**	**1.528**	**2.555**	**282.918**

e) Composição dos ativos dos planos por natureza de investimentos, em 31.12.2014

	Planos		
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS
Renda fixa	84,7%	97,3%	100,0%
Renda variável	8,6%	0,9%	-
Empréstimos	2,7%	1,8%	-
Imóveis	2,4%	-	-
Outros	1,6%	-	-
	100,0%	**100,0%**	**100,0%**
Variações do valor de mercado dos ativos	4,8%	6,6%	5,0%

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

f) Mutação do passivo atuarial

	Planos				
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo em 01.01.2012	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**
Contribuição e custo do serviço corrente	-	(1.576)	(145)	(223)	(1.944)
Pagamentos de obrigações contratadas	(21.669)	(3.482)	(369)	-	(25.520)
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	20.092	(248)	619	184	20.647
Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido:					
Ajuste pela experiência	78.059	18.681	997	419	98.156
Mudanças nas premissas financeiras	(336.531)	(90.620)	(25.760)	(395)	(453.306)
Retorno sobre os ativos inferior à taxa de desconto	234.972	92.503	11.049	-	338.524
Mudanças nos limites de superávit e déficit	-	(8.706)	3.407	-	(5.299)
	(23.500)	**11.858**	**(10.307)**	**24**	**(21.925)**
Passivo registrado em 31.12.2013	**210.026**	**5.847**	**-**	**2.646**	**218.519**
Contribuição e custo do serviço corrente	(2.891)	(1.350)	(8)	(171)	(4.420)
Pagamentos de obrigações contratadas	(25.605)	(3.113)	(300)	-	(29.018)
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	26.778	957	(31)	249	27.953
Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido:					
Ajuste pela experiência	13.211	2.935	(950)	(234)	14.962
Mudanças nas premissas financeiras	75.556	21.596	3.417	65	100.634
Retorno sobre os ativos superior à taxa de desconto	(36.588)	(18.471)	(5.729)	-	(60.788)
Mudanças nos limites de superávit e déficit	-	9.947	5.129	-	15.076
	52.179	**16.007**	**1.867**	**(169)**	**69.884**
Passivo registrado em 31.12.2014	**260.487**	**18.348**	**1.528**	**2.555**	**282.918**

g) Despesas líquidas a serem reconhecida no resultado ao longo do ano de 2015

	Planos				
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	45	-	93	138
Juros sobre os passivos, líquidos dos ativos	27.468	1.690	145	233	29.536
Despesas líquidas	**27.468**	**1.735**	**145**	**326**	**29.674**

h) Premissas atuariais adotadas

Premissas	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de desconto e de retorno implícito (a.a.)		
Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	11,4%	12,2%
Planos de benefícios BSPS	11,5%	12,2%
Inflação	5,4%	5,4%
Crescimento salarial futuro (a.a.)	5,4%	5,4%
Crescimento dos benefícios (a.a.)	5,4%	5,4%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100,0%	100,0%

Hipóteses	31.12.2014	31.12.2013
Tábua de Mortalidade (ativos)		
Plano BD Elos	AT 2000 Básica (por sexo)	AT 2000 (por sexo)
Plano BD e BSPS Previg e Confidencialidade	AT-2000 Masculina (suavizada 10%)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1983 Masculina	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Watson Wyatt 1985
Tábua de Rotatividade	Nula	T-1 *Service Table*
% de ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Idade de Aposentadoria	1ª data a completar todas as carências	1ª data a completar todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
Fator de conversão de aposentadoria especial em tempo de serviço (SB-40)	140%	140%
Participantes que optaram pelo SB-40	100%	100%

i) Análise de sensibilidade preparada pelos atuários

	Planos			
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC
Efeito no valor presente das obrigações				
Aumento de 0,1 p.p. na taxa de desconto	(9.691)	(2.618)	(500)	(9)
Redução de 0,1 p.p. na taxa de desconto	9.838	2.663	508	9

j) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

k) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2014 foram de R$ 2.733 (R$ 2.065 em 2013).

24 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	Controladora				
	31.12.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	785.262	196.316	70.674	266.990	288.059
Depreciação acelerada	281.371	70.343	25.323	95.666	16.028
Venda no MAE (atual CCEE) não realizada	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	77.857	19.464	7.007	26.471	48.076
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	43.549	10.887	3.919	14.806	15.557
Outros	17.724	4.431	1.595	6.026	-
Subtotal		**328.305**	**118.189**	**446.494**	**404.255**
Ativo:					
Obrigações com benefícios de aposentadoria	193.194	48.299	17.387	65.686	38.899
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	190.717	47.679	17.165	64.844	62.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	129.192	32.298	11.627	43.925	44.815
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	106.095	26.524	-	26.524	30.928
Provisão para redução ao valor recuperável	61.699	15.425	5.553	20.978	25.295
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	93.501	23.375	8.415	31.790	30.626
Provisão para PDV[17] e bônus gerencial	25.317	6.329	2.279	8.608	5.958
Outros	19.489	4.872	1.755	6.627	24.237
Subtotal		**204.801**	**64.181**	**268.982**	**263.213**
Valor líquido		**123.504**	**54.008**	**177.512**	**141.042**

[17] Programa de Demissão Voluntária

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	785.262	196.316	70.674	266.990	288.059
Depreciação acelerada	369.476	92.370	33.252	125.622	42.044
Transação no MAE (atual CCEE) não realizada	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	105.630	26.407	9.507	35.914	48.076
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	43.549	10.887	3.919	14.806	15.557
Outros	17.724	4.431	1.595	6.026	-
Subtotal		**357.275**	**128.618**	**485.893**	**430.271**
Ativo:					
Obrigações com benefícios de aposentadoria	193.194	48.299	17.387	65.686	38.899
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	193.314	48.329	17.398	65.727	63.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.327	32.832	11.819	44.651	45.535
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	106.095	26.524	-	26.524	30.928
Provisão para redução ao valor recuperável	61.699	15.425	5.553	20.978	25.295
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	93.501	23.375	8.415	31.790	30.626
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	41.282	10.321	3.715	14.036	14.968
Provisão para PDV e bônus gerencial	25.317	6.329	2.279	8.608	5.958
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.277	2.569	925	3.494	-
Outros	22.754	5.688	2.084	7.772	28.644
Subtotal		**219.691**	**69.575**	**289.266**	**284.183**
Valor líquido		**137.584**	**59.043**	**196.627**	**146.088**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		**149.263**	**63.244**	**212.507**	**163.663**
Ativo [18]		**(11.679)**	**(4.201)**	**(15.880)**	**(17.575)**
Total		**137.584**	**59.043**	**196.627**	**146.088**

[18] Valor apresentado na rubrica "Outros ativos não circulantes"

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.2013	**183.673**	**182.438**
Incorporação CESS	14.786	-
Impostos diferidos no resultado	(64.872)	(43.805)
Impostos diferidos nos outros resultados abrangentes	7.455	7.455
Saldos em 31.12.2013	**141.042**	**146.088**
Impostos diferidos no resultado	60.231	64.858
Impostos diferidos nos outros resultados abrangentes	(23.761)	(14.319)
Saldos em 31.12.2014	**177.512**	**196.627**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
2015	36.287	27.579	39.324	28.465
2016	30.162	39.484	33.060	45.519
2017	28.917	19.771	31.844	21.930
2018	93.758	54.951	94.742	55.314
2019	16.360	22.850	17.333	22.850
2020 a 2022	23.184	79.445	26.061	83.189
2023 a 2025	7.775	81.266	10.652	86.882
2026 em diante	32.539	121.148	36.250	141.744
	268.982	**446.494**	**289.266**	**485.893**

25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Conforme o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2014 e 2013.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2014 e 31.12.2013, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2014, é de R$ 8,66 (R$ 8,21 por ação em 31.12.2013).

b.1) Quadro societário da Companhia em 31.12.2014 e 31.12.2013

Acionistas	Participação no Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71%
Banco Clássico S.A.	10,00%
Demais acionistas	21,29%
	100,00%

Em 31.12.2014 e 31.12.2013, a quantidade de ações da Companhia em poder de seus administradores era de 381.132 e 309.632 ações, respectivamente.

c) Reserva de Capital

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante os anos de 1986 a 1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d.2) Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

d.3) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de novas usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação em outras sociedades.

Em 31.12.2014, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 634.253 dos lucros acumulados em 2014 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos na Usina Termelétrica Pampa Sul, no parque eólico Santa Mônica, no Complexo Eólico Campo Largo e na manutenção do parque produtivo da Companhia.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

e.1) Custo atribuído

Conforme previsto nas normas contábeis, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foi registrada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta "Lucros acumulados", na medida em que a depreciação ou baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

e.2) Outros resultados abrangentes

A conta registra as seguintes variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia; e (ii) *hedges* de fluxo de caixa sobre compromissos futuros em moeda estrangeira firmados pela Companhia.

f) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação acionária de 5% de terceiros no capital social da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética.

26 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Cálculo

	31.12.2014	31.12.2013
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	1.382.368	1.436.112
Reserva de incentivos fiscais	(11.679)	(17.196)
Realização do custo atribuído do imobilizado em lucros acumulados	38.756	55.240
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.409.445**	**1.474.156**
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre	380.114	767.568
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido	190.357	209.236
Dividendos adicionais propostos	172.081	461.788
Subtotal	**742.552**	**1.438.592**
Imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio	32.643	35.564
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio anuais	**775.195**	**1.474.156**
Percentual do lucro líquido ajustado	**55%**	**100%**
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ordinária (em reais)	**1,1875973571**	**2,2584046518**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

c) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2014

c.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25.07.2014, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2014, no valor de R$ 380.114, correspondente a R$ 0,5823340186 por ação. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 26.11.2014.

c.2) Créditos de juros sobre o capital próprio

Em 24.10.2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2014 a 31.12.2014, no valor bruto de R$ 223.000, correspondente a R$ 0,3416356453 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente na data de 31.12.2014, com base na posição acionária do dia 25.11.2014. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2014.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

c.3) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está encaminhando para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 30.03.2015, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2014, no valor de R$ 172.081 (R$ 0,2636276932 por ação).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2014 deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

27 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controlada		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	2.290.543	1.915.763	3.347.103	3.096.458
Comercializadoras de energia elétrica	1.518.323	1.153.243	266.273	280.402
Consumidores livres	244.921	211.983	2.499.984	2.149.963
Transações no mercado de curto prazo	765.078	538.999	961.643	624.690
Outras receitas	62.685	61.745	47.720	50.517
	4.881.550	**3.881.733**	**7.122.723**	**6.202.030**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(398.530)	(322.770)	(593.352)	(529.818)
ICMS	(21.388)	(19.216)	(21.388)	(64.546)
ISS	(1.390)	(1.424)	(1.390)	(1.424)
Pesquisa e desenvolvimento	(30.874)	(32.129)	(34.097)	(37.584)
	(452.182)	**(375.539)**	**(650.227)**	**(633.372)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**4.429.368**	**3.506.194**	**6.472.496**	**5.568.658**

Em 31.12.2014, os clientes que participavam com percentual superior a 5% da receita líquida consolidada da Companhia eram os seguintes: Celesc, CPFL Energia e Cemig Distribuidora.

28 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a) Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora				Consolidado			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	178.997	162.528	19.150	19.805	183.241	166.491	19.150	19.805
Combustível	185.485	52.942	-	-	204.186	70.058	-	-
Royalties	144.591	119.729	-	-	170.504	148.139	-	-
Serviço de terceiro	107.360	89.063	3.899	4.096	142.282	121.627	3.899	4.096
Material	28.056	27.638	1.127	1.002	32.460	32.329	1.127	1.002
Depreciação e amortização	375.573	355.073	-	-	584.157	574.487	-	-
Reversão de passivos, líquida	(68.975)	(1.940)	-	-	(68.808)	(183)	-	-
Outros	42.428	42.141	1.181	1.314	53.395	51.658	1.181	1.314
	993.515	**847.174**	**25.357**	**26.217**	**1.301.417**	**1.164.606**	**25.357**	**26.217**

Os custos com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, cursos e treinamentos, entre outros.

Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculados ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos nesses programas são irrelevantes e integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo à Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

b) Despesas com vendas, gerais e administrativas:

	Controladora				Consolidado			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	6.352	5.646	73.556	67.822	6.352	5.646	74.940	69.313
Administradores	-	-	20.677	17.925	-	-	22.218	19.942
Serviço de terceiro	291	704	39.498	40.528	4.504	6.486	41.657	43.167
Material	16	21	1.365	2.159	16	21	1.376	2.173
Depreciação e amortização	-	-	7.944	7.973	-	-	7.968	7.999
Aluguéis	191	217	5.945	4.902	191	217	6.889	5.694
Fundos de pensão	-	-	4.557	3.062	-	-	4.557	3.062
Contribuições e doações	3.202	4.023	5.580	4.429	5.210	6.153	12.121	5.856
Reversão de provisões operacionais	-	-	(7.091)	(1.619)	-	-	(7.240)	(600)
Outros	309	-	13.994	19.792	939	114	15.854	21.260
	10.361	**10.611**	**166.025**	**166.973**	**17.212**	**18.637**	**180.340**	**177.866**

29 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	61.524	46.762	95.286	74.558
Variação monetária sobre depósitos judiciais	11.134	9.188	11.276	9.323
Ganho financeiro em ação judicial	11.169	29.256	11.169	29.256
Ganho financeiro na liquidação antecipada de dívida	-	49.126	-	49.126
Reversão de encargos sobre passivos prescritos[19]	61.408	-	61.408	-
Outras receitas financeiras	16.910	12.037	27.271	20.396
	162.145	**146.369**	**206.410**	**182.659**
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária				
Empréstimos e financiamentos	54.473	43.572	198.570	207.990
Operações de *hedge* de valor justo	41.012	5.855	41.012	5.855
Debêntures	11.404	30.294	11.404	30.294
Concessões a pagar	218.407	147.307	225.497	217.621
Obrigações com benefícios de aposentadoria	27.953	20.647	27.953	20.647
Provisões	21.452	22.981	21.815	23.386
Variação cambial				
Empréstimos	80.251	42.510	80.251	42.510
Operações de *hedge* de valor justo	(83.726)	(3.541)	(83.726)	(3.541)
Outras despesas financeiras	22.538	18.853	29.933	23.418
	393.764	**328.478**	**552.709**	**568.180**
Despesas financeiras, líquidas	**231.619**	**182.109**	**346.299**	**385.521**

[19] Reversão de encargos sobre passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão

30 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.835.326**	**1.835.326**	**1.936.997**	**1.936.997**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(458.832)**	**(165.179)**	**(484.249)**	**(174.330)**
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	74.496	26.818	41.716	15.018
Incentivos fiscais	13.641	-	19.200	-
Juros sobre o capital próprio	45.038	16.526	61.200	22.032
Outros	(4.513)	(953)	(1.445)	(27)
	(330.170)	**(122.788)**	**(363.578)**	**(137.307)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(284.717)	(108.010)	(410.315)	(155.442)
Diferido	(45.453)	(14.778)	46.737	18.135
	(330.170)	**(122.788)**	**(363.578)**	**(137.307)**
Alíquota efetiva	**18,0%**	**6,7%**	**18,8%**	**7,1%**

	Consolidado			
	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.956.649**	**1.956.649**	**2.001.709**	**2.001.709**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(489.162)**	**(176.098)**	**(500.427)**	**(180.154)**
Diferenças permanentes:				
Incentivos fiscais	13.641	-	21.577	-
Juros sobre o capital próprio	45.230	16.603	61.200	22.032
Outros	11.868	4.374	7.982	2.828
	(418.423)	**(155.121)**	**(409.668)**	**(155.294)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(369.541)	(139.145)	(440.915)	(167.852)
Diferido	(48.882)	(15.976)	31.247	12.558
	(418.423)	**(155.121)**	**(409.668)**	**(155.294)**
Alíquota efetiva	**21,4%**	**7,9%**	**20,5%**	**7,8%**

31 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na Administração e mensuração desses riscos no ano de 2014.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante", vem sendo mantida há vários anos no patamar entre 5% e 6% a.a.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.

a.2) Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido bastante baixos em relação ao seu endividamento total. Em 31.12.2014, a Companhia não mantinha nenhuma dívida em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente coberta por operação de *hedge*.

Os ganhos não realizados nas operações de *hedge* são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Posição ativa				
Hedge de valor justo	65.968	1.115	65.968	1.115
Hedge de fluxo de caixa	-	-	27.771	-
	65.968	**1.115**	**93.739**	**1.115**
Posição passiva				
Hedge de valor justo	**(1.732)**	**-**	**(1.732)**	**-**
Posição líquida	**64.236**	**1.115**	**92.007**	**1.115**
Classificação no balanço patrimonial				
Ativo circulante	**27.538**	**-**	**30.144**	**-**
Ativo não circulante	**38.430**	**1.115**	**63.595**	**1.115**
Passivo circulante[20]	**(1.732)**	**-**	**(1.732)**	**-**
	64.236	**1.115**	**92.007**	**1.115**

- Operações de *hedge* de valor justo

Conforme mencionado na Nota 16 – Empréstimos e Financiamentos, a Companhia mantém empréstimos em dólares norte americanos. Para a proteção dos fluxos de pagamentos futuros de principal e juros contra as oscilações do dólar norte americano, inclusive o imposto de renda incidente sobre os mesmos, a Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das instituições financeiras concedentes dos empréstimos.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Desta forma, tanto o os empréstimos objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia dos efeitos financeiros, bem como dos impactos da variação cambial em seus resultados.

Em 31.12.2014, os valores dos empréstimos e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado ("na curva") e ao valor justo são os seguintes:

[20] Apresentado na rubrica "Outros passivos circulantes"

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros [21]	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
HSBC USA I	US$ 90.000	08.2015	Trimestrais	1,3882% a.a.	239.464	(1.863)	237.601
Swap	R$ 207.315	08.2015	Trimestrais	99,9% do CDI	(210.078)	16	(210.062)
HSBC USA II	US$ 100.000	03.2016	Trimestrais	1,4294% a.a.	265.842	(2.960)	262.882
Swap	R$ 230.940	03.2016	Trimestrais	97,0% do CDI	(232.308)	76	(232.232)
HSBC USA III	US$ 80.266	10.2016	Trimestrais	1,7871% a.a.	214.028	(2.842)	211.186
Swap	R$ 200.000	10.2016	Trimestrais	99,0% do CDI	(204.638)	33	(204.605)
HSBC USA IV	US$ 50.000	12.2016	Trimestrais	1,8104 % a.a.	132.910	(469)	132.441
Swap	R$ 128.320	12.2016	Trimestrais	98,6% do CDI	(133.361)	-	(133.361)
Mizuho Bank	US$ 90.000	12.2016	Trimestrais	1,7260% a.a.	239.275	(4.003)	235.272
Swap	R$ 233.910	12.2016	Trimestrais	96,02% do CDI	(235.085)	1.011	(234.074)
Bank of Tokyo	US$ 50.000	12.2016	Trimestrais	114,2857% Libor + 0,5486% a.a.	132.874	(2.423)	130.451
Swap	R$ 130.500	12.2016	Trimestrais	98,0% do CDI	(131.281)	18	(131.263)
Resultado swap					**77.642**	**(13.406)**	**64.236**

Mutação das operações de *hedge* de valor justo

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo / (Passivo) em 01.01.2013	**-**	**-**	**-**
Juros no resultado	(5.855)	-	(5.855)
Variações cambiais	-	3.541	3.541
Ajuste a valor justo	-	(470)	(470)
Transferências	1.956	(1.956)	-
Amortização de juros	3.899	-	3.899
Ativo / (Passivo) em 31.12.2013	**-**	**1.115**	**1.115**
Juros no resultado	(41.012)	-	(41.012)
Variações cambiais	-	83.726	83.726
Ajuste a valor justo	-	(12.936)	(12.936)
Transferências	35.207	(35.207)	-
Amortização de juros	33.343	-	33.343
Ativo / (Passivo) líquido em 31.12.2014	**27.538**	**36.698**	**64.236**

[21] As taxas de juros incluem o imposto de renda de 15% sobre a remessa ao exterior

- Operações de *hedge* de fluxo de caixa

Em novembro de 2014, a Companhia contratou *Non-Deliberable Forward* (NDF), visando proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da usina termelétrica a carvão Pampa Sul e de parques eólicos do complexo Campo Largo. A energia assegurada das usinas foi vendida no leilão promovido pela Aneel em 28.11.2014 ou, no caso de alguns desses parques eólicos, será direcionado ao Ambiente de Contratação Livre.

As NDF foram contratadas com o HSBC e o Santander, nas proporções de 87,6% e 12,4%, respectivamente, e tem seus vencimentos entre janeiro de 2015 e julho de 2018.

Em 31.12.2014, o ajuste a valor justo das NDF resultou uma posição ativa de R$ 27.771. A contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e na "Demonstração dos resultados abrangentes", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos, totalizando R$ 18.329.

a.3) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para o ano de 2015 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 2014	Cenário Provável 2015	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,0%	6,0%	+ 1,0 p.p.	1,5 p.p.	3,0 p.p.
- CDI	11,6%	12,5%	+ 0,9 p.p.	3,4 p.p.	6,8 p.p.
- IPCA	6,4%	6,5%	+ 0,1 p.p.	1,7 p.p.	3,3 p.p.
- IGP-M	3,7%	5,7%	+ 2,0 p.p.	1,4 p.p.	2,9 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2015.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices observados em 2014 e os previstos no cenário provável de 2015. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável de 2015. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso tais cenários se materializem, são os seguintes:

	Saldos em 31.12.2014	Efeitos 2015 - Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.469.100	(22.460)	(34.263)	(69.564)
- CDI (Empréstimos com *swap* para o CDI)	1.145.597	(8.486)	(30.217)	(60.627)
- IPCA	160.710	(196)	(2.661)	(5.320)
		(19.912)	**(64.857)**	**(130.873)**
Debêntures				
- IPCA	163.326	**(211)**	**(2.869)**	**(5.738)**
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.257.395	(26.721)	(18.719)	(37.439)
- IPCA	508.377	(905)	(8.119)	(16.239)
		(27.626)	**(26.838)**	**(53.678)**
Total		**(47.749)**	**(94.564)**	**(190.289)**

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 vezes o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 vezes o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição e construção de novas usinas pela Companhia.

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo. A Companhia é avalista em contratos de financiamento de suas controladas com o objetivo de assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos.

c.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

c.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2014, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, as únicas operações de *hedge* contratadas pela Companhia foram: (i) os swaps para proteção integral dos pagamentos do principal e juros dos empréstimos contratados em dólares norte americanos; e (ii) as *Non-Deliberable Forward* (NDF) para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira estabelecidos nos contratos de compra de equipamentos e serviços vinculados à construção de usinas.

d) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2014. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				
	Até 1 ano	**De 2 a 3 anos**	**De 4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	507.086	-	-	-	507.086
Taxas de juros pós-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos [22]	425.565	1.274.800	258.039	304.690	2.263.094
Debêntures	10.338	20.760	20.760	206.947	258.805
Taxas de juros pré-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos	1.902	4.963	4.781	7.530	19.176
Concessões a pagar	53.083	107.065	111.388	4.690.498	4.962.034
	997.974	**1.407.588**	**394.968**	**5.209.665**	**8.010.195**

[22] Com os efeitos do *hedge*

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	641.702	-	-	-	641.702
Taxas de juros pós-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos [23]	709.340	1.813.390	749.175	1.928.761	5.200.666
Debêntures	10.338	20.760	20.760	206.947	258.805
Taxas de juros pré-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos	11.803	22.480	13.643	7.882	55.808
Concessões a pagar	57.969	116.869	121.192	4.779.150	5.075.180
	1.431.152	**1.973.499**	**904.770**	**6.922.740**	**11.232.161**

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1.285.782	948.530	1.590.721	1.216.831
Depósitos vinculados	95.463	37.094	260.273	134.690
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.682	940	14.010	7.445
Contas a receber de clientes	462.538	403.654	716.463	744.758
Dividendos a receber de controladas	239.115	141.342	-	-
Combustível a reembolsar	343.221	139.601	343.221	139.601
Indenização de seguro a receber	216.426	-	216.426	-
Valores a receber pela alienação de ativo	-	86.886	-	86.886
Operações de *hedge*				
Hedge de valor justo	65.968	1.115	65.968	1.115
Hedge de fluxo de caixa	-	-	27.771	-
	2.710.195	**1.759.162**	**3.234.853**	**2.331.326**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	507.086	281.711	641.702	510.346
Empréstimos e financiamentos	732.665	1.062.213	2.679.573	3.111.809
Debêntures	163.326	174.072	163.326	174.072
Concessões a pagar	1.720.105	1.551.828	1.765.772	1.595.169
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos [24]	-	-	84.543	16.419
Mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	1.209.833	210.679	1.209.833	210.679
Operações de *hedge*				
Hedge de valor justo	1.732	-	1.732	-
	4.334.747	**3.280.503**	**6.546.481**	**5.618.494**

[23] Com os efeitos do *hedge*

[24] Apresentado nas rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes"

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	732.665	733.092	932.786	923.807
- Em moeda estrangeira, líquidos de *hedge*	1.145.597	1.145.597	338.991	335.084
Debêntures	163.326	165.882	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.720.105	2.174.312	1.551.828	1.941.075
	3.761.693	**4.218.883**	**2.997.677**	**3.375.438**

	Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.679.573	2.680.001	2.982.382	2.976.705
- Em moeda estrangeira, líquidos de *hedge*	1.145.597	1.145.597	338.991	335.084
Debêntures	163.326	165.882	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.765.772	2.231.006	1.595.169	1.994.190
	5.754.268	**6.222.486**	**5.090.614**	**5.481.451**

32 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO			PASSIVO	
	Contas a receber			Fornecedor	JCP [25]
	Energia	Serviços	Dividendos	Energia	dividendos
31.12.2014					
TBLC	126.078	-	201.772	-	-
CEE	32.322	-	26.842	-	-
Lages	1.526	146	10.000	-	-
Itasa	-	1.571	501	7.480	-
Ceste	-	1.491	-	-	-
GSELA	-	419	-	-	899.923
Outras	-	371	-	-	-
	159.926	**3.998**	**239.115**	**7.480**	**899.923**
31.12.2013	**92.029**	**4.042**	**141.342**	**4.947**	**168.207**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Serviços de O&M	Serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
31.12.2014						
TBLC	1.296.631	-	451	-	-	-
CEE	-	-	-	-	-	4.644
Lages	7.972	2.098	225	-	-	-
Itasa	-	15.914	-	83.810	-	-
Ceste	-	17.561	-	-	-	-
Degremont	-	-	-	-	1.994	
Leme	-	-	-	-	1.241	-
Controladas TBLP	-	-	1.064	-	-	-
Outras	-	-	-	-	10	-
	1.304.603	**35.573**	**1.740**	**83.810**	**3.245**	**4.644**
31.12.2013	**941.511**	**34.993**	**2.233**	**89.778**	**1.261**	**6.465**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

[25] Juros sobre o capital próprio

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contratos	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2014
Compra TBLE da Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	810.034
Compra TBLE da Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	581.704
Venda TBLE p/ TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	390.437
Venda TBLE p/ Lages	16	2017	IGP-M	Abril	105.853
Venda TBLC p/ CEE	9	2041	IPCA	Outubro	371.790
Venda Projeto Trairí p/ TBLC	64	2032	IPCA	Dezembro	1.734.582

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender aos seus compromissos contratuais, compra energia da Tractebel Energia.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairí está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre, através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.12.2014
Itasa	16.10.2030	IGP-M	222.617
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	190.827
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	507

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. O prazo dos contratos é de 4 anos e os valores contratados são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 2.519.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2014
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Ferrari, Trairí, Guajiru, Fleixeiras I e Mundaú	1.921.723
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	11.313

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.12.2014 é de R$ 292.433. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 80.676 em 2015, R$ 18.834 em 2016, R$ 850 em 2017, R$ 17.084 em 2022, R$ 51.796 em 2023 e R$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo entre Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade. O mútuo é atualizado pela variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2014 é de R$ 15.972 (R$ 16.253 em 31.12.2013).

g) Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Honorários e benefícios de curto prazo	10.114	9.383	10.972	10.539
Bônus dos administradores	5.923	4.202	6.327	4.852
Encargos sociais	4.205	3.519	4.419	3.715
Benefícios pós-emprego	435	821	500	836
	20.677	**17.925**	**22.218**	**19.942**

33 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro vai até 31.05.2015 e o valor da cobertura é de R$ 11.847.174, na controladora, e de R$ 15.287.368, no consolidado, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
Tipo de usina	**Danos materiais**	**Lucro cessante**	**Danos materiais**	**Lucro cessante**
Usinas hidrelétricas	6.425.760	404.844	8.258.486	445.297
Usinas termelétricas	2.438.607	2.577.963	2.438.607	2.577.963
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	1.124.135	442.880
	8.864.367	**2.982.807**	**11.821.228**	**3.466.140**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 1.455.155, por evento.

b) Riscos de engenharia

O projeto de ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A. possui seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil com cobertura de R$ 81.825 e de R$ 20.000, respectivamente, para todo o período da obra.

Já a Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul possui seguro de risco de engenharia para a usina e a subestação com coberturas de R$ 30.963 e R$ 8.500, respectivamente.

c) Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

d) Sinistros ocorridos em 2014

Em junho de 2014, a Companhia sofreu sinistros em duas unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL) e em um dos vertedouros da Usina Hidrelétrica Itá. Os danos materiais e os efeitos financeiros decorrentes da interrupção dos negócios estão cobertos pelas apólices de seguro.

A redução da geração decorrente dos sinistros das unidades geradoras do CTJL resultou em impactos negativos na CCEE, no valor total de R$ 252.425, até 31.12.2014, dos quais R$ 36.000 foram recebidos no quarto trimestre de 2014 e R$ 101.117 no primeiro trimestre de 2015. A Companhia espera receber os demais R$ 115.308 ao longo do ano de 2015. As indenizações decorrentes da interrupção de negócios motivada pelos sinistros cobertos pelo contrato de seguro, confirmados pela seguradora, foram reconhecidas no resultado na medida em que os efeitos na CCEE foram incorridos. O custo da franquia relativa à referida interrupção dos negócios foi R$ 76.585, montante equivalente aos efeitos financeiros relativos aos primeiros 45 dias de paralização da geração, foi reconhecida como custo operacional da Companhia.

A retomada da operação da última unidade geradora objeto do sinistro ocorreu em meados de fevereiro de 2015. Os efeitos negativos na CCEE resultantes da indisponibilidade no período de 01.01.2015 até o reestabelecimento da operação, foi de R$ 44.614.

34 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), e as controladas CEE e Trairí com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) e Transmissora Delmiro Gouveia (TDG), respectivamente. As vigências dos contratos irão até a data de extinção das concessões e autorizações das unidades geradoras vinculadas aos contratos.

Em 31.12.2014, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 160.733 (R$ 156.015 em 31.12.2013).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, e suas controladas CEE, Itasa, Trairí, Guajiru, Fleixeiras e Mundaú mantêm contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2014, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 6.094.824 (R$ 6.076.645 em 31.12.2013).

c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2014, o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R$ 209.496 (R$ 215.008 em 31.12.2013).

d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios					
	2015	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Recursos próprios	3.533	3.524	3.549	3.562	3.943	3.932
Compras para revenda	812	813	425	390	370	200
Disponibilidade total	4.345	4.338	3.974	3.952	4.312	4.132
Disponibilidade contratada	4.245	3.939	3.348	2.935	2.962	2.404
% Contratados	97,7%	90,8%	84,3%	74,3%	68,7%	58,2%

e) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Companhia de Interconexão Energética (Cien) firmaram contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, ocorrido em junho de 2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada.

No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre as considerações apresentadas pela Cien.

f) Compra de gás natural

A Companhia celebrou, no ano de 2001, contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, para atendimento do início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona).

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que tal renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Em razão do reajuste proposto não estar adequado às condições estabelecidas no contrato e na legislação que criou o programa PPT – Programa Prioritário de Termeletricidade, a Companhia ajuizou uma ação contra a Petrobras e MSGÁS objetivando a continuidade do suprimento de gás. Esta ação foi julgada procedente e condenou a Petrobras e MSGÁS a fornecer gás pelo período adicional previsto no contrato original, ao preço estabelecido no PPT, adicionando-se ao final do prazo contratual prorrogado o período que não houve suprimento. Assim, o contrato prorrogado por decisão judicial teve vigência até o dia 11.09.2014.

g) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento a seguir mencionados foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato e nem a opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições necessárias para a classificação como arrendamento mercantil financeiro.

Os projetos eólicos da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os contratos têm parcelas fixas e/ou variáveis e atualização por índices de inflação ou percentuais sobre a receita operacional bruta das empresas. Os prazos dos contratos normalmente são equivalentes aos das autorizações concedidas pela Aneel para a geração de energia. Os pagamentos mínimos futuros estimados com esses compromissos, na data base 31.12.2014, são de R$ 162.607.

h) Modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago

A Companhia mantém contratos vinculados à modernização das usinas hidrelétricas de Passo Fundo e Salto Santiago. Os compromissos futuros, na data base 31.12.2014, são de R$ 234.163 (R$ 269.285 em 31.12.2013), dos quais R$ 8.346 referem-se à Usina Passo Fundo, a ser concluída em 2015, e R$ 225.817 correspondem à Usina Salto Santiago, a qual se prevê a efetivação até o ano de 2017.

i) Ampliação da Central Geradora Termoelétrica UTE Ferrari

Em fevereiro de 2014, a Companhia iniciou a ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari. Os compromissos futuros, na data base 31.12.2014, são de R$ 25.755. O prazo previsto para entrega da obra é agosto de 2015. Em 28.11.2014, a Companhia comercializou 9,8 MW no leilão de energia elétrica promovido pela Aneel, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2019.

j) Contratos para construção em andamento

j.1) Complexo Eólico Santa Mônica

Em junho de 2014, a Companhia assinou contrato com os fornecedores para a execução do projeto de engenharia, a construção de sapatas, e o fornecimento, o transporte, a montagem, a instalação e o comissionamento de aerogeradores nas seguintes empresas: (i) Central Eólica Trairi II Ltda; (ii) Central Eólica Cacimbas Ltda; (iii) Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A.; e (iv) Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda.

O compromisso futuro assumido pelas empresas do Complexo como contraprestação aos serviços prestados, na data base 31.12.2014, é de R$ 384.714. O prazo previsto para a entrega da obra é julho de 2016.

j.2) Usina Termelétrica Pampa Sul

A Usina Termelétrica Pampa Sul firmou contratos vinculados à construção de usina a carvão no Estado do Rio Grande do Sul, após a comercialização de 294,5 MW, através de leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, a serem entregues a partir de 1° de janeiro de 2019. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2014, são de R$ 1.603.939.

j.3) Complexo Campo Largo

O Complexo Eólico Campo Largo (CLWP) assinou contratos relacionados à implantação de onze parques eólicos no Estado da Bahia, dos quais cinco participaram do leilão acima mencionado, tendo sido comercializados 69,2 MW médios a serem entregues a partir de 1° de janeiro de 2019. Os compromissos futuros relativos aos contratos de construção, na data base de 31.12.2014, são de R$ 1.318.391.

35 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Compensação de imposto de renda e contribuição social	37.081	89.039	50.823	99.237
Fornecedores de imobilizado e intangível	(12.858)	11.835	(34.147)	15.673
Juros capitalizados sobre financiamentos	16.744	160	17.776	20.832
Provisão para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	-	-	21.625	(66.973)
Valores a pagar vinculados à aquisição de investimentos	-	-	36.068	15.881
Dividendos a receber de controladas	97.773	141.342	-	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	395.081	706.588	395.081	706.588

36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 30.03.2015, aprovou a proposta de dividendos adicionais propostos sobre o lucro ajustado do exercício findo em 31.12.2014, no montante de R$ 172.081, ou R$ 0,2636276932 por ação. Tal proposta deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá definir as condições de pagamento.

b) Início de pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2014

A Diretoria Executiva da Companhia anunciou em 02.03.2015 que o início do pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social findo em 31.12.2014, ocorreu a partir de 17.03.2015. O montante bruto creditado foi de R$ 223.000, correspondentes a R$ 0,3416356453 por ação.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 30 de março de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Philip Julien De Cnudde
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Willem Frans Alfons Van Twembeke
Conselheiro

Roberto Henrique Tejada Vencato
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB.*

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 30 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com base no relatório dos auditores independentes KPMG, emitido em 30/03/15, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, estando em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro